

20 24

oeiras.pt

PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS





Índice

Relatório de Gestão Consolidado

1. Enquadramento	5
2. Perímetro de Consolidação	7
2.1 Parques Tejo - Parqueamentos de Oeiras, E.M., S.A.	8
2.2 Oeiras Viva - Gestão de Equipamentos Culturais e Desportivos, E.M.	10
2.3 Municípia, E.M., S.A.	11
2.4 Serviços Municipalizados de Água e Saneamento dos Municípios de Oeiras e Amadora, E.I.M (SIMAS)	12
3. Métodos de Consolidação	14
4. Relatório de Gestão Consolidado	15
4.1 - Indicadores Consolidados	20
5. Demonstrações Financeiras Consolidadas	21
5.1 Balanço Consolidado	21
5.2 Demonstração de Resultados por Natureza Consolidada	23
5.3 Demonstração das Alterações no Património Líquido Consolidado	24
5.4 Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa	25
6. Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas	26
7. Informações relativas às Entidades incluídas no perímetro de consolidação	27
7.1 Balanço, Demonstração de Resultados e Fluxos de Caixa - Ajustamentos	28
8. Demonstrações Orçamentais Consolidadas	91
8.1 Demonstração Consolidada do Desempenho Orçamental	93
8.2 Demonstração Consolidada de Direitos e Obrigações por Natureza	95
9. Encerramento	96

1. ENQUADRAMENTO

A apresentação das contas numa perspetiva individual, não permite uma visão global da situação financeira, quer do Município, quer do grupo municipal, dificultando a tomada de decisão por parte dos decisores políticos. Assim surge a necessidade de se realizar uma análise do Município e também das entidades nas quais este participa, apontando à transparência e rigor da informação ao nível do relato financeiro consolidado, dado que se pretende apresentar nas contas um grupo de entidades como se de uma única entidade se tratasse.

Para esse efeito, são realizadas as demonstrações financeiras consolidadas, que evidenciam uma perspetiva global da situação financeira e dos resultados do grupo de entidades que integram o perímetro de consolidação, e que viabilizam a análise das políticas públicas locais, numa perspetiva de largo espectro.

A Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto que aprova o Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais (RJAELPL), na sua redação atual, regula a atividade empresarial local, desenvolvida pelos municípios, associações de municípios e pelas áreas metropolitanas, através de serviços municipalizados ou empresas locais, incluindo, também, as participações sociais detidas pelos municípios.

O Sistema de Normalização Contabilística para Administrações Públicas (doravante, SNC-AP) revogou a Portaria nº 474/2010, de 01 de julho, que aprovou a Orientação nº1/2010, como «Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do setor público administrativo» e estabelece um conjunto de princípios subjacentes à consolidação de contas, conforme prescrito na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 22 – Demonstrações Financeiras Consolidadas.

As demonstrações financeiras consolidadas devem ser elaboradas e aprovadas pelo Município, em conformidade com o artigo 75º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), e submetidas à apreciação do órgão deliberativo durante sessão ordinária do mês de junho do ano seguinte àquele a que respeitam, conforme disposto no nº 2 do artigo 76º, da referida lei.

A Resolução nº 06/2022 – 2ª Seção, de 5 de janeiro, ao abrigo do disposto nos artigos 40.º e 51.º da Lei n.º 98/97, Lei da Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC) de 26 de agosto e de acordo com o estabelecido nos nºs 4 e 5 do artigo 52.º e no nº 1 do artigo 65.º da Lei de Enquadramento Orçamental, permite o entendimento do Tribunal de Contas que as contas consolidadas são remetidas até 30 de junho do ano seguinte àquele a que respeitam.

2. PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

Prevê o artigo 75.º da Lei nº 73/2013, de 03 de setembro (RFALEI), na sua redação atual o carácter obrigatório quanto à apresentação de contas consolidadas do Município com as entidades detidas ou participadas.

Neste contexto, o Grupo Autárquico, constituído pelo Município e pelas entidades por ele controladas, de forma direta ou indireta (considerando-se para efeitos de controlo, o poder de decisão sobre as políticas financeiras e operacionais de outras entidades e detenção parcial ou total no caso dos serviços intermunicipalizados), carece da adoção de procedimentos inerentes ao processo de reporte de contas consolidadas.

Dessa forma, importa definir o Perímetro de Consolidação, referindo quais as entidades que reúnem as condições legalmente previstas para integrar o grupo de consolidação de contas.

Para o exercício de 2024, as entidades que constituem o Grupo Autárquico, por serem participadas ou controladas pelo Município, são as seguintes:

PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO



2.1 PARQUES TEJO – PARQUEAMENTOS DE OEIRAS, E.M., S.A.

A Parques Tejo, EM é uma empresa pública municipal criada ao abrigo da Lei n.º 58/98 de 18 de agosto, Lei das Empresas Municipais, Intermunicipais e Regionais, dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa e financeira e património próprio, a qual fica sujeita aos poderes de tutela e superintendência do Município, constituída em 22/04/1999.

A Parques Tejo tem como objeto social, o desenvolvimento, gestão e exploração de sistemas e soluções integradas de mobilidade, de logística urbana e de estacionamento urbano, a fiscalização, no âmbito das suas competências, do estacionamento e serviços associados, bem como a prestação de serviços de interesse geral de transporte público urbano de passageiros no território do Concelho de Oeiras, o que inclui a promoção, construção, conservação e manutenção de todos os equipamentos, instalações e infraestruturas de suporte e a estes associadas, conforme artigo 4º dos Estatutos da Parques Tejo.

Da análise económico-financeira realizada, com base nos valores refletidos no Balanço, na Demonstração de Resultados e nos quadros das receitas e das principais rubricas da despesa constata-se que:

O Resultado Operacional (EBIT¹) ascendeu os 815,1 mil euros, correspondendo a um aumento de 415,6 mil euros em relação aos resultados de 2023.

No que respeita aos Rendimentos, totalizaram 5,8 milhões de euros, o que constitui um aumento de 33,2% em comparação com os rendimentos do ano anterior. Um dos fatores que contribuíram para este aumento, foi a gestão do estacionamento urbano, decorrente tanto do alargamento de zonas de estacionamento de duração limitada (ZEDL) como da atualização das taxas destes, efetuados no primeiro trimestre de 2024, e ainda o aumento das receitas dos parques de estacionamento, dos dísticos de residentes e de empresas, e ocupação dos lugares tarifados.

Os rendimentos globais das zonas de estacionamento tarifadas, representam uma maior expressão e incluem os Parquímetros e o Estacionamento Eletrónico pelo valor de 3,2 milhões de euros, correspondendo a um aumento de 32,3% em relação a 2023. Os bloqueadores atingiram o valor de 623,3 mil euros, constituindo um acréscimo de 17,6% face ao ano transato. A ocupação de lugares tarifados registou um aumento de 44,5%, ou seja, 214,4 mil euros em valor absoluto.

¹ O EBIT (resultado operacional ou o resultado antes de juros e impostos) - O seu valor serve como base para se saber como decorre a atividade da empresa, sem contar ainda com os ganhos ou perdas em juros de dívida ou imposto a pagar.
O EBITDA (resultado antes de juros, impostos, depreciações e amortizações) mostra o quanto a empresa consegue gerar de lucro, sem considerar outros efeitos financeiros que são, como o nome indica, os juros de dívida, os impostos, as depreciações e as amortizações.

No que respeita à receita de “Contraordenações”, importa registar que, com a entrada em vigor do D.L. nº 107/2018 de 29 de novembro, que define as competências para os órgãos municipais no domínio do estacionamento público, refere no seu artigo 6º, que o produto das coimas, quando resulte de atividade de fiscalização dos serviços municipais, reverte na sua totalidade para o Município.

No que concerne aos Gastos registaram o valor de 5,0 milhões de euros verificando-se um aumento de 26,0%, quando comparado com o valor de 3,9 milhões de euros registados em 2023. Este aumento resulta essencialmente, dos “Fornecimentos e Serviços Externos”, e dos “Gastos de Depreciação e Amortização”.

Os “Fornecimentos e Serviços Externos” apresentam um acréscimo de 65,3% face a 2023, atingindo o valor de 2,0 milhões de euros. Este aumento resulta, principalmente, dos gastos com trabalhos especializados, de publicidade e propaganda, conservação e reparação, de comissões (estacionamento eletrónico), ferramentas e utensílios de desgaste rápido, rendas e alugueres, comunicações, seguros, contencioso e notariado.

Os “Gastos com o Pessoal” ascendem em 2,3 milhões de euros, representando um aumento de 4,8% face ao ano anterior.

Relativamente aos “Gastos de Depreciação e de Amortização” atingiram o valor de 622,1 mil euros, registando um aumento de 41,5% face a 2023, resultante, sobretudo, da amortização dos investimentos realizados.

A Parques Tejo apresenta um Resultado Líquido do exercício de 623,2 mil euros que o Conselho de Administração da Parques Tejo, propôs ao Município, que este seja levado à conta de “Resultados Transitados”.

O total do Ativo da Parques Tejo ascende, ao valor de 8,2 milhões de euros representando uma variação positiva de 10% face a 2023.

O total do Capital Próprio, apresenta o valor de 6,1 milhões de euros, representando um aumento de 11,0%, face ao ano anterior, correspondendo a uma autonomia financeira de 74,8%, o que traduz uma situação robusta da empresa.

O Passivo total atingiu o valor de 2,1 milhões de euros, registando um aumento de 8% em relação a 2023.

2.2 OEIRAS VIVA - GESTÃO DE EQUIPAMENTOS CULTURAIS E DESPORTIVOS, E.M.

A Oeiras Viva – Gestão de Equipamentos Culturais e Desportivos, EM, é uma empresa local municipal de prestação de serviços de interesse geral, dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa financeira e patrimonial e dispõe de património próprio. Constituída em 2001, o seu capital social é detido, na sua totalidade, pelo Município de Oeiras.

Tem como objetivo principal garantir a excelência das instalações e equipamentos sob sua gestão, bem como dos serviços prestados, em pleno respeito pela sustentabilidade económica e financeira da instituição.

A Oeiras Viva regista em 2024 um volume de negócios de cerca 4,1 milhões de euros, que representa um acréscimo de 9,6% face a 2023, fruto do aumento da procura pelas atividades tradicionalmente desenvolvidas, bem como, pelas novas atividades criadas.

Relativamente aos Rendimentos, totalizaram 4,8 milhões de euros o que representa um crescimento em cerca de 7% quando comparados com o ano de 2023. Este acréscimo é resultado do aumento da procura pelos serviços prestados, que atingiram 4,0 milhões de euros, representando um acréscimo de 12%.

Relativamente aos Gastos em 2024, registaram um incremento de 15%, face ao ano anterior, atingindo 4,9 milhões de euros. Para esta variação contribuíram os aumentos nas rubricas “Fornecimentos e serviços externos” (29%), e os “Gastos com pessoal” (9%).

O Resultado Líquido de 2024, apresenta-se negativo em cerca de 90,4 mil euros, representando um decréscimo de 134% quando comparado com 2023 que apresentava um resultado positivo em 263,4 mil euros.

O Total do Ativo da Oeiras Viva ascendeu, em 31 de dezembro de 2024, a cerca de 2,2 milhões de euros representando uma variação negativa de 6,6% face a 2023.

O Total do Capital Próprio em 2024, evidenciou cerca de 1,1 milhões de euros, representando uma diminuição, em relação ao ano anterior, de 7,5%.

O Total do Passivo atingiu o valor de 1,1 milhões de euros, registando uma diminuição de 5,6% em relação ao ano de 2023.

2.3 MUNICÍPIA, E.M., S.A.

A Municípia – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A. foi criada em 1999.

A Municípia tem por objeto a produção de cartografia, topografia e ortofotomapas; a conceção e gestão de sistemas de informação geográfica; a produção e comercialização de dados; o desenvolvimento e gestão de projetos de Internet e Intranet; a conceção, edição e comercialização de publicações nas áreas da sua atividade social; a consultoria em sistemas de informação geográfica; a prestação de serviços energéticos; a prestação de serviços relacionados com sistemas de compras públicas e centrais de compras públicas, conforme artigo 2.º dos estatutos da Municípia.

O Volume de Negócios em 2024 registou um aumento de 49%, atingindo 3,7 milhões de euros.

O total dos Rendimentos, alcançaram cerca de 4,1 milhões de euros, traduzindo-se num acréscimo de 56,0% face ao período homólogo. Este acréscimo deve-se:

- Ao aumento da rubrica “Vendas e Serviços Prestados” (49%);
- Aumento de “Outros Rendimentos ou Ganhos” em 149%, tendo-se registado o valor 276,3 mil euros em 2024 face a 110,9 mil euros em 2023.

Relativamente aos Gastos, verifica-se um acréscimo de 15,6 % passando de 3,4 milhões de euros em 2023 para 3,9 milhões de euros em 2024, para o qual contribuíram todas as rubricas com exceção da rubrica de “Gastos com Pessoal” que regista uma descida de 13,0%.

A Municípia apresenta um Resultado Líquido de 114,5 mil euros, que em comparação com o ano de 2023 (820,5 mil euros) representa uma melhoria de 114%.

No último triénio foi possível assistir a um aumento sustentado do indicador de autonomia financeira de 52,5% em 2022, para 63,0% em 2024, o que significa uma variação positiva de 10,5 p.p. de incremento de independência financeira.

Do exercício económico de 2024, não resultará a necessidade de reequilíbrio financeiro já que a sociedade, cumpriu o n.º 1 do artigo 40º, da Lei 50/2012, tendo por base os resultados antes de impostos no valor de 131 745 euros positivos.

O Conselho de Administração propôs que o resultado apurado no ano de 2024, seja 5% destinado a “Reservas Legais” (5 726,77 euros), transferindo-se o valor remanescente de 108 808,60 euros para a conta de “Resultados Transitados” de acordo com o código das sociedades comerciais.

2.4 SERVIÇOS INTERMUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DOS MUNICÍPIOS DE OEIRAS E AMADORA, EIM, (SIMAS)

Os SIMAS, são uma empresa intermunicipal controlada equitativamente pelos Municípios de Oeiras e Amadora, que viu ocorrer a sua reconfiguração estatutária no ano de 2013, por força do RJAELP.

Visa garantir o abastecimento público de água e a prestação de serviços de saneamento básico às populações residentes nos Concelhos de Oeiras e Amadora, de acordo com elevados padrões de qualidade nos serviços disponibilizados e na relação com a comunidade intermunicipal.

Os sistemas de abastecimento de água dos concelhos de Oeiras e Amadora, na adução, são assegurados pela EPAL e pelos SMAS de Sintra, sendo posteriormente encaminhados pela rede de distribuição dos SIMAS.

Em 2024, o volume de negócios foi de 66,2 milhões de euros, o que representa um aumento de 12% face ao ano anterior.

No que se refere à autonomia financeira, rácio que reflete a solidez financeira e a capacidade de uma entidade cumprir as suas obrigações não correntes, apresenta uma taxa de 92,2%, pelo que a totalidade de capitais próprios é financiado pelo ativo.

O EBITDA apresenta um valor de 12,8 milhões de euros, refletindo um aumento de 4,8 milhões de euros face ao ano anterior, representado um aumento de 61%.

O Resultado Líquido do exercício apresenta um valor de 4,5 milhões de euros, verificando-se um forte aumento face a 2023 que tinha apresentado um resultado líquido de 81 mil euros.

O Total do Ativo dos SIMAS atinge, em 2024, o montante de 228,3 milhões de euros.

O Total do Passivo registou 17,8 milhões de euros traduzindo-se num ligeiro aumento de 1,6 milhões de euros face a 2023.

No que se refere à análise financeira, no ano de 2024, a conjugação dos rendimentos gerados com os gastos incorridos reflete um resultado líquido positivo em cerca de 4,5 milhões de euros, registando um crescimento de 4,4 milhões de euros face ao resultado ocorrido em 2023, resultante de um maior crescimento dos rendimentos em relação ao aumento verificado nos gastos.

Nos Rendimentos destacam-se:

- A rubrica de “Impostos, Contribuições e Taxas”, apresenta um crescimento de 67,3% face a 2023, o que significa uma realização de mais 282 mil euros, referentes à faturação da taxa de recursos hídricos e de juros de mora;
- As “Vendas de Bens e Serviços” apresentam uma realização de 19,9 milhões de euros, valor que revela um crescimento de 1,8 milhões de euros face a 2023, proveniente da faturação da tarifa de água;
- As “Prestações de Serviços e Concessões” realizam o montante de 46,2 milhões de euros, valores que evidenciam um crescimento de 12,8% quando comparado com o ano anterior, proveniente da faturação das tarifas e outros serviços complementares;
- Os “Outros Rendimentos” registam um acréscimo face a 2023, no montante de 351 mil euros.

Nos Gastos registam-se:

- O “Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas” realizam o montante de 17 milhões de euros, valores que evidenciam um aumento de 5,9% quando comparado com o ano anterior;
- Os “Fornecimentos e Serviços Externos” registam o montante em cerca de 25 milhões de euros, valor que observa um incremento de 2,2 milhões de euros quando comparado com o ano de 2023. Para esta variação contribuiu o efeito conjugado do aumento do valor dos serviços da atividade de saneamento com a prestação de serviço da recolha e tratamento de efluentes (+ 3,5 milhões de euros), reparação de colapsos, limpeza e inspeção de coletores (+100 mil euros); conservação e reparações diversas em edifícios, equipamentos e viaturas (+ 200 mil euros); outros trabalhos especializados (+ 400 mil euros); energia e fluídos (+ 400 mil euros); e da diminuição dos gastos relativos a subcontratos de diversos serviços (- 2,0 milhões de euros), serviços de materiais de consumo, comunicações, entre outros (- 400 mil euros);
- Os “Gastos com Pessoal”, com a realização do montante cerca de 10,8 milhões de euros, apresentam um decréscimo face a 2023, na ordem dos 2,1%, o que significa uma diminuição de 232 mil euros em valor absoluto;
- Os “Outros Gastos” registam uma diminuição de 329 mil euros, em relação ao período homólogo, fixando-se no valor de 1,9 milhões de euros.

No que se refere aos “Gastos de Amortizações e Depreciações” ocorridos no exercício, realizam o montante em cerca de 8,3 milhões de euros, correspondendo a um aumento em cerca de 205 mil euros, variação que resulta das regularizações efetuadas ao Património e do início da depreciação de ativos colocados a uso durante o exercício.

3. MÉTODOS DE CONSOLIDAÇÃO

O processo de consolidação de contas, visa apresentar as contas de um grupo de entidades, como se de uma única entidade se tratasse, através das demonstrações financeiras, refletindo a posição financeira e a situação económica do grupo como um todo.

Mediante a percentagem de participação que a entidade consolidante detém sobre as participadas, assim é aplicado o respetivo método de consolidação de contas², com a finalidade de melhor refletir a imagem financeira do grupo.

Atendendo às percentagens de propriedade do capital próprio e controlo que o Município detém nas entidades que integram o Perímetro de Consolidação, são utilizados os seguintes métodos:

- **MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL** (também designado como método simplificado de consolidação): é um método contabilístico nos termos do qual o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e é ajustado posteriormente em função da evolução pós-aquisição da quota-partes dos ativos líquidos da associada ou empreendimento conjunto detidos pela investidora.

Os resultados da investidora incluem a sua quota-partes nos resultados da participada, e os ativos líquidos da investidora incluem a quota-partes nas alterações nos ativos líquidos da participada que não foram reconhecidos pelos resultados³.

Este método é utilizado com os **SIMAS**, em que o controlo é partilhado igualmente entre os Municípios de Oeiras e Amadora.

- **MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO INTEGRAL**: é adotado em situações de controlo exclusivo e consiste na integração no balanço e demonstração de resultados da entidade consolidante dos elementos respetivos dos Balanços e Demonstrações de Resultados das entidades consolidadas e da eliminação da participação financeira nas demonstrações financeiras da entidade consolidante.

Este método é utilizado com as restantes entidades do perímetro de consolidação, ou seja, **Municípia, Oeiras Viva e Parques Tejo**.

² Existem 3 métodos de consolidação de contas de possível utilização, mediante a dimensão da participação: Método da Consolidação Integral; Método da Equivalência Patrimonial e Método de Consolidação Proporcional.

³ Conforme referido pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento regional do Norte

4. RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

A consolidação de contas entende-se como a agregação de contas individuais, após homogeneização, de entidades pertencentes a um grupo que pertencem ao perímetro de consolidação. Esta agregação permite transmitir informações fiáveis e relevantes sobre a situação patrimonial, financeira e outras, desse grupo como se de uma única entidade se tratasse.

O objetivo essencial da consolidação de contas é proporcionar uma visão verdadeira e apropriada sobre o grupo consolidante como se este fosse uma única entidade. A avaliação das demonstrações financeiras consolidadas deve proporcionar aos seus utilizadores uma imagem verdadeira da situação financeira e económica do grupo.

Importa, no processo de consolidação do grupo autárquico, avaliar os impactos nas demonstrações financeiras face às demonstrações financeiras no Município. Tal como referido anteriormente, concorrem para o perímetro de consolidação do Município, as empresas Oeiras Viva, Parques Tejo e Municípia, tendo como método a consolidação integral, e os SIMAS, através do método de equivalência patrimonial (reconhecimento efetuado nas demonstrações financeiras individuais do Município).

Em 2024, no que se refere ao Balanço, o impacto da consolidação do grupo de empresas que compõem o perímetro de consolidação é significativo, passando de um valor global individual (Município) de 953.777.990 €, para um valor global consolidado de 959.836.562 €, o que se traduz num acréscimo de cerca de 6,1 milhões de euros.

No Balanço no que respeita ao ativo, a maior contribuição é no ativo corrente em mais de 5,5 M€. No que concerne ao passivo e capitais próprios o aumento verifica-se no passivo em 4,1M€ e no património líquido 1,4M€. O Passivo Corrente regista uma ligeira variação positiva de cerca de 0,5M€.

Decompondo as variações do [Balanço](#), temos no [Ativo não Corrente](#) e [Ativo Corrente](#) as seguintes variações por rubrica:

Unid.: Euros (€)

Ativo Não Corrente			
Rubricas	Município	Consolidado	Variação
Ativos fixos tangíveis	698 314 985	707 304 221	8 989 235
Propriedades de investimento	16 926 645	16 926 645	0
Ativos intangíveis	953 573	1 499 640	546 068
Ativos biológicos	91 839	91 839	0
Participações financeiras	127 060 094	117 879 650	-9 180 444
Outros ativos financeiros	0	26 509	26 509
Ativos por impostos diferidos	0	87 361	87 361
Total do Ativo não Corrente	843 347 136	843 815 865	468 729

Unid.: Euros (€)

Ativo Corrente			
Rubricas	Município	Consolidado	Variação
Ativo corrente			
Inventários	3 111 311	3 124 394	13 083
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	22 769 333	22 769 333	0
Clientes, contribuintes e utentes	1 971 500	2 967 430	995 930
Estado e outros entes públicos	0	24 369	24 369
Outras contas a receber	45 347 631	46 635 492	1 287 861
Diferimentos	1 139 508	1 385 340	245 832
Outros ativos financeiros	4 600 000	4 600 000	0
Ativos não correntes detidos para venda	532 408	532 408	0
Caixa e depósitos	30 959 163	33 981 931	3 022 768
Total do Ativo Corrente	110 430 854	116 020 697	5 589 843
Total do Ativo	953 777 990	959 836 562	6 058 572

Como se pode verificar:

- O impacto no **Ativo Não Corrente** resulta num ligeiro acréscimo independentemente do processo de eliminação dos reconhecimentos das participações financeiras ao abrigo do método de equivalência patrimonial e do reconhecimento de acordo com o método integral das operações das empresas controladas, procedendo assim à anulação das participações

financeiras e ao acréscimo dos ativos fixos tangíveis. Para este acréscimo contribui essencialmente o aumento da rubrica de “Ativos Fixos Tangíveis” em 9,0 M€ e os “Ativos Fixos Intangíveis” em 546 euros enquanto as “Participações financeiras” tiveram um impacto negativo de 9,2 M€.

- No que se refere ao **Ativo Corrente**, as rubricas que mais contribuíram para o aumento foi a rubrica “Caixa e Depósitos” e as “Outras Contas a Receber” com 3,0 e 1,3 M€, respetivamente.

Relativamente ao **Património Líquido**, as rubricas que concorrem para a variação apresentam-se no quadro infra:

Património Líquido				Unid.: Euros (€)
Rubricas	Municipio	Consolidado	Variação	
Património/Capital	328 550 651	328 550 651	0	
Ações (quotas) próprias	0	-639	-639	
Outros instrumentos de capital próprio	0	3 294 631	3 294 631	
Reservas	81 433 782	81 464 539	30 756	
Resultados transitados	193 643 016	191 652 029	-1 990 987	
Ajustamentos em ativos financeiros	106 740 985	106 740 985	0	
Outras variações no Património Líquido	89 659 636	88 276 292	-1 383 344	
Resultado líquido do período	11 532 947	11 582 530	49 582	
Interesses que não controlam	0	1 443 124	1 443 124	
Total do Património Líquido	811 561 017	813 004 141	1 443 124	

As rubricas que mais contribuem para o aumento do Património Líquido são os “Outros Instrumentos de Capital Próprio” (3,3 M€), “Interesses que não Controlam” (1,4 M€). De referir o decréscimo verificado na rubrica de “Resultados Transitados”, em cerca de 2,0 M€ e da rubrica “Outras variações do Património Líquido” em 1,4 M€.

Relativamente ao **Passivo**, apresentam-se em seguida as variações obtidas após a consolidação nos quadros seguintes:

Unid.: Euros (€)

Passivo Não Corrente			
Rubricas	Municipio	Consolidado	Variação
Provisões	660 588	967 352	306 764
Financiamentos obtidos	36 126 907	36 336 100	209 193
Diferimentos	58 866 535	58 866 535	0
Outras contas a pagar	16 794 212	16 794 212	0
Total do Passivo não Corrente	112 448 242	112 964 198	515 957

Unid.: Euros (€)

Passivo Corrente			
Rubricas	Municipio	Consolidado	Variação
Fornecedores	4 308 910	5 936 623	1 627 713
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0	27 260	27 260
Estado e outros entes públicos	1 361 223	1 912 267	551 044
Financiamentos obtidos	979 617	1 028 306	48 689
Fornecedores de investimentos	1 441 450	1 441 450	0
Outras contas a pagar	17 616 561	19 046 408	1 429 847
Diferimentos	4 060 970	4 475 908	414 938
Total do Passivo Corrente	29 768 731	33 868 223	4 099 492
Total do Passivo	142 216 972	146 832 421	4 615 448
Total do Património Líquido e Passivo	953 777 990	959 836 562	6 058 572

Como se pode verificar:

- As rubricas que mais contribuem para o aumento residual do **Passivo Não Corrente** são as “Provisões” (307 mil euros) e os “Financiamentos Obtidos” (209 mil euros);
- No que se refere ao **Passivo Corrente**, as rubricas que mais contribuíram para o aumento verificado são, por ordem decrescente, os “Fornecedores” (1,6 M €), “Outras Contas a Pagar” (1,4 M €), “Estado e Outros Entes Públicos” (551 mil euros) e “Diferimentos” (415 mil euros).

Relativamente às principais variações ocorridas nas rubricas da **Demonstração de Resultados**, após o processo de consolidação, conforme mapa seguinte, verifica-se:

- As **contas de Gastos** que originaram o maior impacto foram os “Gastos com o Pessoal” (5,6 M €) e os “Fornecimentos e Serviços Externos” (6,0 M €). De referir que a conta de “Transferências e Subsídios Concedidos” contribuiu para a redução dos gastos após o processo de consolidação em cerca de 1,3 M €;
- A **conta de Rendimentos** que mais influenciou o apuramento de resultados foi a “Prestações de Serviços e Concessões” (11,9 M€);
- O **Resultado Operacional** (antes de depreciações e gastos de financiamento) obtém uma variação positiva em cerca de 1,4 M€;
- O **Resultado Líquido** do período após a consolidação de contas das entidades integrantes do perímetro foi de cerca de 11,6 M €.

Demonstração de resultados por natureza			
Rubricas	Município	Consolidado	Variação
Impostos, contribuições e taxas	135 637 551	135 637 551	0
Vendas	475 858	655 475	179 617
Prestações de serviços e concessões	16 729 379	28 670 587	11 941 208
Rendimentos/gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	2 851 763	2 254 045	-597 718
Transferências e subsídios obtidos	47 764 130	47 798 630	34 500
Variações nos inventários da produção	462 662	462 662	0
Trabalhos para a própria entidade	0	77 493	77 493
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-2 478 215	-2 643 565	-165 350
Fornecimentos e serviços Externos	-78 674 799	-84 706 320	-6 031 521
Gastos com o pessoal	-65 765 907	-71 389 252	-5 623 345
Transferências e subsídios concedidos	-38 011 522	-36 758 338	1 253 184
Imparidades de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)	82 607	82 607	0
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	-72 902	-121 921	-49 018
Provisões (aumentos/reversões)	-63 497	-63 497	0
Imparidades de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	893	893	0
Outros rendimentos	20 191 865	20 640 279	448 415
Outros gastos	-3 905 657	-4 008 892	-103 235
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	35 224 207,3	36 588 437	1 364 229
gastos de depreciação e amortização	-22 787 836	-23 817 401	-1 029 565
Imparidades de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	0	0	0
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	12 436 371,1	12 771 035	334 664
Juros e rendimentos similares obtidos	380 111	380 578	467
Juros e gastos similares suportados	-1 283 535	-1 386 492	-102 957
Resultados antes de impostos	11 532 947,3	11 765 121	232 173
Imposto sobre o rendimentos	0	-182 591	-182 591
	11 532 947,3	11 582 530	49 582
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da entidade mãe	11 532 947	11 532 947	0
Interesses que não controlam	0	49 582	49 582
	11 532 947,3	11 582 530	49 582

4.1 INDICADORES CONSOLIDADOS

Relativamente a alguns [indicadores de gestão](#) das demonstrações financeiras consolidadas, apresentam-se o seguinte quadro:

Indicador	Calculo	2024	2023
Liquidez			
Liquidez Geral	Ativo Cor (Inventários+Créditos CP+Disponibilidades) / Passivo Cor	3,43	2,39
Liquidez Reduzida	Ativo Corrente - Inventários / Passivo Corrente	3,33	2,33
Liquidez Imediata	Disponibilidades (meios financeiros líquidos) / Passivo Corrente	1,00	0,41
Ativo			
Cobertura dos ativos fixos tangíveis pelo património líquido	Património Líquido / Ativos fixos tangíveis	1,15	1,20
Cobertura do ativo não corrente por capitais permanentes	Capitais permanentes / Ativo não corrente	7,98	7,38
Passivo			
Cobertura do passivo não corrente	Passivo não corrente / Passivo	0,77	0,61
Cobertura do passivo não corrente pelo corrente	Passivo não corrente / Passivo corrente	3,34	1,54
Estrutura financeira			
Autonomia financeira	Património líquido / Ativo	84,70%	86,35%
Solvabilidade	Património líquido / Passivo	5,54	6,33
Endividamento (conceito genérico)	Passivo / Ativo	15,30	13,65

- No que se refere à [Autonomia Financeira](#), rácio que reflete a solidez financeira e a capacidade de uma entidade cumprir as suas obrigações não correntes, apresenta uma taxa de 84,7%, pelo que, quase a totalidade do ativo é suportado pelos capitais próprios;
- O rácio da [Solvabilidade](#), que permite avaliar a capacidade de uma entidade garantir a liquidação do seu passivo com recurso aos seus capitais próprios, é de 5,54, sendo um valor acima da unidade, traduz que o seu passivo está, completamente, suportado pelos capitais próprios, permitindo uma margem confortável para a contratação de instrumentos financeiros;
- Em termos de Liquidez, o rácio mais utilizado é o grau de [Liquidez Geral](#) que compara o ativo de curto prazo (numerador) com o passivo de curto prazo (denominador), o que nos dá a relação entre os ativos em dinheiro (ou facilmente convertíveis em dinheiro) com o montante que será exigível a curto prazo, desejavelmente superior à unidade. Em 2024, este rácio foi de 3,43.

5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

5.1 BALANÇO CONSOLIDADO

ATIVO

Rubricas	SNC -AP	
	31/12/2024	31/12/2023
Ativo		
Ativo não corrente		
Ativos fixos tangíveis	707 304 221	634 590 404
Propriedades de investimento	16 926 645	17 280 246
Ativos intangíveis	1 499 640	1 253 509
Ativos biológicos	91 839	91 839
Participações financeiras	117 879 650	117 080 638
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	0	0
Acionistas/sócios/associados	0	0
Diferimentos	0	0
Outros ativos financeiros	26 509	35 440
Ativos por impostos diferidos	87 361	61 669
Clientes, contribuintes e utentes	0	0
Outras contas a receber	0	0
Total do Ativo não Corrente	843 815 865	770 393 745
Ativo corrente		
Inventários	3 124 394	2 757 951
Ativos biológicos	0	0
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	22 769 333	24 162 513
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	0	0
Clientes, contribuintes e utentes	2 967 430	2 680 561
Estado e outros entes públicos	24 369	3 214
Acionistas/sócios/associados	0	0
Outras contas a receber	46 635 492	52 874 545
Diferimentos	1 385 340	1 120 063
Ativos financeiros detidos para negociação	0	0
Outros ativos financeiros	4 600 000	9 500 000
Ativos não correntes detidos para venda	532 408	743 614
Caixa e depósitos	33 981 931	19 564 332
Total do Ativo Corrente	116 020 697	113 406 793
Total do Ativo	959 836 562	883 800 538

PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO

Rubricas	SNC -AP	
	31/12/2024	31/12/2023
Património Líquido		
Património/Capital	328 550 651	328 550 651
Ações (quotas) próprias	-639	-425
Outros instrumentos de capital próprio	3 294 631	3 294 631
Prémios de emissão	0	0
Reservas	81 464 539	81 465 900
Resultados transitados	191 652 029	204 672 281
Ajustamentos em ativos financeiros	106 740 985	108 281 011
Excedentes de revalorização	0	0
Outras variações no Património Líquido	88 276 292	18 684 697
Resultado líquido do período	11 582 530	16 897 248
Dividendos antecipados	0	0
Interesses que não controlam	1 443 124	1 337 298
Total do Património Líquido	813 004 141	763 183 291
Passivo		
Passivo não corrente		
Provisões	967 352	807 090
Financiamentos obtidos	36 336 100	25 956 919
Fornecedores de investimentos	0	0
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	0	0
Diferimentos	58 866 535	32 414 718
Passivos por impostos diferidos	0	98 259
Fornecedores	0	0
Outras contas a pagar	16 794 212	13 925 022
Total do Passivo não Corrente	112 964 198	73 202 008
Passivo corrente		
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	0	134 323
Fornecedores	5 936 623	4 405 208
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	27 260	0
Estado e outros entes públicos	1 912 267	2 475 849
Acionistas/sócios/associados	0	0
Financiamentos obtidos	1 028 306	1 326 331
Fornecedores de investimentos	1 441 450	4 253 319
Outras contas a pagar	19 046 408	18 056 644
Diferimentos	4 475 908	16 763 564
Passivos financeiros detidos para negociação	0	0
Outros passivos financeiros	0	0
Total do Passivo Corrente	33 868 223	47 415 238
Total do Passivo	146 832 421	120 617 247
Total do Património Líquido e Passivo	959 836 562	883 800 538

5.2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA CONSOLIDADA

Rubricas	SNC -AP	
	31/12/2024	31/12/2023
Impostos, contribuições e taxas	135 637 551	151 274 233
Vendas	655 475	678 890
Prestações de serviços e concessões	28 670 587	25 868 383
Rendimentos/gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	2 254 045	40 518
Transferências e subsídios obtidos	47 798 630	41 744 599
Variações nos inventários da produção	462 662	415 720
Trabalhos para a própria entidade	77 493	0
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-2 643 565	-2 330 019
Fornecimentos e serviços Externos	-84 706 320	-78 257 115
Gastos com o pessoal	-71 389 252	-70 054 122
Transferências e subsídios concedidos	-36 758 338	-33 381 710
Prestações sociais	0	0
Imparidades de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)	82 607	-82 361
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	-121 921	363 974
Provisões (aumentos/reversões)	-63 497	-162 747
Imparidades de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	893	0
Aumentos/reduções de justo valor	0	0
Outros rendimentos	20 640 279	7 939 838
Outros gastos	-4 008 892	-3 448 174
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	36 588 437	40 609 907
gastos de depreciação e amortização	-23 817 401	-23 322 014
Imparidades de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	0	0
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	12 771 035	17 287 892
Juros e rendimentos similares obtidos	380 578	315 175
Juros e gastos similares suportados	-1 386 492	-632 745
Resultados antes de impostos	11 765 121	16 970 322
Imposto sobre o rendimentos	-182 591	-73 074
11 582 530	16 897 248	
Resultado líquido do período atribuível a:		
Detentores do capital da entidade mãe	11 532 947	17 231 838
Interesses que não controlam	49 582	-334 590
11 582 530	16 897 248	

5.3 DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO

Descrição	Notas	Capital / Património Subscrito	Ações (Quotas) próprias	Outros Instrum. de Capital Próprio	Prémios de Emissão	Reservas Legais	Resultados Transitados	Ajusta- mentos em Ativos Financeiros	Excedentes de Reva- lorização	Outras Variações Património Líquido	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses que não controlam	Total do Património Líquido	
														Unit: Euros (€)	
Posição no inicio do período	(1)	328 550 651	-425	3 294 631	0	81 465 900	204 859 280	108 247 671	0	19 827 725	16 660 343	762 905 777	0	762 905 777	
Alterações no período															
Primeira adoção de novo referencial contabilístico		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Alterações de políticas contabilísticas		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Realização do excedente de revalorização		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Excedentes de revalorização e respetivas variações		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Transferências e subsídios de capital		0	0	0	0	0	0	0	0	681 575	0	681 575	0	0	681 575
Correção de erros materiais		0	0	0	0	0	-29 764 019	0	0	0	0	-29 764 019	0	0	-29 764 019
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido		0	0	0	0	0	17 126 965	-1 504 429	0	69 355 336	-17 126 965	67 850 908	0	0	67 850 908
	(2)	0	0	0	0	0	-12 637 054	-1 504 429	0	70 036 911	-17 126 965	38 768 464	0	0	38 768 464
Resultado Líquido do Período	(3)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	11 293 630	11 293 630	0	0	11 293 630
Resultado Integral	(4)=(2)+(3)	0	0	0	0	0	-12 637 054	-1 504 429	0	70 036 911	-5 833 335	50 062 093	0	0	50 062 093
Operações com detentores de capital no período		0	-214	0	0	0	0	0	0	0	0	-214	0	0	-214
Realizações de capital/património		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Entradas para cobertura de perdas		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras operações		0	0	0	0	-1 361	-570 198	-2 258	0	-1 588 344	755 522	-1 406 639	0	0	-1 406 639
Subscrições de prémios de emissão		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	(5)	0	-214	0	0	-1 361	-570 198	-2 258	0	-1 588 344	755 522	-1 406 853	0	0	-1 406 853
Posição fim período	(6)=(1)+(4)+ (5)	328 550 651	-639	3 294 631	0	81 464 539	191 652 029	106 740 985	0	88 276 292	11 582 530	811 561 018	0	0	811 561 018
Partes relacionadas		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1 443 124	0	1 443 124
Posição no fim do período s/ partes relacionadas		328 550 651	-639	3 294 631	0	81 464 539	191 652 029	106 740 985	0	88 276 292	11 582 530	811 561 018	1 443 124	0	813 004 141

5.4 DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

Rubricas	31/12/2024	31/12/2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	29 313 333	28 389 297
Recebimentos de contribuintes	113 333 322	111 864 667
Recebimentos de transferências e subsídios correntes	47 765 947	42 650 141
Recebimentos de utentes	15 809 685	6 664 218
Pagamentos a fornecedores	-72 374 871	-63 980 054
Pagamentos ao pessoal	-68 210 559	-67 793 260
Pagamentos de transferências e subsídios	-38 584 576	-31 519 514
Pagamentos de prestações sociais	0	0
Caixa gerada pelas operações	27 052 281	26 275 493
Pagamento do imposto sobre o rendimento	-84 870	-35 431
Outros recebimentos	7 649 355	10 189 356
Outros pagamentos	-11 765 205	-9 099 269
Fluxos de Caixa das atividades operacionais (a)	22 851 562	27 330 148
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	-68 990 069	-73 051 753
Ativos intangíveis	-505 767	-142 657
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	12 766 651	1 710 458
Outros ativos	4 642 354	4 330 140
Subsídios ao investimento	28 172 393	11 127 841
Transferências de capital	1 143 474	1 960 676
Juros e rendimentos similares	150 909	78 812
Dividendos	236 257	231 146
Fluxos de Caixa das atividades de investimento (b)	-22 383 799	-53 755 336
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	11 513 360	17 102 093
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital	368 531	335 639
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-1 720 108	-2 537 472
Juros e gastos similares	-1 111 947	-314 951
Fluxos de Caixa das atividades de financiamento (c)	9 049 837	14 585 309
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)	9 517 600	-11 839 879
Efeito das diferenças de câmbio	0	0
Caixa e seus equivalentes no início do período	29 064 332	40 904 211
Caixa e seus equivalentes no fim do período	38 581 932	29 064 332

6. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Consubstanciado no art.º 75 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro na sua redação atual, o Município apresenta as suas demonstrações financeiras consolidadas, relativas ao exercício de 2024, que se reportam a 31 de dezembro.

O Grupo Autárquico realizou as suas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com os princípios que devem reger a elaboração das contas consolidadas, mencionada na Norma de Contabilidade Pública 22

As notas apresentadas neste relato, refletem as informações financeiras relativas aos saldos e fluxos financeiros entre as entidades alvo da consolidação, mapa de endividamento consolidado de médio e longo prazo, bem como, os mapas exigidos pelo n.º7 do citado art.º 75 da Lei nº73/2013, mais especificamente Balanço Consolidado, Demonstração Consolidada dos Resultados, Demonstração Consolidada das Alterações no Património Líquido e Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa, omitindo-se todos os pontos que não se aplicam ao Grupo Autárquico, ou se cinjam a factos ou situações que não sejam materialmente relevantes.

7. INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

As entidades que compõem o Grupo Autárquico, para efeitos de reporte de contas consolidadas referente ao exercício de 2024, dando dessa forma cumprimento ao estipulado pelo art.º 75 da Lei n.º 73/2013, são as seguintes:

Entidade Participada	Morada	% Controlo		Controlo Final
		Direto	Indireto	
OEIRAS VIVA - Gestão de Equipamentos Culturais e Desportivos	Piscina Oceânica de Oeiras, Estrada Marginal,Praia da Torre 2780-267 Oeiras	100,00%	0,00%	100,00%
PARQUES TEJO , Parqueamentos de Oeiras	Av. das Tulipas, nº 6 10º D/E Edifício Miraflores 1495-161 Algés	100,00%	0,00%	100,00%
SIMAS - Serviços Intermunicipalizados de Água e Saneamento dos Municípios de Oeiras e Amadora	Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, Nº 19 Urbanização Moinho das Antas 2784 – 541 Oeira	50,00%	0,00%	50,00%
MUNICÍPIA, SA - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação	Av. Prof. Dr. Cavaco Silva, Edifício Ciência II, Nº 11, 3º B Taguspark 2740-120 Porto Salvo	56,71%	0,00%	56,71%

INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO

Com o intuito de corresponder ao anteriormente referido, foram apurados os movimentos extra contabilísticos, nomeadamente ao nível de eliminações da participação financeira, de transações recíprocas entre as entidades que integram o perímetro de consolidação e dos saldos entre as mesmas.

7.1 BALANÇO, DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS E FLUXOS DE CAIXA – AJUSTAMENTOS

Rubricas	Balanços consolidados de forma direta					Balanços consolidados de acordo com o método integral					Unid: Euros (€)				
	CMO	Oeiras Viva	Prques Tejo	Município	Total	El. Participação OV	El. Participação PT	El. Participação MN	El. Saldos / Transações	Obs	Total				
	100%	100%	100%	56,71%		El. Participação OV	El. Participação PT	El. Participação MN	El. Saldos / Transações						
Ativo															
Ativo não corrente															
Ativos fixos tangíveis	698 314 985	711 210	6 998 907	1 279 118	707 304 221							707 304 221			
Propriedades de investimento	16 926 645	0	0	0	16 926 645							16 926 645			
Ativos intangíveis	953 573	39 827	99 286	406 954	1 499 640							1 499 640			
Ativos biológicos	91 839	0	0	0	91 839							91 839			
Participações financeiras	127 060 094	0	0	0	127 060 094	-1 143 145	-6 146 803	-1 890 495		a)		117 879 650			
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	0	0	0	0	0							0			
Acionistas/sócios/associados	0	0	0	0	0							0			
Diferimentos	0	0	0	0	0							0			
Outros ativos financeiros	0	5 793	12 263	8 452	26 509							26 509			
Ativos por impostos diferidos	0	87 361	0	0	87 361							87 361			
Clientes, contribuintes e utentes	0	0	0	0	0							0			
Outras contas a receber	0	0	0	0	0							0			
Total do Ativo não Corrente	843 347 136	844 192	7 110 456	1 694 524	852 996 308	-1 143 145	-6 146 803	-1 890 495	0	0		843 815 865			
Ativo corrente															
Inventários	3 111 311	13 083	0	0	3 124 394							3 124 394			
Ativos biológicos	0	0	0	0	0							0			
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	22 769 333	0	0	0	22 769 333							22 769 333			
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	0	0	0	0	0							0			
Clientes, contribuintes e utentes	1 971 500	294 743	18 842	908 523	3 193 607					-226 178	f)	2 967 430			
Estado e outros entes públicos	0	1 757	22 612	0	24 369							24 369			
Acionistas/sócios/associados	0	0	0	0	0							0			
Outras contas a receber	45 347 631	7 136	93 336	1 432 032	46 880 136					-244 644	f)	46 635 492			
Diferimentos	1 139 508	35 639	102 938	107 254	1 385 340							1 385 340			
Ativos financeiros detidos para negociação	0	0	0	0	0							0			
Outros ativos financeiros	4 600 000	0	0	0	4 600 000							4 600 000			
Ativos não correntes detidos para venda	532 408	0	0	0	532 408							532 408			
Caixa e depósitos	30 959 163	1 002 211	869 096	1 151 461	33 981 931							33 981 931			
Total do Ativo Corrente	110 430 854	1 354 570	1 106 825	3 599 270	116 491 519	0	0	0	0	-470 822	0	116 020 697			
Total do Ativo	953 777 990	2 198 762	8 217 281	5 293 794	969 487 827	-1 143 145	-6 146 803	-1 890 495	-470 822	0	959 836 562				

- a) Eliminação do Método de Equivalência Patrimonial das entidades participadas.
- b) Eliminação de transações entre o Município e a Oeiras Viva em 978€
- c) Eliminação de transações entre o Município e a empresa Oeiras Viva em 665.223€, Parques Tejo em 168€ e Município em 151.046€
- d) Eliminação de transações entre o Município e a empresa Parques Tejo em 598.871€ e Oeiras Viva em 654.313€
- e) Eliminação de transações, b + c
- f) Eliminação de saldos entre o Município e a empresa Oeiras Viva em 162.813€, Município em 63.364€ e Parques Tejo em

Rubricas	Balanços consolidados de forma direta					Balanços consolidados de acordo com o método integral					Unid: Euros (€)	
	CMO	Oeiras Viva	Prques Tejo	Município	Total	El. Participação OV	El. Participação PT	El. Participação MN	El. Saldos / Transações	Obs	Total	
	100%	100%	100%	56,71%								
Património Líquido												
Património/Capital	328 550 651	100 966	950 000	3 236 679	332 838 295		-100 966	-950 000	-3 236 679		a)	328 550 651
Ações (quotas) próprias	0	0	0	-639	-639							-639
Outros instrumentos de capital próprio	0	0	0	3 294 631	3 294 631							3 294 631
Prémios de emissão	0	0	0	0	0							0
Reservas	81 433 782	54 143	3 625 675	54 235	85 167 834	-54 143	-3 625 675	-23 478		a)	81 464 539	
Resultados transitados	193 643 016	1 076 805	947 959	-3 510 822	192 156 958	-1 076 805	-947 959	1 519 835		a)	191 652 029	
Ajustamentos em ativos financeiros	106 740 985	1 636	0	0	106 742 621	-1 636					106 740 985	
Excedentes de revalorização	0	0	0	0	0						0	
Outras variações no Património Líquido	89 659 636	0	0	145 000	89 804 636			-1 528 344		a)	88 276 292	
Resultado líquido do período	11 532 947	-90 404	623 169	114 535	12 180 248	90 404	-623 169	-64 953		a)	11 582 530	
Dividendos antecipados	0	0	0	0	0						0	
Interesses que não controlam	0	0	0	0	0			1 443 124		a)	1 443 124	
Total do Património Líquido	811 561 017	1 143 145	6 146 803	3 333 619	822 184 585	-1 143 145	-6 146 803	-1 890 495	0	0	813 004 141	
Passivo												
Passivo não corrente												
Provisões	660 588	0	30 000	276 764	967 352							967 352
Financiamentos obtidos	36 126 907	0	209 193	0	36 336 100							36 336 100
Fornecedores de investimentos	0	0	0	0	0							0
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	0	0	0	0	0							0
Diferimentos	58 866 535	0	0	0	58 866 535							58 866 535
Passivos por impostos diferidos	0	0	0	0	0							0
Fornecedores	0	0	0	0	0							0
Outras contas a pagar	16 794 212	0	0	0	16 794 212							16 794 212
Total do Passivo não Corrente	112 448 242	0	239 193	276 764	112 964 198	0	0	0	0	0	0	112 964 198
Passivo corrente												
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	0	0	0	0	0							0
Fornecedores	4 308 910	310 332	401 460	1 137 816	6 158 517					-221 894	f)	5 936 623
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0	27 260	0	0	27 260							27 260
Estado e outros entes públicos	1 361 223	126 711	292 916	131 418	1 912 267							1 912 267
Acionistas/sócios/associados	0	0	0	0	0							0
Financiamentos obtidos	979 617	0	48 689	0	1 028 306							1 028 306
Fornecedores de investimentos	1 441 450	0	0	0	1 441 450							1 441 450
Outras contas a pagar	17 616 561	346 899	1 034 232	297 643	19 295 336				-248 928	f)	19 046 408	
Diferimentos	4 060 970	244 415	53 989	116 534	4 475 908							4 475 908
Passivos financeiros detidos para negociação	0	0	0	0	0							0
Outros passivos financeiros	0	0	0	0	0							0
Total do Passivo Corrente	29 768 731	1 055 617	1 831 286	1 683 411	34 339 044	0	0	0	-470 822	0	0	33 868 223
Total do Passivo	142 216 972	1 055 617	2 070 479	1 960 175	147 303 243	0	0	0	-470 822	0	0	146 832 421
Total do Património Líquido e Passivo	953 777 990	2 198 762	8 217 281	5 293 794	969 487 827	-1 143 145	-6 146 803	-1 890 495	-470 822	0	0	959 836 562

- a) Eliminação do Método de Equivalência Patrimonial das entidades participadas
- b) Eliminação de transações entre o Município e a Oeiras Viva em 978€
- c) Eliminação de transações entre o Município e a empresa Oeiras Viva em 665.223€, Parques Tejo em 168€ e Municípia em 151.046€
- d) Eliminação de transações entre o Município e a empresa Parques Tejo em 598.871€ e Oeiras Viva em 654.313€
- e) Eliminação de transações, b + c
- f) Eliminação de saldos entre o Município e a empresa Oeiras Viva em 162.813€, Municípia em 63.364€ e Parques Tejo em 244.644

Rendimentos e Gastos	Demonstração de resultados consolidados de forma direta					Demonstração de resultados consolidados de acordo com o método integral				
	CMO	Oeiras Viva	Parques Tejo	Município	56,71%	El. Participação OV	El. Participação PT	El. Participação MN	El. Saldos / Transações	Livre
	100%	100%	100%	Total						
Impostos, contribuições e taxas	135 637 551	0	0	0	135 637 551,2					135 637 551,2
Vendas	475 858	180 595	0	0	656 453,4				-978	b) 655 475,4
Prestações de serviços e concessões	16 729 379	3 952 673	5 078 035	3 726 937	29 487 023,8				-816 437	c) 28 670 586,7
Rendimentos/gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	2 851 763	0	0	0	2 851 762,5	90 404	-623 169	-64 953		2 254 044,5
Transferências e subsídios obtidos	47 764 130	654 313	633 371	0	49 051 813,4				-1 253 184	d) 47 798 629,7
Variações nos inventários da produção	462 662	0	0	0	462 661,9					462 661,9
Trabalhos para a própria entidade	0	0	0	77 493	77 493,0					77 493,0
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-2 478 215	-165 350	0	0	-2 643 565,0					-2 643 565,0
Fornecimentos e serviços Externos	-78 674 799	-2 762 562	-2 041 015	-2 045 359	-85 523 735,1				817 415	e) -84 706 319,9
Gastos com o pessoal	-65 765 907	-1 861 737	-2 326 042	-1 435 566	-71 389 252,3					-71 389 252,3
Transferências e subsídios concedidos	-38 011 522	0	0	0	-38 011 521,6				1 253 184	d) -36 758 337,9
Prestações sociais	0	0	0	0	0,0					0,0
Imparidades de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)	82 607	0	0	0	82 607,4					82 607,4
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	-72 902	0	0	-49 018	-121 920,8					-121 920,8
Provisões (aumentos/reversões)	-63 497	0	0	0	-63 497,3					-63 497,3
Imparidades de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	893	0	0	0	892,9					892,9
Aumentos/reduções de justo valor	0	0	0	0	0,0					0,0
Outros rendimentos	20 191 865	43 565	128 523	276 327	20 640 279,5					20 640 279,5
Outros gastos	-3 905 657	-14 732	-35 649	-52 533	-4 008 892,3					-4 008 892,3
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	35 224 207,3	26 764,3	1 437 222,5	497 960,4	37 186 154,6	90 403,9	-623 168,8	-64 953,0	0	0
gastos de depreciação e amortização	-22 787 836	-140 445	-622 107	-267 014	-23 817 401,4					-23 817 401,4
Imparidades de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	0	0	0	0	0,0					0,0
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	12 436 371,1	-113 680,5	815 115,8	230 946,8	13 368 753,2	90 403,9	-623 168,8	-64 953,0	0	0
Juros e rendimentos similares obtidos	380 111	0	0	467	380 577,6					380 577,6
Juros e gastos similares suportados	-1 283 535	0	-3 289	-99 668	-1 386 492,1					-1 386 492,1
Resultados antes de impostos	11 532 947,3	-90 403,9	623 168,8	114 535,4	12 180 247,7	90 403,9	-623 168,8	-64 953,0	0	0
Imposto sobre o rendimentos	0	23 277	-188 658	-17 210	-182 591,0					-182 591,0
	11 532 947,3	-90 403,9	623 168,8	114 535,4	12 180 247,7	90 403,9	-623 168,8	-64 953,0	0	0
Resultado líquido do período atribuível a:										
Detentores do capital da entidade mãe	11 532 947	-90 404	623 169	114 535	12 180 247,7	90 404	-623 169	-114 535		11 532 947,3
Interesses que não controlam	0	0	0	0	0,0			49 582		49 582,4
	11 532 947,3	-90 403,9	623 168,8	114 535,4	12 180 247,7	90 403,9	-623 168,8	-64 953,0	0	0
										11 582 529,7

- g) Eliminação do Método de Equivalência Patrimonial das entidades participadas
- h) Eliminação de transações entre o Município e a Oeiras Viva em 978€
- i) Eliminação de transações entre o Município e a empresa Oeiras Viva em 665.223€, Parques Tejo em 168€ e Município em 151.046€
- j) Eliminação de transações entre o Município e a empresa Parques Tejo em 598.871€ e Oeiras Viva em 654.313€
- k) Eliminação de transações, b + c
- l) Eliminação de saldos entre o Município e a empresa Oeiras Viva em 162.813€, Município em 63.364€ e Parques Tejo em 244.644

Rubricas	Fluxos de Caixa consolidados de forma direta					Balanços consolidados de acordo com o método integral				
	CMO	Oeiras Viva	Parques Tejo	Município	Total	CMO	Oeiras Viva	Parques Tejo	Município	Total
	100%	100%	100%	56,71%		100%	100%	100%	56,71%	
Fluxos de caixa das atividades operacionais										
Recebimentos de clientes	14 812 268	4 226 350	6 751 443	4 604 131	30 394 192	-1 876	-922 505		-156 479	29 313 333
Recebimentos de contribuintes	113 333 322	0	0	0	113 333 322					113 333 322
Recebimentos de transferências e subsídios correntes	48 602 981	654 313	0	0	49 257 294	-837 034	-654 313			47 765 947
Recebimentos de utentes	15 809 685	0	0	0	15 809 685					15 809 685
Pagamentos a fornecedores	-66 755 968	-2 455 979	-2 286 667	-1 957 116	-73 455 731	1 078 983	1 708	168		-72 374 871
Pagamentos ao pessoal	-63 762 250	-1 286 921	-2 177 342	-984 046	-68 210 559					-68 210 559
Pagamentos de transferências e subsídios	-39 729 019	0	0	0	-39 729 019	1 144 443				-38 584 576
Pagamentos de prestações sociais	0	0	0	0	0					0
Caixa gerada pelas operações	22 311 020	1 137 763	2 287 434	1 662 968	27 399 185	1 384 517	-1 575 110	168	-156 479	27 052 281
Pagamento do imposto sobre o rendimento	0	-17 183	-53 415	-14 272	-84 870					-84 870
Outros recebimentos	7 649 355	0	0	0	7 649 355					7 649 355
Outros pagamentos	-9 499 861	-1 117 975	-1 066 541	-917 861	-12 602 238		837 034			-11 765 205
Fluxos de Caixa das atividades operacionais (a)	20 460 514	2 605	1 167 477	730 836	22 361 431	1 384 517	-1 575 110	837 202	-156 479	22 851 562
Fluxos de caixa das atividades de investimento										
Pagamentos respeitantes a:										
Ativos fixos tangíveis	-67 840 055	-36 753	-996 370	-116 892	-68 990 069					-68 990 069
Ativos intangíveis	-421 170	-16 653	-32 091	-35 853	-505 767					-505 767
Recebimentos provenientes de:										
Ativos fixos tangíveis	12 697 000	1 200	0	68 451	12 766 651					12 766 651
Outros ativos	4 642 354	0	0	0	4 642 354					4 642 354
Subsídios ao investimento	28 137 893	0	34 500	0	28 172 393					28 172 393
Transferências de capital	1 143 474	0	0	0	1 143 474					1 143 474
Juros e rendimentos similares	150 442	0	0	467	150 909					150 909
Dividendos	236 257	0	0	0	236 257					236 257
Fluxos de Caixa das atividades de investimento (b)	-21 253 805	-52 206	-993 960	-83 827	-22 383 799	0	0	0	0	-22 383 799
Fluxos de caixa das atividades de financiamento										
Recebimentos provenientes de:										
Financiamentos obtidos	10 887 860	0	0	625 500	11 513 360					11 513 360
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital	0	0	0	858 662	858 662				490 130	368 531
Pagamentos respeitantes a:										
Financiamentos obtidos	-695 871	0	-30 021	-994 216	-1 720 108					-1 720 108
Juros e gastos similares	-1 096 332	0	0	-15 616	-1 111 947					-1 111 947
Fluxos de Caixa das atividades de financiamento (c)	9 095 658	0	-30 021	474 330	9 539 967	0	0	0	-490 130	9 049 837
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)	8 302 366	-49 601	143 496	1 121 330	9 517 600	1 384 517	-1 575 110	837 202	-646 609	9 517 600
Efeito das diferenças de câmbio	0	0	0	0	0					0
Caixa e seus equivalentes no início do período	27 256 797	1 051 812	725 601	30 122	29 064 332					29 064 332
Caixa e seus equivalentes no fim do período	35 559 163	1 002 211	869 096	1 151 461	38 581 931	1 384 517	-1 575 110	837 202	-646 609	38 581 932

Nota 1 – Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

As informações referentes à identificação da entidade, o período de relato e referencial contabilístico adotados pelo Município de Oeiras encontram-se espelhados no Anexo da Instrução nº 1/2019 do TC (Volume III) e o organograma (publicado no Diário da República, 2^a série, Parte H, o Despacho nº 3686/2020, de 25 de março) no Anexo da Instrução nº 1/2019 do TC (Volume III).

1.1. Identificação da entidade, período de relato

Identificação da entidade que controla - consolidante

Designação da entidade: Município de Oeiras

Sede: Largo Marquês de Pombal, 2784 - 501 Oeiras

NIF: 500745943

IVA de Atividades: 84113, 58140, 46341, 85600, 38212, 68200, 11021, 47250, 56107, 56304, 84250, 84240, 01210, 93293, 56290, 47810

Regime Financeiro: Lei nº 73/2013, de 3 de setembro e Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Período de relato: Entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2024.

Sistema de contabilidade: SNC-AP - Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública.

Identificação das Entidades incluídas no perímetro de consolidação

Designação da entidade: SIMAS - Serviços Intermunicipalizados de Água e Saneamento dos Municípios de Oeiras e Amadora

Sede: Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, 19 - Urbanização Moinho das Antas, 2784 – 541 Oeiras

NIF: 680015019

Regime Financeiro: Lei nº 73/2013, de 3 de setembro e Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Período de relato: Entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2024.

Sistema de contabilidade: SNC-AP - Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública.

Designação da entidade: OEIRAS VIVA - Gestão de Equipamentos Culturais e Desportivos, E.M.

Sede: Estrada Marginal - Praia da Torre, 2780-267 Oeiras

NIF: 505351064

Regime Financeiro: Lei nº 73/2013, de 3 de setembro e Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Período de relato: Entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2024.

Sistema de contabilidade: SNC - Sistema de Normalização Contabilística.

Designação da entidade: PARQUES TEJO- Parqueamentos de Oeiras, E.M., SA

Sede: Avenida das Túlipas, N.º 6, Piso 10 D/E, Miraflores, 1495-161 Algés

NIF: 504719670

Regime Financeiro: Lei nº 73/2013, de 3 de setembro e Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Período de relato: Entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2024.

Sistema de contabilidade: SNC - Sistema de Normalização Contabilística.

Designação da entidade: MUNICÍPIA - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E. M., S.A.

Sede: Taguspark, Avenida Professor Dr. Cavaco Silva, Edifício Ciência II nº 11 3º B, 2740-120 Porto Salvo

NIF: 504475606

Regime Financeiro: Lei nº 73/2013, de 3 de setembro e Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Período de relato: Entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2024.

Sistema de contabilidade: SNC - Sistema de Normalização Contabilística.

Entidades incluídas no perímetro de consolidação

Em conformidade com o previsto na NCP 22 – Demonstrações financeiras consolidadas, não foram excluídas do processo de consolidação, quaisquer entidades em que se verifiquem as condições de controlo.

As entidades que compõem o grupo autárquico, para efeitos de reporte de contas consolidadas referente ao exercício de 2024 são as seguintes:

Nome	Sede Social	% de Particip.	Capital Social	Responsáveis	Sistema de contabilidade aplicável	N.º de Trabalhadores
				Presidente: Isaltino Afonso Morais Vice-Presidente: Emanuel Francisco dos Santos Rocha de Abreu Gonçalves Vereadores: Joana Micaela Salvador Baptista Pedro Manuel Freire Patacho Ana Filipa Laborinho da Fonseca Armando Agria Cardoso Soares Teresa Alexandra de Matos Santos Simões Vaz Bacelar Susana Isabel Costa Duarte Nuno Ricardo de Almeida Neto Carla Alexandra Orvalho da Silva Castelo Carla Cristina Teixeira Rocha Duarte Araújo Jorge Cardoso da Mata João Carlos da Silva Anacleto Neves Eugénia Maria Carvalho Fernandes Pires		
Município de Oeiras	Largo Marquês de Pombal	-	328 550 651,17 €		SNC-AP	2793
OEIRAS VIVA - Gestão de Equipamentos Culturais e Desportivos	Piscina Oceânica de Oeiras, Estrada Marginal, Praia da Torre, 2780-267 Oeiras	100%	100 965,57 €	Presidente do Conselho: Rui Daniel Mourinha Vogal: Eduardo Correia Vogal: Zalinda Campilho	SNC	82
PARQUES TEJO, Parqueamentos de Oeiras	Av. das Túlipas nº 6 10º D/E Edifício Miraflores 1495-161 Algés	100%	950 000,00 €	Presidente do Conselho: Rui Ribeiro Rei Vogal: Mara Filipa Ribeiro Duarte Vogal: Nuno Miguel Rodrigues Duarte Patrão	SNC	94
SIMAS - Serviços Intermunicipalizados de Água e Saneamento dos Municípios de Oeiras e Amadora	Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, 19 Urb. Moinho das Antas 2784 – 541 Oeiras	50%	39 570 395,01 €	Presidente do Conselho: Joana Micaela Salvador Baptista Administradora: Catarina Braz Sobreiro Barata Dão Administrador: Luís Filipe Moutinho Lopes	SNC-AP	377
MUNICÍPIA, SA - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação	Av. Prof. Dr. Cavaco Silva, Edifício Ciência II, número 11, 3º B, Taguspark 2740-120 Porto Salvo – Portugal	56,71%	3 236 678,67 €	Presidente do Conselho: Luís Miguel dos Reis Silva Administrador: Maria Madalena Pereira da Silva Castro Administrador: Piedade Susana da Silva Pina	SNC	42

Entidades participadas excluídas do perímetro de consolidação

As entidades que estão excluídas do perímetro de consolidação são aquelas cuja dimensão não têm impacto nas contas da entidade consolidante, ou seja, são aquelas em que o Município não detém relação de controlo e cuja participação é inferior a 20%.

AMTRES 17,22%	TAGUSPARK 19,16%	Águas do Tejo Atlântico, S.A. 3,47 %	FUNDAÇÃO MARQUES DE POMBAL 12,50%	EIA 2,85%
-------------------------	----------------------------	--	---	---------------------

1.2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e respetivas Normas de Contabilidade Pública (NCP) aplicáveis ao grupo público de Oeiras.

Salienta-se para o facto de não serem apresentadas no presente anexo as notas relativamente às quais se considere não existir informação que justifique a sua divulgação, ou que não sejam significativas para a compreensão das demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto de continuidade e de modo a permitir uma análise comparativa, tendo em vista uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados do grupo público de Oeiras, sendo estas constituídas pelos seguintes instrumentos:

- Balanço;
- Demonstração dos resultados por natureza;
- Demonstração das alterações do património líquido;
- Demonstração dos fluxos de caixa;
- Anexos às demonstrações financeiras.

Em conformidade com o previsto na NCP 22, não foram excluídas do processo de consolidação, quaisquer entidades em que se verifiquem as condições de controlo.

Durante o exercício findo a 31 de dezembro de 2024 não ocorreram situações que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista no SNC-AP, que tenham originado efeitos materialmente relevantes e que pudesse colocar em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras.

PRINCÍPIOS E MÉTODOS DE CONSOLIDAÇÃO

Na composição do perímetro de consolidação, foi aplicada a definição de controlo prevista na NCP 22, segundo a qual “*Uma entidade controla outra entidade quando está exposta, ou tem direitos, a benefícios variáveis decorrentes do seu envolvimento com a outra entidade e tem a capacidade de influenciar a natureza e a quantia desses benefícios através do poder que exerce sobre essa mesma entidade.*” A definição de controlo, é, pois, o pilar para definir o perímetro de consolidação. De acordo com o n.º 5 do artigo 75º do RFALEI, existe controlo quando se verifique, pelo menos um dos seguintes indicadores de poder ou de resultado:

- a) A faculdade de vetar os orçamentos;
- b) A possibilidade de vetar, derrogar ou modificar as decisões dos órgãos de gestão;
- c) A detenção da titularidade dos ativos líquidos com direito de livre acesso a estes;
- d) A capacidade de conseguir a sua cooperação na realização de objetivos próprios;
- e) A assunção da responsabilidade subsidiária pelos passivos da outra entidade.

Relativamente ao método de consolidação de contas⁴, mediante a percentagem de participação que a entidade consolidante detém sobre as participadas, assim é aplicado o respetivo método, com a finalidade de melhor refletir a imagem financeira do Grupo.

Assim, e atendendo às percentagens de propriedade do capital próprio e controlo que o Município detém nas entidades que integram o perímetro de consolidação, são utilizados os seguintes métodos de consolidação:

- **O Método da Equivalência Patrimonial (MEP)**⁵: é um método contabilístico nos termos do qual o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e é ajustado posteriormente em função da evolução pós-aquisição da quota-partes dos ativos líquidos da associada ou empreendimento conjunto detidos pela investidora. Os resultados da investidora incluem a sua quota-partes nos resultados da participada e os ativos líquidos da investidora incluem a quota-partes nas alterações nos ativos líquidos da participada que não foram reconhecidos pelos resultados.
- **Método de Consolidação Integral (MCI)**: é um método adotado em situações de controlo exclusivo e consiste na integração no balanço e na demonstração de resultados da entidade consolidante dos elementos respetivos dos balanços e demonstrações de resultados das

⁴ Existem três métodos de consolidação de contas de possível utilização, mediante a dimensão da participação: Método da Consolidação Integral; Método da Equivalência Patrimonial; e Método de Consolidação Proporcional.

⁵ Também designado como método simplificado de consolidação.

entidades consolidadas, bem como da eliminação da participação financeira nas demonstrações financeiras da entidade consolidante.

Saliente-se que, o MEP foi utilizado com os SIMAS, em que o controlo é partilhado igualmente entre os Municípios de Oeiras e Amadora, e o MCI foi utilizado com as restantes entidades do perímetro de consolidação, ou seja, a Oeiras Viva, a Parques Tejo e a Municípia para a qual foram tidos em consideração os interesses minoritários.

Desagregação dos saldos de caixa e seus equivalentes

De acordo com a Estrutura e Conteúdo das Demostrações Financeiras (NCP 1), a Caixa compreende dinheiro e depósitos à ordem. Já os equivalentes de caixa são investimentos a curto prazo, facilmente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e não sujeitos a risco de alteração de valor.

Assim, o saldo de caixa e depósitos do grupo público de Oeiras em 2024 fixou-se em cerca de 34,0 milhões de euros desagregando-se da seguinte forma:

Conta	31/12/2024	31/12/2023
Caixa	31 700	25 601
Caixa	29 013	23 343
Valores a entregar a terceiros	2 687	2 259
Depósitos à Ordem	17 153 919	5 607 163
Depósitos bancários à ordem	17 153 919	5 607 163
Outros Depósitos	16 796 312	13 931 567
Depósitos de garantias e cauções	16 796 312	13 931 567
Total de Caixa e Depósitos	33 981 931	19 564 332

Quando comparado com o ano de 2023 o relato da gerência em análise regista um forte crescimento em cerca de 73,7%, em que os Depósitos à Ordem aumentaram em cerca de 200,6% (11,6 M€) e os Depósitos de Garantias e Cauções (referente a retenções em numerário ou depósitos bancários para execução de contratos e de procedimentos em obras de urbanização), aumentaram cerca de 20,6% (2,9 M€).

Nota 2 – Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As presentes demonstrações financeiras consolidadas, apresentam em euros, de forma apropriada a posição e o desempenho financeiro, bem como os fluxos de caixa do Grupo. Representam ainda, de forma fiel e fidedigna, os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento e mensuração.

A apresentação das demonstrações financeiras exige uma representação fiel dos efeitos das transações, outros acontecimentos e condições estabelecidos na EC e NCP de forma apropriada, pelo que as presentes demonstrações financeiras cumprem as NCP.

2.1 Base de mensuração

A seleção da base de mensuração para as presentes demonstrações financeiras é elencada em seguida:

a) Ativos Intangíveis

Reconhecimento

São reconhecidos os bens que cumprem os critérios de definição de ativos intangíveis, tais como conhecimentos científicos ou técnicos, conceção e implementação de novos processos ou sistemas, licenças, propriedade intelectual e marcas comerciais, sobre os quais se verifique o controlo do respetivo recurso e a existência de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço para o Município.

Mensuração inicial

Os bens constantes no ativo intangível são mensurados inicialmente pelo seu custo de aquisição, através de transações com contraprestação. O custo de aquisição compreende:

- O preço da compra (que inclui direitos de importação, impostos não dedutíveis ou reembolsáveis, após dedução de descontos comerciais);
- Qualquer custo diretamente atribuível para preparação do ativo para o uso pretendido (que inclui custos dos benefícios dos empregados, honorários profissionais, custos para testar o funcionamento).

Podem ainda ser mensurados pelo justo valor se os bens forem adquiridos através de uma transação sem contraprestação.

Mensuração subsequente

Subsequentemente, um ativo intangível é mensurado pelo seu custo menos a depreciação acumulada e, quando aplicável, a perda de imparidade acumulada.

Desreconhecimento

Um ativo intangível é desreconhecido:

- Na data de alienação (incluindo alienação através de uma transação sem contraprestação); ou
- Quando for permanentemente retirado do uso e da sua alienação não se esperam benefícios económicos futuros ou potencial de serviço.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação de ativos intangíveis devem ser determinados como a diferença entre os rendimentos líquidos da alienação e a quantia escriturada do ativo e devem ser reconhecidos nos resultados, no período do abate ou alienação.

b) Ativos Fixos Tangíveis

Reconhecimento

São reconhecidos os bens que cumprem os critérios de definição de ativos fixos tangíveis e que são detidos para uso na produção ou fornecimento de bens e serviços no âmbito das atribuições do Município, ou para fins administrativos e que se espera que sejam usados durante mais de um período de relato.

Mensuração inicial

Os bens constantes no ativo fixo tangível adquiridos através de transações com contraprestação são mensurados inicialmente pelo seu custo de aquisição, assim como outros custos diretamente relacionados com a aquisição do bem, incluindo os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização.

Os bens constantes no ativo fixo tangível adquiridos através de transações sem contraprestação, são mesurados da seguinte forma:

- Bens imóveis – pelo valor patrimonial tributário (VPT);
- Outros ativos tangíveis – ao custo do valor recebido ou, na falta deste, o respetivo valor de mercado.

Mensuração subsequente

Subsequentemente, um ativo fixo tangível é mensurado pelo seu custo menos a depreciação acumulada e, quando aplicável, a perda de imparidade acumulada.

Os encargos subsequentes incorridos com a conservação e reparação dos ativos fixos tangíveis que não aumentam a sua vida útil, nem resultam em benefícios ou melhorias significativas, são registados como gastos do exercício.

Desreconhecimento

Um ativo fixo tangível é desreconhecido:

- Na data de alienação (incluindo quando efetuada através de uma transação sem contraprestação); ou
- Quando for permanentemente retirado do uso e da sua alienação não se esperam benefícios económicos futuros ou potencial de serviço.

O ganho ou a perda resultante do abate ou alienação de um ativo fixo tangível é determinado pela diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido no resultado do período em que ocorre o abate ou a alienação.

c) Propriedades de Investimento

São aplicadas as mesmas políticas contabilísticas utilizadas para os Ativos Fixos Tangíveis.

d) Participações Financeiras

Os investimentos financeiros em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas são, para participações inferiores a 20%, reconhecidos de acordo com a NCP 18, mensurados ao custo de aquisição, ou, para as participações superiores a 20%, de acordo com a NCP 23, mensurados através do método da equivalência patrimonial (MEP).

Pelo método do custo, o investimento é reconhecido inicialmente pelo seu custo de aquisição, sendo subsequentemente ajustado por perdas por imparidade (pela diferença entre a quota-parte do Município nos capitais próprios e o valor da respetiva participação).

Pelo método da equivalência patrimonial, a participação é reconhecida inicialmente pelo custo. Posteriormente a quantia escriturada é aumentada ou diminuída para reconhecer a evolução da quota-parte da participada nos resultados do Município. As distribuições de resultados reduzem ou aumentam a quantia escriturada do investimento, pelo que o valor final da participação financeira irá incluir o valor determinado pela aplicação do método da equivalência patrimonial.

e) Depreciações e Amortizações

As depreciações aplicadas a bens do Ativo Fixo Tangível e as Amortizações aplicadas a bens do Ativo Intangíveis refletem o potencial de serviço do ativo que já foi consumido, sendo o método das quotas constantes o método utilizado, considerando o número de anos de vida útil de referência conforme o disposto no CC2 (Classificador Complementar 2).

Relativamente aos Ativos Intangíveis, os bens referentes a software com licença perpétua, direitos de autor e propriedade intelectual, os quais se verifique um benefício económico futuro sem termo definido, não são efetuadas amortizações de acordo com o previsto no CC2.

Os terrenos e edifícios são ativos separáveis que são contabilizados separadamente mesmo se adquiridos em conjunto. Os terrenos não são deprecáveis.

f) Inventários

Os inventários são reconhecidos pelo custo de aquisição, sendo utilizado o método de custeio das saídas, sendo valorizados pelo custo médio ponderado. Os produtos agrícolas são valorizados pelo custo de produção anual.

g) Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são mensurados ao custo de aquisição, se esse ativo ou passivo não for subsequentemente mensurado pelo justo valor, caso em que são imediatamente reconhecidas em resultados do período.

h) Transferências e Subsídios

As Transferências e os Subsídios não reembolsáveis para financiamento de Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis com vida útil definida são inicialmente reconhecidos em património líquido quando as condições se encontrarem cumpridas ou quando não tenham condições e, subsequentemente,

imputados numa base sistemática como rendimento do período, proporcionalmente às depreciações/amortizações dos respetivos bens.

Um subsídio e ou uma transferência só serão reconhecidos após existir segurança de que:

- Serão cumpridas as condições a ele associadas; e
- O mesmo será recebido.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como passivos.

Um subsídio que inicialmente se tenha considerado não reembolsável e se torne reembolsável será contabilizado como uma revisão de uma estimativa contabilística, isto é, terá efeitos prospetivos.

Os subsídios à exploração são reconhecidos na demonstração de resultados.

i) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

São reconhecidas provisões quando, cumulativamente:

- Existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que seja exigido um exfluxo de recursos que incorporam benefícios económicos ou potencial de serviço para pagar essa obrigação;
- Pode ser feita uma estimativa fiável da quantia dessa obrigação.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respetivas responsabilidades futuras. A atualização da provisão, com referência ao final de cada período, é reconhecida como um gasto financeiro.

Se deixar de ser provável que é necessário um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para liquidar a obrigação, a provisão é revertida. Uma provisão apenas é utilizada para dispêndios relativamente aos quais foi originalmente reconhecida.

As provisões constituídas pelo Município consubstanciam-se em provisões para processos judiciais em curso e provisões para riscos e encargos.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados no Anexo sempre que haja a possibilidade de existir um exfluxo de recursos e que esta não seja remota.

Os passivos contingentes são avaliados em cada data de relato para determinar se um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço se tornou provável. Quando se torna provável, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras desse período.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras enquanto ativo, na medida em que, o seu caráter contingente não permite que tais valores cumpram com os critérios de reconhecimento de um ativo.

j) Rendimento – Transações com Contraprestação

Uma transação com contraprestação é uma transação na qual a entidade presta um serviço ou entrega um bem e em troca recebe um valor aproximadamente igual ao bem que entregou ou ao serviço que prestou.

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade. No Município estas subdividem-se em vendas, prestações de serviços, juros e dividendos e outros rendimentos.

k) Rendimento – Transações sem Contraprestação

Uma transação sem contraprestação é uma transação em que uma entidade recebe valor de uma outra entidade sem dar diretamente em troca valor aproximadamente igual.

No Município as transações sem contraprestação subdividem-se em impostos, taxas, transferências e outros rendimentos.

l) Contas a Receber e a Pagar

As contas a receber são desagregadas em quantias a receber de clientes, contribuintes e utentes, mensurados inicialmente pelo seu justo valor e posteriormente ajustados ao custo amortizado, utilizando a taxa efetiva, deduzida das perdas por imparidade.

As perdas por imparidade são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante de perda estimada, num período posterior.

O montante anual acumulado de imparidades é determinado de acordo com as seguintes percentagens:

- 50% para dívidas em mora há mais de 6 meses e até 12 meses;
- 100% para aquelas que se encontram em mora há mais de 12 meses.

É efetuada uma análise caso a caso para as dívidas do ano corrente sem movimento procedendo-se ao respetivo ajustamento.

As contas a pagar a fornecedores e outros credores são registados pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu custo amortizado.

m) Especialização de Exercícios

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, independentemente do momento em que as transações são faturadas.

2.2. Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte)

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos do Município.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetam o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados nas demonstrações financeiras do período. Se foram materialmente relevantes são divulgados no presente anexo às demonstrações financeiras.

2.3. Principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte)

Na preparação das demonstrações financeiras anexas, a única estimativa utilizada foi a estimativa de férias e subsídio de férias associados aos empregados e o registo de ajustamentos aos valores dos ativos, nomeadamente, dívidas a receber de clientes, utentes e contribuintes.

2.4. Erros materiais de períodos anteriores

No exercício foram efetuadas regularizações decorrentes do trabalho desenvolvido pela Divisão de Património, visando os registos contabilísticos adequados dos ativos, de acordo com as NCP. Durante o exercício procederam-se ainda a algumas correções de faturas de fornecedores, do cálculo do MEP das entidades participadas, e ainda o reconhecimento do edificado escolar.

Reexpressão retrospectiva		Efeito em N-1 (euros)
	Designação	
Alterações na Demonstração de Resultados		
	Correção de reconhecimento de verbas provenientes Edubox (refeições escolares)	-155 332
	Devolução de subsídio atribuído no âmbito do apoio à COVID 19	-222 820
	Insuficiência de estimativa de rendimentos das taxas cobradas pela Polícia Municipal	5 120
	Notas de crédito e restituições emitidas referentes faturas de clientes/outros devedores anos anteriores com liquidação de IVA	-9 420
	Notas de crédito e restituições emitidas referentes faturas de clientes/outros devedores anos anteriores sem liquidação de IVA	-331 695
	Notas de crédito e RNAPs emitidas referentes faturas de fornecedores/outros credores anos anteriores sem liquidação de IVA	408 806
	Notas de crédito recebidas referentes faturas de fornecedores/outros credores anos anteriores sem liquidação de IVA	36 928
	Regularização de acréscimo de rendimentos juros de CEDIC 2022	-3 542
	Regularização de devolução de subsídio atribuído em 2023 e registado em 2024 - 3/C03-i02/2022 - Projeto 2004	-1 065
	Regularização de estimativas de receita relativa a contraordenações no âmbito do contrato programa com a Paques Tejo	-1 194
	Regularização de stocks de inventários	3 005
Alterações no Balanço		
Aumento no ativo		
	Correções aos bens do ativo fixo tangível e reconhecimento de ativos das Escolas no âmbito da transferência de competências (Regularizações património).	73 310
	Correções aos bens do ativo fixo tangível e reconhecimento de ativos escultórios do Parque dos Poetas (Regularizações património).	1 873 045
	Correções aos bens do ativo fixo tangível e reconhecimento de empreitada de beneficiação do Polidesportivo do Bairro 25 de Abril (Regularizações património).	150 472
	Correções aos bens do ativo fixo tangível e reconhecimento de empreitada de beneficiação nos anexos à Casa D. Miguel - Queijas (Regularizações património).	169 743
	Correções aos bens do ativo fixo tangível e reconhecimento de valor do projeto do novo edifício - Fórum Municipal (Regularizações património).	918 921
	Correções aos bens do ativo fixo tangível e reconhecimentos - outras valorizações (Regularizações património).	502 722
	Correções às participações - Oeiras Viva - diferenças de capital próprio - fecho de 2023 (Regularizações património).	117 891
	Correções às participações - SIMAS- Diferença em Capital - RL 2023 + Reservas 2023 (Regularizações património).	8 014
	Reconhecimento de valor patrimonial da Parcela de terreno p/sede dos Bombeiros Voluntários de Paço de Arcos (Regularizações património).	405 415
Diminuição no ativo		
	Correção da depreciação de bens registados no património (Parque dos Poetas 2.ª Fase - 412.685,23 €) - (Regularizações património)	650 994
	Correções aos bens do ativo fixo tangível - Diminuição de valor (Regularizações património).	102 505
	Correções aos bens do ativo fixo tangível - Desreconhecimento por não revestir carácter de investimento (Regularizações património).	2 694 407
	Regularização da estimativa de IMI liquidado em 2023 e a receber em 2024	1 671 628
	Correção da participação de capital da Município (MEP 2023)	99 860
Diminuição no passivo		
	Correção de estimativa de gastos referente a transferências concedidas	227 494
Diminuição no património líquido		
	Correções aos bens do ativo fixo tangível - Transferência de conta 562 referente a edifícios escolares nos termos do parecer da CNC (Regularizações património).	-28 991 653
	Correções aos bens do ativo fixo tangível - Transferência de conta 5942 referente a edifícios escolares nos termos do parecer da CNC (Regularizações património).	28 991 653
Total		-1 043 575

As alterações acima mencionadas, tiveram impacto no Balanço e na Demonstração de Resultados, por contrapartida da conta 562 “Regularizações”, de N-1 e em resultados do próprio exercício, outros gastos e rendimentos conforme se observa no quadro anterior.

2.5. Alterações de estimativas contabilísticas

De acordo com a NCP 2, quando uma entidade procede a alterações de estimativas tendo por base nova informação recolhida ou experiência adquirida, nomeadamente, na aplicação criteriosa das restantes normas de contabilidade pública deverá efetuar o reconhecimento contabilístico prospectivamente.

De acordo com o Manual de Implementação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) procedeu ao registo da estimativa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) referente ao ano de 2024 a receber em 2025 de acordo com o previsto na Norma de Contabilidade Pública 14.

Nota 3 - Ativos Intangíveis

É aplicado o Classificador Complementar 2 (CC2) do Plano de Contas Multidimensional, publicado no anexo ao Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro.

Os ativos intangíveis foram reconhecidos pelo custo de aquisição deduzido dos gastos com amortizações e das perdas por imparidades, nos termos da NCP 3 do SNC-AP.

Ativos Intangíveis consolidado – Variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por imparidade	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por imparidade	Quantia escriturada
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0	0	0	0	0	0	0	0
Goodwill	0	0	0	0	0	0	0	0
Projetos de desenvolvimento	0	0	0	0	0	0	0	0
Programas de computador e sistemas de informação	4 867 214	4 271 667	0	595 547	5 438 689	4 522 280	0	916 409
Propriedade industrial e intelectual	545 354	67 662	0	477 692	545 354	67 662	0	477 692
Outros	489 365	395 629	0	93 736	489 365	461 318	0	28 047
Ativos intangíveis em curso	86 534	0	0	86 534	77 493	0	0	77 493
Total:	5 988 467	4 734 958	0	1 253 509	6 550 900	5 051 260	0	1 499 640

Ativos Intangíveis consolidado - Quantia escriturada e variações no período

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Variações						Quantia escriturada final	Unid: Euros (€)
		Adições	Transferências internas	Revalorizações	Reversões perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do período		
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Goodwill	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Projetos de desenvolvimento	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Programas de computador e sistemas de informação	595 547	492 406	79 069	0	0	0	-250 613	0	916 409
Propriedade industrial e intelectual	477 692	0	0	0	0	0	0	0	477 692
Outros	93 736	0	0	0	0	0	-65 689	0	28 046
Ativos intangíveis em curso	86 534	139 928	-148 969	0	0	0	0	0	77 493
Total	1 253 509	632 334	-69 900	0	0	0	-316 302	0	1 499 640

As variações relativas às Adições, encontram-se desagregadas no mapa infra.

Ativos Intangíveis consolidado – Adições

RUBRICAS	Adições									Unid: Euros (€)
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Doação	Dação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão,...	Outras	
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Goodwill	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Projetos de desenvolvimento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Programas de computador e sistemas de informação	0	492 406	0	0	0	0	0	0	0	492 406
Propriedade industrial e intelectual	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ativos intangíveis em curso	0	139 928	0	0	0	0	0	0	0	139 928
Total	0	632 334	0	0	0	0	0	0	0	632 334

À data do presente relato, verifica-se não ter havido diminuições nos Ativos Intangíveis, conforme mapa.

Ativos Intangíveis consolidado – Diminuições

RUBRICAS	Diminuições					Unid: Euros (€)
	Alienações a título oneroso	Transferência ou troca	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total	
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0	0	0	0	0	0
Goodwill	0	0	0	0	0	0
Projetos de desenvolvimento	0	0	0	0	0	0
Programas de computador e sistemas de informação	0	0	0	0	0	0
Propriedade industrial e intelectual	0	0	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0	0
Ativos intangíveis em curso	0	0	0	0	0	0
	0	0	0	0	0	0

No que se refere ao Município, as variações apresentadas no mapa Ativos intangíveis – Quantia escriturada e variações do período, refletidas na coluna das Adições, podem-se destacar as relativas essencialmente à aquisição de Licenciamento de Software (184.941,32€) e a plataforma de gestão de habitação municipal (91.327,50 €).

Nota 4 – Acordos de concessão de serviços: concedente

Nos termos da NCP 4 do SNC-AP, concedente é a entidade pública que concede ao concessionário o direito de usar o ativo da concessão de serviços. Já o concessionário é a entidade que usa esse ativo para prestar serviços públicos sujeitos ao controlo do concedente. No mapa seguinte encontram-se discriminados os contratos de concessão celebrados pelo Concedente – Município de Oeiras, nos termos da referida norma.

O acordo de concessão a abrigo da NCP 4 é com a E-Redes, referente à distribuição de energia em baixa tensão.

Contratos concessão (concedente)

Acordos de Concessão de serviço	Concessionário	Ativo de concessão	Período de concessão	Valor do contrato	Pagamentos ao concessionário		
					Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros
Contrato de Concessão de 1991, Protocolo 452/2010, Artigo 285º do Decreto-Lei n.º 15/2022 e Acordo entre a ANMP e E-Redes de 31/12/2022 - Exploração da concessão de distribuição de electricidade de baixa tensão	E-Redes Distribuição (anterior EDP Distribuição - Energia, S.A.)		30 Anos (prorrogados nos termos dos documentos mencionados)				

O Município de Oeiras dispõe apenas de contrato de exploração da concessão da distribuição de electricidade de baixa tensão, que não contempla o pagamento de valores ao concessionário E-REDES, S.A.

De acordo com a Orientação Técnica n.º 1 da CNC, de 18 de fevereiro de 2025, é referido que dadas as dificuldades reportadas, por parte dos Municípios, na obtenção de informação detalhada atualizada de cada um dos ativos afetos a esta concessão e respetivas vidas úteis, que permita o adequado reconhecimento/desreconhecimento e a mensuração daqueles ativos e respetivos subsídios com a entrega de terceiros, bem como a verificação das evidências do cumprimento do Classificador Complementar 2, entende-se que não estão preenchidos os critérios para o reconhecimento de todos os ativos e passivos associados à presente concessão de acordo com NCP 14.

Nota 5 – Ativos Fixos Tangíveis

Conforme previsto na NCP 5 do SNC-AP, os principais aspetos a ter em conta na contabilização dos Ativos Fixos Tangíveis (AFT) são o seu reconhecimento e os respetivos gastos de depreciação, bem como a determinação das quantias registadas.

A aplicação desta Norma permite ao Município evidenciar os recursos aplicados em bens dos quais se espera uma utilização por mais de um período de relato, e os benefícios económicos ou potencial de serviço que se obtêm da sua utilização pelos vários anos da sua vida útil.

Face ao exposto, através da análise dos AFT, nos seguintes pontos, pretende-se informar sobre os investimentos neste tipo de ativos e as alterações que neles ocorreram (transferências, alienações, depreciações, imparidades, etc.).

Ativos Fixos Tangíveis consolidado – Variação das depreciações e perdas por imparidade acumuladas

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por imparidade	Quantia escriturada ←Σ	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por imparidade	Quantia escriturada ←Σ
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	16 432 702	0	0	16 432 702	16 438 078	0	0	16 438 078
Edifícios e outras construções	30 365 429	13 237 311	0	17 128 119	30 990 046	14 564 899	0	16 425 147
Infraestruturas	115 113 280	18 087 139	0	97 026 141	117 038 482	24 394 704	0	92 643 777
Património histórico, artístico e cultural	11 252 617	453 870	0	10 798 748	12 861 359	189 182	0	12 672 177
Outros	44 900	44 900	0	0	44 900	44 900	0	0
Bens de domínio público em curso	7 019 152	0	0	7 019 152	9 975 558	0	0	9 975 558
Ativos fixos em concessão								
Terrenos e recursos naturais	0	0	0	0	0	0	0	0
Edifícios e outras construções	0	0	0	0	0	0	0	0
Infraestruturas	0	0	0	0	0	0	0	0
Património histórico, artístico e cultural	0	0	0	0	0	0	0	0
Ativos fixos em concessão em curso	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	139 735 034	0	0	139 735 034	146 419 985	0	0	146 419 985
Edifícios e outras construções	389 099 136	142 713 089	41 456	246 344 590	429 975 936	151 657 144	41 456	278 277 337
Equipamento básico	36 322 526	27 209 222	0	9 113 305	38 753 253	29 429 739	0	9 323 514
Equipamento de transporte	19 512 660	13 695 965	0	5 816 695	20 708 782	15 573 460	0	5 135 322
Equipamento administrativo	15 594 403	13 739 062	0	1 855 341	16 061 275	14 186 917	0	1 874 358
Equipamentos biológicos	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros	14 977 964	10 806 855	0	4 171 109	15 670 859	11 663 356	0	4 007 503
Ativos fixos tangíveis em curso	79 149 470	0	0	79 149 470	114 111 466	0	0	114 111 466
Total:	874 619 273	239 987 413	41 456	634 590 404	969 049 979	261 704 302	41 456	707 304 221

Relativamente aos ativos fixos tangíveis verifica-se que no ano de 2024 se assistiu a uma variação positiva de 72,7 milhões de euros face à quantia escriturada no final do período (707,3 milhões de

euros), o que significa um crescimento de 11,5%. Decorrente do trabalho desenvolvido pela Divisão do Património para a regularização de investimentos em curso verificou-se, à data de relato, um aumento na rubrica de edifícios e outras construções, com mais com mais 31,9 milhões de euros, na quantia final escriturada, suportada, em parte, pelo reconhecimento do edificado escolar.

O quadro infra apresenta a quantia escriturada e respetivas variações do período do relato, destacando-se a coluna “Adições” que inclui as aquisições de novos ativos e as obras em curso, a coluna das “Transferências Internas” corresponde à transferência de AFT em curso para AFT e a coluna “Diminuições” que reflete os abates e alienações dos ativos.

Nos pontos seguintes encontram-se detalhadas as principais conclusões quanto à análise das colunas “Adições” e “Diminuições”.

Ativos Fixos Tangíveis consolidado - Quantia escriturada e variações no período

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Variações						Quantia escriturada final → Σ
		Adições	Transf. Internas	Revalorizações	Reversões perdas impar.	Perdas por imparidade	Amortiz. período	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	16 432 702	0	5 376	0	0	0	0	16 438 078
Edifícios e outras construções	17 128 119	45 731	578 885	0	0	0	-1 327 589	16 425 147
Infraestruturas	97 026 141	133 795	1 832 030	0	0	0	-6 307 565	-40 624 92 643 777
Património histórico, artístico e cultural	10 798 748	1 632 472	27 896	0	0	0	264 688	-51 627 12 672 177
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0
Bens de domínio público em curso	7 019 152	5 507 152	-2 550 746	0	0	0	0	9 975 558
Ativos fixos em concessão								
Terrenos e recursos naturais	0	0	0	0	0	0	0	0
Edifícios e outras construções	0	0	0	0	0	0	0	0
Infraestruturas	0	0	0	0	0	0	0	0
Património histórico, artístico e cultural	0	0	0	0	0	0	0	0
Ativos fixos em concessão em curso	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	139 735 034	6 274 348	438 568	0	0	0	-27 966	146 419 985
Edifícios e outras construções	246 344 590	35 685 646	6 164 212	0	0	0	-8 944 055	-973 058 278 277 336
Equipamento básico	9 113 305	2 021 972	692 474	0	0	0	-2 039 837	-464 399 9 323 514
Equipamento de transporte	5 816 695	1 278 692	308 918	0	0	0	-2 058 176	-210 808 5 135 322
Equipamento administrativo	1 855 341	698 571	0	0	0	0	-447 855	-231 698 1 874 358
Equipamentos biológicos	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros	4 171 109	417 168	309 173	0	0	0	-856 501	-33 446 4 007 504
Ativos fixos tangíveis em curso	79 149 470	43 092 536	-8 130 540	0	0	0	0	114 111 466
Total:	634 590 405	96 788 085	-323 754	0	0	0	-21 716 889	-2 033 626
								707 304 221

Relativamente ao quadro supra, aponta-se as seguintes notas:

- A quantia escriturada e variações do período, reflete as variações ocorridas no período de relato, tanto ao nível das adições como ao nível das diminuições;
- A coluna “Adições” inclui os montantes relativos a novas aquisições e valorização de ativos fixos tangíveis e os valores respeitantes ao investimento em curso;

- A coluna das “Transferências Internas” reflete as Transferências de Investimento em Curso para ativos fixos tangíveis;
- No que respeita à coluna “Diminuições” são apresentados os valores relativos a abates, alienações e regularizações de ativos.

A partir do mapa supra, constata-se que, para o período de relato em apreço, a variação ocorrida entre a quantia escriturada inicial e a quantia escriturada final é de 72.713.816 €.

Relativamente à coluna “Transferências Internas” o mapa reflete alterações na rubrica do domínio público e na do domínio privado.

Ao nível dos bens do domínio público em curso, de acordo com o quadro anterior, efetuaram-se transferências internas para Ativos Fixos Tangíveis no valor total de 2.550.746,26 €. Do valor total transferido, 2.121.546,28 € afetaram ativos do domínio público e 429.199,98 € afetaram ativos do domínio privado, salientando-se os seguintes:

- Eixo Verde e Azul, Acesso pedonal EVA Carnaxide – 420.820,00 €
- Museu Automóvel Antigo, Alameda Calouste Gulbenkian – 212.367,13 €
- Infraestruturas elétricas e de iluminação pública, incluindo equipamentos – 205.661,24 €
- Infraestruturas da rede Viária – 365.051,07 €;
- Outras infraestruturas – 898.880,26 €;
- Sinalização rodoviária – 176.022,17 €;
- Património Histórico Artístico e Cultural – 3 Réplicas das estátuas de Machado de Castro instaladas na Quinta Real de Caxias – 27.896,15 €;
- Outros Ativos Fixos Tangíveis (Mobiliário urbano, contentores, equipamento lúdico e de fitness entre outros) – 216.832,85 €.

No que se refere aos registo nos ativos do domínio privado – Outros ativos fixos tangíveis, as variações ocorridas ao nível das Transferências Internas são relativas a Transferências de Investimento em Curso para Ativos Fixos Tangíveis. O montante total transferido para AFT é de 8.130.540€, sendo que 8.010.325 € dizem respeito aos ativos do Município conforme se detalha. Do valor total transferido nas contas do Município 322.641,47 € afetaram ativos do domínio público e 7.687.683,26 € afetaram bens do domínio privado, destacando-se os seguintes:

- Prédio rústico denominado "Carrascal" ou "Brejo", sito no Casal da Choca, em Porto Salvo – 130.472,00 €;
- Prédio rústico denominado "Chandares de Cima", Carnaxide – 447.100,00 €;
- Quinta da Estrangeira, Porto Salvo (Requalificação de espaços exteriores) – 317.265,47 €;
- Habitação Jovem Edifício Atlético Clube de Porto Salvo – 871.471,28 €;

- Habitação Jovem, Rua José Pedroso, Carnaxide – 285.797,27 €;
- Requalificação de Edifícios Habitação Social (Moinho das Rolas e Laveiras) – 1.175.763,35 €;
- Unidade de alojamento para funcionários municipais – 587.482,91 €;
- Casa D. Miguel – 156.227,91 €;
- Polidesportivo do Bairro 25 de Abril, Linda-a-Velha – 653.364,97 €;
- Universidade Nova Atena – 449.248,68 €;
- EB Gil Vicente – 1.589.280,08 €;
- EB João Gonçalves Zarco – 230.664,95 €;
- Polidesportivo da EB Visconde de Leceia – 146.236,00 €;
- Parque Infantil da Pedreira Italiana – 161.377,58 €.

Relativamente à empresa Oeiras Viva, o montante líquido do exercício que concorre para a consolidação da conta de gerência é de 711.210 €. As variações do exercício representaram o montante negativo de 28.328 €, em que as adições representaram o montante de 36.753 € e as depreciações do período no montante de 65.081 €.

No que se refere à empresa Parques Tejo, o montante líquido do exercício que concorre para a consolidação da conta de gerência é de 6.998.907 €. As variações no exercício apresentam o montante de 542.145 €, em que as adições totalizam o montante de 886.058 €, as transferências o montante de 267.125 € e as depreciações do período o montante de 611.037 €.

Sobre a empresa Municípia, o montante líquido do exercício que concorre para a consolidação da conta de gerência é de 1.279.118 €. As variações no exercício, no montante negativo de 21.492 €, correspondem às adições, no montante de 116.892 €, às alienações, no montante negativo de 180.680 €, e às depreciações do período, no montante de 42.296 €.

Ao nível das “Adições” o mapa Ativos Fixos Tangíveis, desagrega-as em função da sua natureza.

Ativos Fixos Tangíveis consolidado - Adições

RUBRICAS	Adições										Total →Σ
	Internas	Compra	Cessão	Transferênci a ou troca	Expropriaç ão	Doação	Dação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão,...	Outras	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural											
Terrenos e recursos naturais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Edifícios e outras construções	0	0	0	0	0	0	0	0	0	45 731	45 731
Infraestruturas	0	112 958	0	0	0	0	0	0	0	20 837	133 795
Património histórico, artístico e cultural	0	1 134 175	0	0	0	27 000	0	0	0	471 298	1 632 472
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Bens de domínio público em curso	0	5 502 909	0	0	0	0	0	0	0	4 244	5 507 152
Ativos fixos em concessão											
Terrenos e recursos naturais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Edifícios e outras construções	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Infraestruturas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Património histórico, artístico e cultural	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ativos fixos em concessão em curso	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros ativos fixos tangíveis											
Terrenos e recursos naturais	1 050	25 000	0	0	0	1 153 246	0	0	0	5 095 052	6 274 348
Edifícios e outras construções	0	657 366	0	0	0	3 163 568	0	0	0	31 864 712	35 685 646
Equipamento básico	0	1 780 533	0	0	0	0	0	0	0	241 440	2 021 972
Equipamento de transporte	0	1 063 442	0	215 250	0	0	0	0	0	0	1 278 692
Equipamento administrativo	0	698 571	0	0	0	0	0	0	0	0	698 571
Equipamentos biológicos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros	0	407 259	0	0	0	0	0	0	0	9 909	417 168
Ativos fixos tangíveis em curso	0	43 092 536	0	0	0	0	0	0	0	0	43 092 536
Total:	1 050	54 474 749	0	215 250	0	4 343 814	0	0	0	37 753 222	96 788 085

Relativamente às adições e no que respeita ao Município, os bens do domínio público sofreram um aumento total de 6.750.041,59€, destacando-se 5.502.908,90 € respeitantes a obras e projetos em curso e 1.134.174,60 € referentes a regularizações de ativos do património histórico, artístico e cultural.

As obras e projetos em curso mais relevantes, nas adições, foram as seguintes:

- Empreitada de reformulação do Campo de Futebol da Laje – 2.317.290,79 €;
- Requalificação do Espaço Público do Bairro dos Navegadores – 517.931,84 €;
- Requalificação do Jardim e envolvente do Santuário Nossa Senhora da Conceição da Rocha, Carnaxide – 1.209.808,52 €;
- Ciclovia da Rua da Fonte, Vila Fria, Leceia – 1.174.525,11 €;
- Reabilitação dos espaços exteriores da Urbanização Pimenta & Rendeiro, Barcarena – 358.285,63 €;
- Outros (Projetos de arquitetura e especialidades, revisão de projetos, estudos de tráfego, estudos de impacto ambiental, fiscalização de obras, entre outros) – 1.076.926,80 €.

No que respeita à rubrica de ativos do património histórico, artístico e cultural, o aumento total verificado no valor de 1.632.472,26 € deveu-se maioritariamente à regularização dos valores de aquisição de um conjunto de esculturas instaladas no Parque dos Poetas, pelo facto de não se encontrarem valorizadas

ou porque o valor inscrito não estava em conformidade com o valor de aquisição. A este propósito efetuou-se:

- O reconhecimento de 11 esculturas, tendo sido refletido no ativo o valor de 665.531,06 €;
- A regularização do valor de aquisição de 22 esculturas, cujo valor em cadastro era inferior ao valor de aquisição, e 1 escultura cujo valor de aquisição inscrito era superior ao valor de aquisição. O impacto positivo decorrente destas regularizações foi de 885.725,86 €.

Relativamente aos Outros Ativos Fixos Tangíveis, as adições provocaram um aumento total de 88.429.230,80 €, destacando-se as seguintes rubricas:

- Terrenos e recursos naturais – 6.274.348,20 €;
- Edifícios e outras construções – 35.238.061,32;
- Equipamento básico – 1.824.152,12 €;
- Equipamento de transporte – 1.082.232,41 €;
- Ativos fixos tangíveis em curso: 42.980.927,98 €.

Relativamente às rubricas de terrenos, recursos naturais, edifícios e outras construções do domínio privado, as adições referem-se essencialmente a incorporações resultantes da transferência de competências do Estado para o Município, na área da educação e da saúde, designadamente:

- Terreno subjacente ao Centro de Saúde de Paço de Arcos – 1.054.522,50 €;
- Terreno subjacente à Escola Básica Vieira da Silva – 1.215.912,50 €;
- Terreno subjacente à Escola Básica de Miraflores – 1.487.110,00 €;
- Terreno subjacente à Escola Básica Dr. Joaquim de Barros – 1.547.050,00 €;
- Terreno subjacente ao Jardim de Infância José Martins – 79.387,50 €;
- Edifício do Centro de Saúde de Paço de Arcos – 3.163.567,50;
- Escola Básica Sophia de Mello Breyner – 3.642.478,94 €;
- Escola Básica Vieira da Silva – 3.247.328,79 €;
- Escola Secundária de Miraflores – 5.930.726,47 €;
- Escola Básica de Miraflores – 4.461.330,00 €;
- Escola Básica Dr. Joaquim de Barros – 3.904.659,73 €;
- Escola Básica João Gonçalves Zarco – 2.791.161,88 €;
- Escola Básica de São Bruno – 1.985.670,88 €;
- Escola Básica e Secundária Amélia Rey Colaço – 4.775.661,83 €;
- Escola Básica Armando Guerreiro – 509.880,00 €.
- Jardim de Infância José Martins – 114.133,18 €.

No que respeita às adições na rubrica de equipamento básico, o valor total de 1.824.152,12 €, resulta essencialmente da aquisição de:

- Equipamento de deposição de resíduos – 416.976,91 €;
- Equipamento para Auditórios Municipais – 178.187,63 €;
- Equipamento para bar e refeitório do Palácio do Marquês e para refeitórios escolares – 135.028,65 €;
- Equipamento para a Polícia Municipal e Proteção Civil – 57.944,77 €;
- Equipamento para parques infantis, polidesportivos e escolas – 627.770,95 €.

A rubrica de equipamentos de transporte evidencia um aumento de 1.082.232,41 € proveniente de:

- Incorporação no ativo de 5 viaturas por via da transferência de competências do Estado para o Município na área da saúde – 215.250,00 €;
- Aquisição de 1 viatura de recolha de Resíduos Sólidos e Urbanos – 376.872,00 €;
- Aquisição de 1 Retroescavadora e de 1 Trator – 216.540,79 €;
- Grande reparação em 2 viaturas – 133.455,00 €.

O valor das aquisições nas rubricas de equipamento administrativo e outros, no montante total de 1.029.507,77 € advém essencialmente da aquisição de:

- Equipamento informático – 604.275,76 €;
- Mobiliário diverso – 202.263,71 €;
- Ferramentas e máquinas ligeiras – 37.608,81 €;
- Mobiliário para feiras – 18.204,00 €.

A rubrica de Ativos Fixos Tangíveis em curso, sofreu um aumento no valor total de 42.980.927,98 € que resultou essencialmente do desenvolvimento das seguintes empreitadas:

- Construção do novo edifício sede do Município – Fórum Oeiras – 14.695.749,63 €;
- Reabilitação e restauro da Casa da Quinta dos Sete Castelos – 1.072.266,00 €;
- Centro Cultural de Barcarena – 1.187.374,05 €;
- Empreendimento Habitacional Alto da Montanha – 7.395.159,08 €;
- Empreendimento Habitacional Quinta dos Aciprestes – 1.780.442,42 €;
- Empreendimento Habitacional Parque da Junça – 2.272.893,84 €;
- Empreendimento Habitacional Terra do Moinho – 466.374,47 €;
- Empreendimento Habitacional São Marçal II – 510.604,98 €;
- Empreendimento Habitacional de Leceia – 956.483,51 €;
- Empreendimento Habitacional Quinta das Acáias – 431.783,13 €;
- Requalificação Habitação Social em Caxias – 860.576,94 €;

- Requalificação Habitação Social em Paço de Arcos – 814.981,11 €;
- Requalificação habitação Social no Alto da Loba – 321.474,86 €;
- Requalificação Habitação Social em Porto Salvo – 663.929,11 €;
- Requalificação Habitação Social em Oeiras – 791.246,18 €;
- Requalificação Habitação Social em Outurela – 372.828,20 €;
- Habitação jovem Atlético Clube de Porto salvo – 328.717,64 €;
- Escola Básica Gil Vicente – 1.597.774,63 €;
- Universidade Sénior – 337.311,31 €;
- Palácio dos Aciprestes – 816.868,73 €;
- Pólo de Formação Profissional e Agência de Empreendedores – 982.470,79 €;
- Palácio do Egito – 519.400,00 €;
- Polidesportivo do Bairro 25 de Abril – 648.826,27 €;

Sobre a empresa Município, registou-se um investimento de 75.094 € referente a viaturas novas para os comerciais da Município e um investimento de 10.221 € referente a equipamento básico e administrativo. Investiu-se também num drone, no montante de 31.577 €, que se encontra com ativo fixo em curso.

Em relação à empresa Parques Tejo, verifica-se que os aumentos da rubrica Edifícios e outras construções referem-se essencialmente às obras em Linda-a-Velha, Zonas Verdes, Aquisição da Fração 7D, ramais de eletricidade referente à mobilidade; Os aumentos ocorridos em equipamento básico referem-se essencialmente à aquisição de bikesharing, Parque Santa Casa de Misericórdia, cancelas/terminais, CCTV e postos de carregamento para viaturas elétricas; verificou-se a renovação do Parque automóvel, mas essencialmente a aquisição de autocarro elétrico, o que justifica os movimentos na rubrica Equipamento de Transporte. Quanto à rubrica Equipamento Administrativo, verificou-se a renovação do Parque Informático e mobiliário. Em 2024, o investimento em curso é referente às diversas obras em curso, bikesharing e viaturas.

Ao longo do exercício de 2024, os Ativos Fixos Tangíveis sofreram diminuições no valor total de 2.033.626 €, conforme quadro infra.

Ativos Fixos Tangíveis consolidado - Desagregação das diminuições

RUBRICAS	Diminuições					Unid: Euros (€) Total ←Σ
	Alienações a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou reversão	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais	0	0	0	0	0	0
Edifícios e outras construções	0	0	0	0	0	0
Infraestruturas	0	0	0	0	-40 624	-40 624
Património histórico, artístico e cultural	0	0	0	0	-51 627	-51 627
Outros	0	0	0	0	0	0
Bens de domínio público em curso	0	0	0	0	0	0
Ativos fixos em concessão						
Terrenos e recursos naturais	0	0	0	0	0	0
Edifícios e outras construções	0	0	0	0	0	0
Infraestruturas	0	0	0	0	0	0
Património histórico, artístico e cultural	0	0	0	0	0	0
Ativos fixos em concessão em curso	0	0	0	0	0	0
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	-341	0	0	0	-27 625	-27 966
Edifícios e outras construções	-105 275	0	0	0	-867 783	-973 058
Equipamento básico	-66 228	0	0	0	-217 491	-283 719
Equipamento de transporte	-180 680	0	0	0	-210 808	-391 488
Equipamento administrativo	0	0	0	0	-231 698	-231 698
Equipamentos biológicos	0	0	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	-33 446	-33 446
Ativos fixos tangíveis em curso	0	0	0	0	0	0
Total:	-352 524	0	0	0	-1 681 102	-2 033 626

No que se refere ao Município as diminuições apresentadas são relativas a alienações a título oneroso, permuta de ativos, agregação em novos bens, regularizações de anos anteriores e abates de bens móveis por obsolescência.

Sobre a empresa Municípia, o montante das diminuições refere-se a venda de viaturas obsoletas, no montante de 180.680,47€.

Nota 6 – Locações

O Município tem apenas contratos vigentes de locações operacionais conforme quadro infra

Locações Operacionais, Município

CONTRATOS	Valor do contrato	Pagamentos efetuados acumulados				Futuros pagamentos mínimos				Valor presente futuros pag. Mínimos	
		Período		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Sup. a 5 anos	Total		
		Pagamentos mínimos	Rendas Contingentes	Pagamentos mínimos	Rendas Contingentes						
Locação de viaturas ligeiras para a frota municipal, em regime de AOV, por divisão em lotes - LOTE 8.(C.N. 85/2020): (Processo)	157 474	25 990	0	135 665	0	31 187	11 933	0	43 121	21 809	
Locação viaturas ligeiras AOV 1204 (EDOC/2020/73068 Proc 2020/1979) Lote 1	308 731	75 876	0	262 479	0	75 876	39 806	0	115 681	46 252	
Locação viaturas ligeiras AOV 1210 (EDOC/2020/73068 Proc 2020/1979) Lote 2	1 171 815	286 957	0	975 999	0	286 957	159 493	0	446 450	195 816	
Locação viaturas ligeiras AOV 1211 (EDOC/2020/73068 Proc 2020/1979) Lote 3	302 862	74 903	0	263 631	0	74 903	39 368	0	114 271	39 231	
Locação viaturas ligeiras AOV 1214 (EDOC/2020/73068 Proc 2020/1979) Lote 4	37 324	9 100	0	31 422	0	9 100	5 220	0	14 320	5 903	
Locação viaturas ligeiras AOV 1215 (EDOC/2020/73068 Proc 2020/1979) Lote 5	66 931	12 324	0	47 299	0	16 425	8 986	0	25 412	19 633	
Locação viaturas ligeiras AOV 69 (EDOC/2021/35836 PROC 2021/1056)	46 411	11 449	0	32 562	0	11 449	12 064	0	23 513	13 849	
Aluguer operacional 15 viaturas Lote 524 1 (EDOC/2021/73008 PROC 2021/2030)	40 115	9 882	0	25 608	0	9 875	13 782	0	23 657	14 507	
Aluguer operacional 15 viaturas Lote 525 2 (EDOC/2021/73008 PROC 2021/2030)	309 223	76 383	0	198 693	0	76 383	106 851	0	183 234	110 529	
Aluguer operacional 15 viaturas Lote 527 3 (EDOC/2021/73008 PROC 2021/2030)	35 310	8 751	0	16 069	0	8 751	11 975	0	20 725	19 241	
Locação de duas viaturas ligeiras CP 1342/23 DVM	97 995	23 532	0	23 532	0	25 249	72 746	0	97 995	74 463	
Locação de viaturas ligeiras para a frota municipal, em regime de AOV, por divisão em lotes - LOTE 1.(C.N. 791/2020): (Processo)	88 172	11 503	0	88 161	0	8 475	0	0	8 475	10	
Locação de viaturas ligeiras, em 121 AOV, por 60 meses, por divisão em lotes, para a frota municipal - LOTE 1	60 725	1 010	0	59 916	0	1 133	0	0	1 133	809	
Locação de viaturas ligeiras, em 122 AOV, por 60 meses, por divisão em lotes, para a frota municipal - LOTE 3	144 803	4 870	0	144 668	0	3 381	0	0	3 381	135	
Locação de viaturas ligeiras, em 125 AOV, por 60 meses, por divisão em lotes, para a frota municipal - LOTE 4	19 819	1 970	0	19 512	0	451	0	0	451	308	
Locação de viaturas ligeiras, em 127 AOV, por 60 meses, por divisão em lotes, para a frota municipal - LOTE 5	25 395	741	0	25 304	0	544	0	0	544	91	
Locação de duas viaturas ligeiras - lote 1 (DVM Procº nº 1797/2023)	83 806	14 164	0	14 164	0	15 258	68 548	0	83 806	69 642	
Locação de duas viaturas ligeiras 2 468 lotes - lote 2 (DVM Proc nº 1797/2023)	53 710	8 071	0	8 071	0	9 729	43 981	0	53 710	45 639	
Locação de 4 (quatro) viaturas ligeiras de passageiros a gasóleo, pelo período de 48 meses - LOTE 1 (CN 82/2019/P_2471/DCP/2019_F.doc)	103 336	7 977	0	102 283	0	7 612	0	0	7 612	1 053	
Locação de 1 (uma) viatura ligeira de passageiros a gasóleo, pelo período de 48 meses - LOTE 2 (CN 82/2019/P_2471/DCP/2019_F.doc)	32 823	2 928	0	32 493	0	2 340	0	0	2 340	329	
Locação de viaturas ligeiras para a frota municipal, em regime de AOV, por divisão em lotes - LOTE 2.(C.N. 79/2020): (Processo)	185 798	24 841	0	185 747	0	18 866	0	0	18 866	51	
Locação de viaturas ligeiras para a frota municipal, em regime de AOV, por divisão em lotes - LOTE 3.(C.N. 79/2020): (Processo)	46 497	6 703	0	45 785	0	4 720	0	0	4 720	713	
Locação de viaturas ligeiras para a frota municipal, em regime de AOV, por divisão em lotes - LOTE 5.(C.N. 79/2020): (Processo)	157 057	21 909	0	156 962	0	16 752	0	0	16 752	95	
Locação de viaturas ligeiras para a frota municipal, em regime de AOV, por divisão em lotes - LOTE 6.(C.N. 65/2020): (Processo)	53 742	6 602	0	53 174	0	5 324	0	0	5 324	567	
Locação operacional de viaturas ligeiras - Procº 422/2024 (DVM))	16 753	14 633	0	14 633	0	16 753	0	0	16 753	2 119	
Locação operacional de 7 viaturas ligeiras - Pº300.10.005/2024/855	12 107	6 964	0	6 964	0	12 107	0	0	12 107	5 143	
Locação operacional de 26 viaturas	21 296	20 233	0	20 233	0	21 296	0	0	21 296	1 063	
Locação em regime de AOV de 1622 viaturas ligeiras de passageiros e mercadorias	560 798	25 084	0	25 084	0	36 567	524 231	0	560 798	535 714	
Locação em regime de AOV de 1623 viaturas ligeiras de passageiros e mercadorias	495 205	18 197	0	18 197	0	32 112	463 093	0	495 205	477 008	
Locação em regime de AOV de 1624 viaturas ligeiras de passageiros e mercadorias	116 203	2 287	0	2 287	0	7 622	108 580	0	116 203	113 916	
Locação viaturas ligeiras AOV 238 (EDOC/2021/35836 PROC 2021/1056 -lote 4)	282 965	76 140	0	177 139	0	70 281	72 356	0	142 637	105 826	
Total	5 135 200	891 973	0	3 213 738	0	917 478	1 763 013	0	2 680 492	1 921 462	

Locações Operacionais, Parques Tejo

CONTRATOS	Valor do contrato	Pagamentos efetuados acumulados				Futuros pagamentos mínimos				Valor presente futuros pag. Mínimos	
		Período		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Sup. a 5 anos	Total		
		Pagamentos mínimos	Rendas Contingentes	Pagamentos mínimos	Rendas Contingentes						
locarent	34 085,52	12 213,79	0	0	0	0	0	0	0	0	
locarent	28 404,48	0,00	0	0	0	0	0	0	0	0	
SGALD Automotive	30 228,19	6 519,77	0	0	0	0	0	0	0	0	
Total	92 718	18 734	0	0	0	0	0	0	0	0	

Locações Operacionais, Municípia

CONTRATOS	Valor do contrato	Pagamentos efetuados acumulados				Futuros pagamentos mínimos				Valor presente futuros pag. Mínimos	
		Período		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Sup. a 5 anos	Total		
		Pagamentos mínimos	Rendas Contingentes	Pagamentos mínimos	Rendas Contingentes						
Locação de viatura - Novo Banco	25 850,66	6 244	0	25 851	0	0	0	0	0	25 851	
Total	25 851	6 244	0	25 851	0	0	0	0	0	25 851	

Locações Operacionais, Oeiras Viva

CONTRATOS	Valor do contrato	Pagamentos efetuados acumulados				Futuros pagamentos mínimos				Valor presente futuros pag. Mínimos	
		Período		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Sup. a 5 anos	Total		
		Pagamentos mínimos	Rendas Contingentes	Pagamentos mínimos	Rendas Contingentes						
Leaseplan (BA83VN)	18 053,62	291,00	0	5 589	0	0	0	0	0	0	
Leaseplan (BA97VN)	18 053,62	291,00	0	5 589	0	0	0	0	0	0	
Kinto (BL61FF)	23 815,68	496,16	0	1 841	0	0	0	0	0	0	
Locarent (BP25EL)	29 669,52	1 154,39	0	1 154	0	0	0	0	0	0	
Total	89 592	2 233	0	14 172	0	0	0	0	0	0	

Nota 7 – Empréstimos Obtidos -Empréstimos Bancários

Entidade	Finalidade	Data do Contrato	Data de visto do Tribunal de Contas (se aplicável)	Prazo do Contrato	Capital		Taxa de juro		Pagamentos de anos anteriores			Pagamentos do ano			Encargos vencidos e não pagos	Saldo em 1 de Janeiro	Saldo em 31 de Dezembro
					Contratado	Utilizado	Inicial	Atual	Amortização	Juros	Total	Amortização	Juros	Total			
CGD	292 Fogos do Páteo dos Cavaleiros - Outurela - ALT DLAA 123/2016	07/05/2008	07/05/2008	306	6 491 394	6 491 394	1,32%	0,00%	4 379 819	172 355	4 552 174	251 848	26 200	278 048	0	2 637 168	2 385 320
CGD	165 Fogos do Alto dos Barrinhos - ALT DLAA 123/2016	13/10/2008	13/10/2008	300	3 893 905	3 893 905	1,32%	0,00%	2 627 655	103 515	2 731 170	151 064	15 656	166 720	0	1 581 583	1 430 519
CGD	32 Fogos Urbanização Alto dos Barrinhos - ALT DLAA 123/2016	06/10/2008	23/10/2008	302	886 507	886 507	2,41%	0,07%	595 759	30 882	626 641	34 360	4 159	38 519	0	362 338	327 978
Banco BPI	Manutenção de projectos de investimento a realizar nos anos de 2022/2024 (2 anos) - BPI 010	04/05/2022	15/09/2022	244	34 500 000	30 854 324	0,70%	0,70%	0	218 035	218 035	0	977 257	977 257	0	19 966 464	30 854 324
CGD	Construção de 45 unidades Residenciais Centro de Apoio à 3ª Idade-Bº S.Marcã - ALT DLAA 123/2016	28/07/2008	23/10/2008	304	786 369	786 369	2,28%	0,00%	528 464	27 403	555 867	30 479	3 690	34 169	0	321 409	290 930
Millennium BCP	Empréstimo MLP no âmbito da JMJ - Jornada Mundial da Juventude 2023	28/06/2023	13/10/2023	63	1 500 000	1 416 939	4,35%	4,35%	0	0	0	0	60 827	60 827	0	1 416 939	1 416 939
CGD	80 Fogos na Portela de Carnaxide - Páteo dos Cavaleiros - ALT DLAA 123/2016	16/06/1999	16/06/1999	300	1 547 885	1 547 885	4,00%	0,15%	1 646 666	60 129	1 706 796	33 522	265	33 787	0	33 522	0
CGD	66 Fogos da Ribeira da Lage - PER (DL 163/93) - ALT DLAA 123/2016	13/04/1998	13/04/1998	318	877 186	877 186	6,10%	0,62%	913 019	48 825	961 844	39 354	994	40 348	0	39 354	0
CGD	167 Fogos do Alto dos Barrinhos - ALT DLAA 123/2016	28/01/2002	28/01/2002	300	3 596 712	3 596 712	0,98%	0,15%	3 364 484	159 359	3 523 843	149 539	6 780	156 319	0	532 452	382 913
CGD	16 Fogos do Alto da Terrugem - ALT DLAA 123/2016	19/06/2002	19/06/2002	305	335 950	335 950	0,94%	0,14%	324 125	9 789	333 914	5 705	316	6 021	0	23 306	17 600
Total:					54 415 908	50 687 170			14 379 992	830 293	15 210 284	695 871	1 096 146	1 792 017	0	26 914 534	37 106 524

Não são reconhecidos como gastos dos ativos os custos com os empréstimos.

Relativamente ao empréstimo (assinado contrato em 23 de maio de 2022) com o Banco BPI, até ao montante global de 34,5 milhões de euros, pelo prazo de 20 anos, no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2024, registaram-se onze desembolsos, no montante total de cerca de 10,8 milhões de euros, sendo o valor de pagamentos acumulados, no montante de cerca de 30,8 milhões de euros, referente aos seguintes projetos de investimento:

Entidade	Finalidade	Pagamentos Acumulados 2022	Pagamentos Acumulados 2023	Pagamentos Acumulados 2024	Pagamentos Acumulados
BPI	Nó de Ligação da CRIL a Miraflores	250 000	0	0	250 000
BPI	Execução da ciclovía da Medrosa	150 000	0	0	150 000
BPI	Execução da Praça de Talaíde	250 000	0	0	250 000
BPI	Fábrica da Pólvora de Barcarena - Recuperação de Edifício das Oficinas a Vapor	0	144 251	0	144 251
BPI	Estabilização de talude - Campo do Sporting	242 401	39 428	0	281 829
BPI	Escola de São Bruno	243 662	6 338	0	250 000
BPI	Biblioteca Municipal de Oeiras - Remodelação do sistema de ar condicionado	68 362	3 498	1 166	73 026
BPI	Reformulação do Campo de Futebol - Laje	0	491 922	1 254 078	1 745 999
BPI	Pavilhão Desportivo da EB 2, 3 Dr Joaquim de Barros	0	0	201 150	201 150
BPI	Parque Urbano de Vila Fria, em Porto Salvo	198 750	670 854	0	869 604
BPI	Reabilitação e Restauro da Casa da Quinta dos Sete Castelos	408 370	566 077	315 710	1 290 157
BPI	Bombeiros Voluntários de Oeiras - Novo Quartel - Obra	1 335 249	664 751	0	2 000 000
BPI	Palácio dos Aciprestes - Pátio das Amendoeiras	85 148	990 963	723 889	1 800 000
BPI	Construção da Alameda da Zona C, Casal da Choca	195 540	304 460	0	500 000
BPI	Habitação Jovem: Av. Patrão Joaquim Lopes 11-15 em Paço de Arcos	244 836	355 164	0	600 000
BPI	Habitação Jovem - Atlético Clube de Porto Salvo	91 567	258 423	150 010	500 000
BPI	Rotunda na Av. Tomás Ribeiro/Rua João Chagas em Linda-a-Velha	0	364 697	12 105	376 802
BPI	Parque Nossa Senhora da Rocha Carnaxide Queijas	0	99 954	825 936	925 890
BPI	Centro de Saúde Mental e Auditório José de Castro	935 794	364 206	0	1 300 000
BPI	Centro Social e Cultural de Barcarena	13 018	389 207	597 774	1 000 000
BPI	Piscina Municipal de Barcarena	455 875	144 125	0	600 000
BPI	Quinta da Politeira	73 159	126 841	0	200 000
BPI	Infraestruturas zona C fase I, Laje	42 170	0	0	42 170
BPI	EB1 Sá de Miranda	0	100 000	0	100 000
BPI	EB1 D. Pedro V	0	20 021	0	20 021
BPI	Escola Gil Vicente - Queijas	0	161 130	338 870	500 000
BPI	Ciclovía da Rua da Fonte Vila Fria a Leceia	0	0	643 871	643 871
BPI	Polo de formação da Outurela	0	0	771 332	771 332
BPI	Alojamento de funcionários municipais (10 fogos) - Laje	0	491 832	0	491 832
BPI	Edifício Universidade Sénior Nova Atena (ampliação)	0	107 768	192 232	300 000
BPI	Edifício do Fórum Municipal	0	7 816 653	4 859 738	12 676 392
Total		5 283 902	14 682 562	10 887 860	30 854 324

O empréstimo (contrato visado em outubro de 2023) com o Banco Millennium BCP, SA, até ao montante global de 1,5 milhões de euros, pelo prazo de 5 anos, excecionado para o endividamento Municipal nos termos do art.º 118 da LOE de 2023, do qual houve um único desembolso no montante total de cerca de 1,4 milhões encontra-se ainda em vigor, não tendo sido efetuado qualquer pagamento de dívida do mesmo no ano de 2024. A finalidade a utilização deste empréstimo é a seguinte:

Entidade	Finalidade	Pagamentos Acumulados	Unid.: Euros (€)
Millennium BCP	Proc. 2023/09 - DEM - Concurso Público para realização da empreitada "Pavilhão Desportivo Carlos Queiroz - Beneficiações Diversas".	73 165	
Millennium BCP	Proc. 2023/10 - DEM - Concurso Público para realização da empreitada "Pavilhão Desportivo Sophia de Mello Breyner - Beneficiações Gerais".	213 534	
Millennium BCP	Proc. 300.10.005/2023/792 - Aquisição de equipamento para dotação de postos de praia.	3 583	
Millennium BCP	Serviços de produção e gestão do recinto para a JMJ	754 777	
Millennium BCP	Serviços de vigilância e segurança	21 550	
Millennium BCP	Aquisição serviços elaboração e acompanhamento do plano de segurança	9 594	
Millennium BCP	Aquisição serviços de elaboração procedimento de prevenção para evacuação	23 739	
Millennium BCP	Bens de imobilizado	20 103	
Millennium BCP	JMJ - Sistemas e equipamentos de segurança	78 695	
Millennium BCP	Decoração para a Jornada Mundial da Juventude	92 127	
Millennium BCP	Aquisição de merchandising para a Jornada Mundial da Juventude	92 247	
Millennium BCP	JMJ - Aluguer de ecrãs LED	33 825	
		Total	1 416 939

Relativamente à empresa Município, o montante de financiamentos obtidos à data de relato é nulo, os quais são discriminados no quadro seguinte:

Entidade	Finalidade	Data do Contrato	Prazo do Contrato	Capital		Taxa de juro		Pagamentos de anos anteriores			Pagamentos do ano			Encargos vencidos e não pagos	Saldo em 1 de Janeiro	Saldo em 31 de Dezembro	Unid.: Euros (€)
				Contratado	Utilizado	Inicial	Atual	Amortização	Juros	Total	Amortização	Juros	Total				
Novo Banco	Empréstimo	25/10/2021	5 anos	570 000	0	0,00%	0,00%	458 193	33 877	492 070	111 087	3 611	114 698	0	111 087	0	
Caixa Geral de Depósitos	Conta corrente caucionada	02/07/2015	6 meses	300 000	0	0,00%	0,00%	277 000	0	277 000	0	0	0	0	0	0	
Novo Banco	Conta corrente caucionada	18/04/2015	6 meses	500 000	0	0,00%	0,00%	0	0	0	255 000	0	255 000	0	255 000	0	
Novo Banco	Locação financeira	20/04/2020	48 meses	25 851	25 851	0,00%	0,00%	23 221	593	23 814	2 629	24	2 654	0	2 629	0	
		Total		1 395 851	25 851			758 414	34 470	792 884	368 716	3 635	372 351	0	368 716	0	

Relativamente à empresa Parques Tejo, o montante de financiamentos obtidos à data de relato é 257.882 €, os quais são discriminados no quadro seguinte:

Entidade	Finalidade	Data do Contrato	Prazo do Contrato	Capital		Taxa de juro		Pagamentos de anos anteriores			Pagamentos do ano			Encargos vencidos e não pagos	Saldo em 1 de Janeiro	Saldo em 31 de Dezembro
				Contratado	Utilizado	Inicial	Atual	Amortização	Juros	Total	Amortização	Juros	Total			
CGD	Autocarro elétrico	25/07/2024	1825 dias	279 000	0	4,00%	4,00%	0	0	0	21 118	3 289	24 407	0	0	257 882
				Total	279 000	0		0	0	0	21 118	3 289	24 407	0	0	257 882

Nota 8 – Propriedades de investimento

É na NCP 8 do SNC-AP que se encontram previstos os requisitos de contabilização das Propriedades de Investimento. É ainda nesta norma que se encontra a definição de Propriedade de Investimentos “é um terreno ou um edifício, ou parte de um edifício, ou ambos, detidos (pelo proprietário, ou pelo locatário segundo uma locação financeira) para obtenção de rendas ou para valorização do capital, ou ambos (...)"

Nos termos do ponto 6.1. da NCP 8, o Município escolheu como política contabilística o modelo do custo referido no ponto 6.3., aplicando essa política a todas as suas propriedades de investimento, através da mensuração dessas propriedades de acordo com os requisitos da NCP 5 (Ativos Fixos Tangíveis), isto é, ao custo menos depreciação acumulada e perdas por imparidade acumuladas.

Propriedades de Investimento Consolidadas – Quantia escriturada e variações do período

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Variações						Quantia escriturada final
		Adições	Transf. Internas	Depreciações Período	Perdas imparidade	Dif. Cambiais	Diminuições	
Propriedades de Investimento								
Bens de domínio público	0	0	0	0	0	0	0	0
Terrenos e recursos naturais	3 746 730	0	0	0	0	0	0	3 746 730
Edifícios e outras construções	13 533 516	0	0	-353 602	0	0	0	13 179 914
Outras Propriedades de Investimento	0	0	0	0	0	0	0	0
Propriedades de Investimento em curso	0	0	0	0	0	0	0	0
Total:	17 280 246	0	0	-353 602	0	0	0	16 926 645

Nota 9 – Imparidades de ativos

Nos termos da NCP 9 do SNP-AP, o Município deve aplicar determinados procedimentos para aferir se um ativo está em imparidade e assegurar que as perdas por imparidade são reconhecidas, assim como assegurar a reversão de uma perda por imparidade, quando aplicável.

De realçar que relativamente aos materiais diversos de armazém (matérias-primas, subsidiárias e de consumo), o Município considerou para registo das perdas por imparidade as seguintes percentagens:

- 100% para materiais sem rotatividade há mais de 1 ano; e

- 50% para materiais sem rotatividade há pelo menos 1 ano.

Quanto ao quadro infra, no que se refere ao Município, destaca-se que em relação às rubricas Clientes, contribuintes e utentes e outras contas a receber, o montante anual acumulado de imparidades é determinado pela antiguidade do vencimento das mesmas, sendo considerado dívida com imparidade total a superior a doze meses e quando exista dívida entre seis e doze meses desde que a mesma entidade tenha igualmente dívida superior a doze meses. Foram registados no exercício de 2024 um reforço de imparidades no montante de 107.450 € e uma reversão de imparidade acumuladas de 34.548 €.

Sobre a empresa Oeiras Viva, as imparidades registadas no montante de 121.033 €, referem-se à rubrica de Clientes, Contribuintes e Utentes e é de natureza de gerador de caixa. A quantia recuperável é de igual montante.

Relativamente à empresa Parques Tejo, as imparidades registadas no montante de 18.842 €, referem-se à rubrica de Clientes, Contribuintes e Utentes e é de natureza de gerador de caixa. A quantia recuperável é de igual montante.

No que se refere à empresa Municípia, as imparidades registadas no montante de 445.607 €, referem-se à rubrica de Clientes, Contribuintes e Utentes e é de natureza de gerador de caixa. A quantia recuperável é de igual montante.

Imparidades de Ativos Consolidado

Ativos	Natureza	Quantia Bruta	Imparidades Acumuladas	Quantia Recuperável	Modelo Utilizado		Unid.: Euros (€)
					Justo Valor	Valor Usado	
Participações Financeiras	Não Gerador de Caixa	117 879 650	0	117 879 650	117 879 650	0	
Inventários	Gerador de Caixa	1 821 520	191 981	1 629 538	0	1 629 538	
Clientes, contribuintes e utentes	Gerador de Caixa	7 467 285	4 499 656	2 967 430	2 967 430	0	
Outras contas a receber	Gerador de Caixa	9 514 969	318 829	9 196 139	9 196 139	0	
Total:		136 683 424	5 010 666	131 672 758	130 043 219	1 629 538	

Nota 10 – Inventários

A NCP 10 do SNC-AP, fornece orientações quanto ao tratamento contabilístico para os inventários, quanto à determinação do custo e o seu subsequente reconhecimento como gasto, bem como quanto às fórmulas de custeio utilizadas para atribuir custos aos inventários.

Nestes termos, foi adotado pelo Município o sistema de inventário permanente, mensurado ao custo médio ponderado. Em que a quantia escriturada no final do exercício é de 1.629.538 €, correspondendo à quantia recuperável, e as imparidades acumuladas totalizam o montante de 191.981 €.

Os movimentos ocorridos durante o período de 2024 em Inventários, deveram-se essencialmente a:

- Compras de matérias-primas (1.576.439 €);

- b) Consumos (2.478.215 €);
- c) Correções de quantidade/preço médio/unidades (534.564 €);
- d) Reversão de perdas por imparidade (82.607 €); e
- e) Outros aumentos e reduções de inventários (183.789 €).

No que se refere à empresa Oeiras Viva, o montante registado em inventários à data de relato é de 13.083 €, referem-se à rubrica de Mercadorias, em que o montante de compras efetuadas no exercício é de 169.947 € e os consumos efetuados no montante de 165.350 €.

Inventários Consolidado

RUBRICAS	Quantia Bruta	Imparidade Acumulada	Unid.: Euros (€)	
			Quantia Recuperável	
Mercadorias	13 083	0	13 083	
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	1 821 520	191 981	1 629 538	
Produtos acabados e intermédios	0	0	0	
Produtos acabados e intermédios	0	0	0	
Produtos e trabalhos em curso	0	0	0	
Total:	1 834 602	191 981	1 642 621	

Inventários Consolidado: movimentos do período

RUBRICAS	Quantia Escriturada Inicial	Variações						Quantia Escriturada Final
		Compras Líquidas	Consumos / Gastos	Variações nos Inventários	Perdas por Imparidade	Reversões de Perdas por Imparidade	Outras Reduções de Inventários	
Mercadorias	8 485	169 947	165 350	0	0	0	0	0
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	1 730 354	1 576 439	2 478 215	534 564	0	82 607	555 494	739 283
Produtos acabados e intermédios	0	0	0	0	0	0	0	0
Produtos acabados e intermédios	0	0	0	0	0	0	0	0
Produtos e trabalhos em curso	0	0	0	0	0	0	0	0
Total:	1 738 840	1 746 386	2 643 565	534 564	0	82 607	555 494	739 283
								1 642 621

Nota 11 – Agricultura

O objetivo da NCP 11 é estabelecer o tratamento contabilístico relativo à atividade agrícola e aplica-se a ativos biológicos (animais e plantas vivas) e produtos agrícolas na fase de colheita, ou seja, até ao corte.

Atendendo a esta norma, o Município apresenta como ativos biológicos, as suas videiras e oliveiras, os quais não tiveram alteração de valor no presente exercício. Já no que se refere aos produtos agrícolas,

o Município apresenta o seu Vinho “Villa Oeiras” bem como o seu azeite com a mesma denominação, tendo sido possível o apuramento e valorização da produção no exercício de 2024.

Agricultura (variações)

RUBRICAS	Quantia Escriturada Inicial	Aumentos				Diminuições				Variações no Justo Valor	Quantia Escriturada Final
		Compra	Transação sem Contraprestação	Outros Aumentos	Total dos Aumentos	Venda	Transação sem contraprestação	Outras Diminuições	Total das Diminuições		
Animais de produção duradoura	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Animais consumíveis para venda com contraprestação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Animais consumíveis para alienação sem contraprestação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Plantas de produção duradoura	91 839	0	0	0	0	0	0	0	0	91 839	
Plantas consumíveis para venda com contraprestação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Plantas consumíveis para alienação sem contraprestação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Produtos agrícolas no ponto de colheita	1 019 111	0	0	650 077	650 077	0	0	187 415	187 415	0	1 481 773
Total	1 110 949	0	0	650 077	650 077	0	0	187 415	187 415	0	1 573 611

Nota 13 – Movimentos de transações com contraprestação

O rendimento das transações com contraprestação resulta de transações ocorridas durante o período de relato em que a entidade recebe ativos ou serviços, ou extingue passivos por uma determinada quantia e ainda recebimentos de outras entidades públicas ou do resultado de juros e dividendos.

Relativamente ao Município, os rendimentos reconhecidos no exercício decompõem-se:

- Prestação de Serviços (16.729.379 €) e Vendas (475.858 €)

O rendimento é reconhecido aquando da transmissão do direito ao serviço ou bem, evidenciado na Demonstração dos Resultados por Natureza à data de 31 de dezembro de 2024.

- Juros, Dividendos e Outros Rendimentos Similares (380.111 €)

O rendimento é reconhecido na Demonstração dos Resultados por Natureza, através do juro efetivo durante o período do relato. Os dividendos são reconhecidos aquando da colocação dos mesmos à disposição do Município.

- Outros Rendimentos (23134.031 €)

O rendimento é reconhecido na Demonstração dos Resultados por Natureza, aquando da transmissão do direito ao mesmo (23.134.031 €), e no património líquido aquando do reconhecimento das transferências e subsídios de capital após cumpridas as condições para o financiamento (19.363 €).

No que se refere à empresa Oeiras Viva, o montante registado em Rendimentos com Contraprestação, à data de relato, é de 4.176.833 €, refere-se às rubricas de Prestação de Serviços (3.952.673 €), Vendas (180.595 €) e Outros Rendimentos (43565 €). Relativamente à rubrica de Prestação de Serviços a quantia por receber no exercício é de 294.743 €, verificando-se uma diminuição de 294.743 € face ao exercício anterior.

Sobre a empresa Parques Tejo, o montante registado em Rendimentos com Contraprestação, à data de relato, é de 5.206.558 €, refere-se às rubricas de Prestação de Serviços (5.078.035 €) e Outros Rendimentos (128.523 €). Relativamente à rubrica de Prestação de Serviços a quantia por receber no exercício é de 18.842 €, verificando-se uma diminuição de 2.843 € face ao exercício anterior.

Relativamente à empresa Município, o montante registado em Rendimentos com Contraprestação, à data de relato, é de 4.003.730 €, refere-se às rubricas de Prestação de Serviços (3.726.937 €), Juros (467 €) e Outros Rendimentos (276.327 €). Relativamente à rubrica de Prestação de Serviços a quantia por receber no exercício é de 908.523 €, decrescendo 99.680 € face ao exercício anterior.

Foram registadas anulações resultantes da consolidação de contas dos seguintes montantes:

Tipo de Rendimento	Rendimento do período reconhecido em:		Unid.: Euros (€)
	Resultados	Património Líquido	
	Total:		
Prestação de Serviços	-816 437	0	
Vendas	-978	0	
Outros Rendimentos	-597 718	0	
	Total:	-1 415 133	0

O quadro seguinte apresenta a decomposição dos rendimentos de transações com contraprestação à data do relato.

Rendimento de transações com contraprestação – Consolidado

Tipo de Rendimento	Rendimento do período reconhecido em:		Quantias por receber		Adiantamentos Recebidos	Unid.: Euros (€)
	Resultados	Património Líquido	Iniício do período	Final do período		
Prestação de Serviços	28 670 587	0	5 623 532	5 497 458	0	
Vendas	655 475	0	0	155 749	0	
Juros, Dividendos e Outros Rendimentos Similares	380 578	0	0	0	0	
Outros Rendimentos	22 894 324	19 363	404 623	351 503	0	
	Total:	52 600 964	19 363	6 028 155	6 004 711	0

Nota 14 – Movimentos de transações sem contraprestação

Para os rendimentos auferidos pelo Município provenientes de transações sem contraprestação foram consideradas as orientações dadas pela NCP 14 do SNC-AP.

A maioria dos rendimentos sem contraprestação, tal como referido na norma contabilística é tipicamente proveniente de impostos e transferência obtidas.

As transferências são influxos de benefícios económicos provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos. Nestas estão incluídas as transferências do PRR.

O quadro seguinte apresenta a decomposição dos rendimentos provenientes de transações sem contraprestação registados à data do relato.

Rendimento de transações sem contraprestação – Consolidado

Tipo de Rendimento	Rendimento do período reconhecido em:		Quantias por receber		Adiantamentos Recebidos	Unid: Euros (€)
	Resultados	Património Líquido	Ínicio do período	Final do período		
Impostos diretos	66 589 029	0	0	0	0	0
Impostos indiretos	52 435 891	0	0	0	0	0
Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0	0	0	0	0	0
Taxas	16 051 135	0	977 233	1 332 550	0	0
Multas e outras penalidades	561 496	0	29 380	10 381	0	0
Transferências sem Condições	46 878 864	0	1 712 929	152 770	0	0
Transferências com Condições	919 765	1 635 110	21 681	1 445 860	0	0
Subsídios sem condições	0	0	0	0	0	0
Subsídios com condições	0	0	0	0	0	0
Legados ofertas e doações	0	69 335 973	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0	0
Total:	183 436 181	70 971 083	2 741 222	2 941 561		0

Nota 15 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Considerando o disposto na NCP 15 do SNC-AP, uma provisão trata-se de um passivo de momento ou quantia incertos, um passivo contingente é uma obrigação que decorre de acontecimentos passados e um ativo contingente é um ativo possível que decorre de acontecimentos passados e cuja existência apenas será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos que não estão sob o controlo do Município.

Face ao exposto, e em relação ao Município, as provisões foram calculadas com base em valores atribuídos com fiabilidade e para os quais existe uma grande probabilidade de o Município vir a ser condenado, não se tendo verificado alterações significativas no valor das provisões face ao ano anterior. As provisões registadas relativas aos processos judiciais em curso, no valor de 548.916 €, tendo existido ao longo do exercício uma diminuição de 136.198 € e um aumento de 88.023 €.

No que se refere à empresa Parques Tejo, o montante registado em provisões à data de relato é de 30.000 €, refere-se a um processo judicial em curso.

Relativamente à empresa Municípia, o montante registado em provisões, à data de relato, é de 276.764 €, refere-se a um projeto de investimento em Moçambique do cliente FNDS (Fundo de Desenvolvimento Sustentável), sendo que face a 2023 foi acrescida em 96.737 € relativo a impostos.

Provisões – Consolidado

Provisões	Quantia Escriturada Inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia Escriturada Final	Unid: Euros (€)
		Reforços	Aumentos	Outros aumentos	Total de Aumentos	Utilizações	Reversões	Outras Diminuições	Total de Diminuições		
Garantias a clientes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Processos judiciais em curso	627 091	0	88 023	0	88 023	0	136 198	0	136 198	578 916	
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Matérias ambientais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Contratos onerosos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Reestruturação e reorganização	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras provisões	180 000	96 764	111 672	0	208 436	0	0	0	0	0	388 436
Total	807 091	96 764	199 696	0	296 459	0	136 198	0	136 198	967 352	

Passivos e Ativos contingentes – Consolidado

No quadro infra encontra-se detalhado as responsabilidades contingentes (passivos) do Município de acordo com os processos judiciais em curso:

Município

Conta	Designação do Processo	N.º do Processo	Objecto	Estado / Probabilidade	Montante
091	Responsabilidades contingentes				6 353 383
0911	Processos judiciais em curso				6 353 383
0911300094	Mota-Engil - Engenharia e Construção S.A. 500 197 814 Casa da Calçada, Largo do Paço, n.º 6, 4600-017 Cepelos Amarante	545/23.4BES NT	Contrato de Empreitada "Passeio Marítimo - Troço entre a Baía dos Golfinhos e a Praia da Cruz Quebrada", com a Ref.º 0070/DOM/DGEPIM/14	Autos irão tramitar no TAC de Lisboa	375 059
0911300135	Promorail	1111/08.0BES SNT	Pagamento de prejuízos decorrentes do prolongamento da empreitada para a concepção e construção das bancadas do Estádio Municipal de oeiras	Sentença de 1ª instância que julgou improcedente a quase totalidade dos pedidos da autora, com exceção do pedido de ilegalidade de aplicação de multa contratual no valor de € 673.973,00 e de algumas reclamações quanto ao auto 27 da empreitada (de pequenissimo valor) e julgou improcedentes os pedidos reconvenicionais de indemnização formulados pelo atraso na conclusão da obra. Decisão objecto de recurso.	1 451 822
0911501817	PL - Administração do porto de Lisboa	Cobrança Judicial	Faturas	Acordo para execução de obras	1 440 532
0911980765	FOSC - Faial Obras Soc. de Construções, Lda.	421/18.2BES NT	Multa Contratual	Aguarda Julgamento.	26 492
0911988957	2 PI - Projectos e Promoção de Investimento Imobiliário, Lda.	963/19.2BES NT	Garantia Bancária	Aguarda julgamento	6 667
0911989002	Íris Filipe	47/15.2BEAL M	Acção de Preferência sobre o imóvel sito na Rua Soeiro Pereira Gomes Lote 55 - Já foi depositado a título de caução o valor 22.611,00. Se a acção proceder o dinheiro fica como pagamento do imóvel, se improceder o dinheiro é devolvido.	Aguarda sentença	22 611
0911989009	Maria Fernanda de Almeida Diniz de Carvalho	1283/08.3BE SNT	Terreno sito em Paço de Arcos - requer o pagamento de € 20.500, a título de indemnização, por danos patrimoniais resultantes da privação do uso do imóvel.	Decisão condenatória. Foi interposto recurso.	20 500
0911989010	Associação Oeiras Merece Mais	887/06.3BES NT	SATU Oeiras	Aguarda sentença em 1ª instância.	2 959 700
0911997206	José Maria dos Santos Fernandes	649/24.6BES NT	Decretação de despejo administrativo ilícito, na Rua Dr. Vitor Sá Machado, n.º 12, 1.º Esq., Camaxide	Pendente	50 000

Parques Tejo

Designação do Processo	N.º do Processo	Objecto	Estado / Probabilidade	Montante
Queixa-Crime contra Miguel Santos Garcia por crime de ofensa a pessoa coletiva, organismo ou serviço.	1614/23.6T9 OER	Queixa-Crime contra Miguel Santos Garcia por crime de ofensa a pessoa coletiva, organismo ou serviço	A decorrer	30 000

Municípia

Designação do Processo	N.º do Processo	Objecto	Estado / Probabilidade	Montante
Ação administrativa comum	Processo nº 1342/19.7BE LSB	Impugnação decisão aplicação sanção pecuniária	Recurso da sentença de 03.02.2023 apresentado pelo Réu para o Tribunal Central Administrativo Sul	114 987
Ação Administrativa	Processo nº 610/20.OBE SNT	Ação administrativa	Aguarda prolação sentença	1 046
Ação de contencioso pré-contratual	Processo nº 2513/24.0BE LSB	Impugnação ato de adjudicação concurso público	Recurso do Acórdão proferido pelo Tribunal Central Administrativo Sul apresentado pela Municipia para o Supremo Tribunal Administrativo	1 514 000
Ação de contencioso pré-contratual	Processo nº 6257/24.4BE LSB	Impugnação ato de adjudicação concurso público	Aguarda prolação decisão pelo Tribunal (Fundo, por sentença que julgou improcedente a acção, transitada em julgado em 03.01.2025)	1 640 000
Ação de contencioso pré-contratual	Processo nº 2002/24.2BE LSB	Impugnação ato de adjudicação concurso público	Aguarda prolação decisão pelo Tribunal (Fundo, por sentença favorável à Municipia transitada em julgado em 03.01.2025)	30 000
Ação de contencioso pré-contratual	Processo nº 71/23.1BEP DL	Impugnação ato de adjudicação concurso público	Recurso da sentença de 30.01.2024 apresentado pela Autora para o Tribunal Central Administrativo Sul	723 203
Ação de insolvência	Processo nº 3371/22.4T8 AVR	Ação de insolvência	Aguarda-se conclusão da liquidação do património da Insolvente.	11 340
Ação de insolvência	Processo nº 1192/23.6T8 STB	Ação de insolvência	Aguarda-se conclusão da liquidação do património da Insolvente	17 744

Oeiras Viva

Designação do Processo	N.º do Processo	Objecto	Estado / Probabilidade	Montante
Impugnação de coimas	1157/11.OB ESNT	Impugnação coimas resultantes do Relatório de Inspeção Tributária de 04 de Março de 2011	Aguarda prolação de acórdão	13 963
Impugnação de liquidações adicionais	1379/12.7BE SNT	Impugnação liquidações adicionais de IVA - Exercícios de 2007 e 2008	Aguarda conta de custas	91 233

No quadro seguinte são detalhadas, como ativos contingentes, as cauções não pecuniárias e garantias do Município existentes à data do relato:

Conta	Entidade	Montante
092	Cauções não pecuniárias e garantias obtidas	65 243 083
0921	Cauções não pecuniárias e garantias obtidas - Prestadas	78 071 160
09211	Cauções /Garantias - Prestadas por Fornecedores de c/c	3 664 619
09211233299	Auto Sueco Portugal - Veículos Pesados,sa	93 514
09211300085	Trafiurbe - Sinalização, Construção e Engenharia, S.A.	5 990
09211400010	Finlog Aluguer e Comércio de Automóveis, SA.	79 080
09211500389	Barraqueiro Transportes SA	6 000
09211500391	Ecoambiente - Consultadoria, Engenharia e Prestação de Serviços, Lda.	98 588
09211500468	Fernando L. Gaspar - Sinalização e Equip. Rodoviários, S.A.	14 972
09211500515	Gertal - Companhia Geral de Restaurantes e Alimentação, S.A.	60 000
09211500682	Lease Plan Portugal Comércio e Aluguer Automóvel e Equipamentos, Lda	10 488
09211500932	Petróleos de Portugal - Petrogal, SA	176 626
09211501081	Toyota Caetano Portugal, S.A.	10 463
09211501220	Vodafone Portugal, SA	119 453
09211501657	Parques e Jardins - Projectos e Construção, Lda	87 945
09211501694	Vibeiras - Sociedade Comercial Plantas, SA	28 200
09211501762	Man Truck & Bus Portugal, Soc. Unipessoal, Lda	33 975
09211503997	Uniself - Soc. Restaurantes Públicos e Privados, SA	440 983
09211503999	Locarent - Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, S.A.	15 496
09211504037	Palfinger - Comércio e Aluguer de Máquinas, SA	1 187
09211504208	Eurest Portugal Soc Europeia Restaurantes Lda	96 000
09211504562	Konica Minolta Business Solutions Portugal, Unipessoal, Lda.	14 287
09211504778	Hydraplan - Manutenção e Comércio de Veículos, SA	32 315
09211504871	Grupnor Elevadores Portugal Lda	2 637
09211971891	Generali Seguros, S.A.	85 944
09211975938	Carlos Oliveira Caseiro - Manut. de Fontes Luminosas, Unip., Lda.	16 663
09211976240	EDP Comercial - Comercialização de Energia, S.A.	514 878
09211976364	MOTA-ENGIL ATIV - Gestão e manutenção de ativos, SA	80 483
09211976465	Electritel - Instalações de Energia e Telecomunicações, Lda.	24 891
09211977584	Ovo Solutions - Soluções Ambientais, SA	29 813
09211977606	Canas - Engenharia e Construção, SA	141 470
09211978792	NOS Comunicações, SA	5 076
09211978809	Ambienti D'Interni - Unipessoal, Lda.	3 799
09211978839	NRV - Consultores de Engenharia, S.A.	30 975
09211979545	Associação das Orquestras Sinfónicas Juvenis Sistema Portugal	50 994
09211979789	Perene, S.A.	69 417
09211979972	Soma - Environmental Solutions, Lda.	19 650
09211982831	Mofil Environment Equipment, Lda.	5 690
09211985339	Maxifardas - Vestuário Para Trabalho, Lda.	3 741
09211986375	Meristema, SA	157 462
09211986464	Vitor Hugo - Coordenação e Gestão de Projectos, S.A.	24 922
09211986486	Sá Límpa - Sociedade de Limpezas, Lda.	23 216
09211987162	Atelier Central, Arquitectos, Lda	46 856
09211987560	Iveco Portugal, SA	11 000
09211987618	Justacolina - Serviços de Silvicultura e Exploração Florestal, Lda	92 683
09211988593	Enser - Fomento de Atividades Económicas, Lda.	7 280
09211988762	MVCC - Mercês Vieira e Camilo Cortesão, Arquitectos, Lda.	10 114
09211990177	Push Safety, Lda.	8 749
09211990195	Arquijardim, S.A.	98 084
09211990559	Oeiras Praia Restauração Lda	47 462
09211990777	Gonçalo Byrne, Arquitectos, Lda.	26 300
09211991260	Ecoambiente - Serviços e Meio Ambiente, SA	257 473
09211991485	CTT Soluções Empresariais, S.A.	28 792
09211991860	Prezero Ambiente,S.A.	280 543
09211993750	Pqb - Produtos Químicos e Biológicos Unipessoal Limitada	20 000
09211995146	Goldenergy, Empresa Comercializadora de Energia S.A	12 000

Conta	Entidade	Montante
09212	Cauções/Garantias - Prestadas por Fornecedores de investimento	20 581 486
09212131696	Sibafil - Sociedade de Empreitadas, Lda.	22 092
09212134667	ENOCIMIL, LDA.	1 514
09212214308	Lenaconstrói - Construção Civil e Obras Públicas, Lda.	11 171
09212215888	CAPEX - Engenharia Unipessoal, Lda.	709
09212218016	JTM - Construção Coordenação e Gestão de Obras, LDA.	3 929
09212223048	Gardinus - Construção e Manutenção de Espaços Verdes, Lda.	13 526
09212227958	JPMAENG, Unipessoal, Lda.	1 642
09212300005	Mateus Vicente & Seabra Nascimento, Lda.	922
09212300014	Quinagre Construções S.A.	101 284
09212300016	Luis Frazão - Construção Civil e Obras Públicas, S	55 090
09212300022	Socijoba, Lda.	1 201
09212300028	Teixeira Duarte Eng. Construções, SA	317 907
09212300034	Armando Cunha S.A.	103 655
09212300041	Alves Ribeiro, S.A.	33 643
09212300043	CMS - Construções e Manutenção Electromecânica, S.	2 497
09212300048	Comprojeto - Projectos e Construções, Lda	2 008
09212300049	Canas Correia, S.A.	1 292
09212300052	CJG - Construções, Lda.	5 755
09212300060	Ediserra - Construções, S.A.	10 036
09212300072	Oliveiras, S.A.	222 785
09212300073	João Jacinto Tomé	8 841
09212300085	Trafiurbe - Sinalização, Construção e Engenharia,	14 386
09212300086	Silva Brandão & Filhos, Lda.	6 120
09212300108	Monumenta-conserv рестаурационно Arquitectónico	43 119
09212300110	Flores & Gomes, Construções e Obras, Lda.	6 216
09212300113	Pavilancil - Soc. de Construções de Pavimentos e L	10 455
09212300117	Azinheira - Sociedade de Construções, S.A.	5 090
09212300135	Promorail, Lda.	203 104
09212300136	N. Costa Ramos, Lda.	112
09212300137	Ecbuild Construção e Projecto Lda	835
09212300138	Evento Engenharia e Construção Civil, Lda.	21 958
09212300139	Magofor Jardins do Magoito Lda	1 160
09212300141	Setecnisol - Coberturas e Fachadas, S.A.	3 287
09212300144	PMJ - Construções, Lda.	454
09212300145	Loviril - Construção Civil, Lda.	372 855
09212500001	Artemisia - Centro de Jardinagem, Lda.	7 507
09212500249	Schréder Iluminação, S.A.	14 166
09212500341	Alberto Roque, Lda.	22 402
09212500391	Ecoambiente - Consultadoria, Engenharia e Prestação de Serviços, Lda.	1 480
09212500454	Fabrigimno-fabric.mat.desporto,lida	14 091
09212500468	Fernando L. Gaspar, S.A	25 469
09212500858	OLICO - Materiais para construção civil e obras pú	74 530
09212501169	Sopsa Eco Innovation, S.A.	71 019
09212501583	UEM - Unidade Estruturas Metálicas, SA	14 278
09212501656	Engirega - Projectos e Execução de Sistema, Lda.	8 071
09212501657	Parques e Jardins, Lda.	2 225
09212501694	Vibeiras - Sociedade Comercial Plantas, SA	77 346
09212501807	Sociedade de Construções Mançôs & Calais	5 480
09212501808	S.T.A.P. - Reparação, Consolidação e Modificação d	90 607
09212502136	Cristina Veríssimo, Diogo Burnay, Arquitectos Associados, Lda.	12 950
09212502170	Omep-obras, Medi. Proj. Ld ^a .	22 624
09212502225	Etratraf, S.A.	1 753
09212504563	SOMOVE, LDA	47 960
09212504680	SNSV - Soc. Nacional de Sinalização Vertical, Lda.	9 092
09212505169	Prospectiva-Projectos,Serviços,Estudos , SA	4 098
09212970569	Cobeng Construtora, Lda.	16 342
09212970972	Gasfomento - Sistemas e Instalações de Gás, S.A.	54 254
09212971012	Topbet - Trabalhos de Obras Públicas e Pavimentos,	141 952
09212971367	Sanestradas-Empr.Obras Públicas e Particulares,SA	63 160
09212971477	Constradas - Estradas e Construção Civil, S.A.	50 585
09212971781	PROPEMI	20 302

Conta	Entidade	Montante
09212972005	Artevias Sinalização Rodoviária, Lda.	7 913
09212972026	XIX Construções, Projecto e Gestão, Lda.	17 622
09212972839	Manuel Pedro de Sousa & Filhos, Lda.	4 067
09212973277	Paredes & Paredes, Lda.	24 946
09212973747	Estrela do Norte, Lda.	158 062
09212973799	Unikonstrói, Lda	674 208
09212974143	Protecnil - Sociedade Técnica de Construções, Lda.	225 397
09212975042	João Manuel Neto Rosa	265
09212975507	Sotráfego - Sol. de Trânsito, Estacionamento e Co	1 671
09212975624	Loureiro Construção Civil, Lda	7 350
09212975926	Orona Portugal, Lda.	585
09212976169	Habitâmega - Construções, S.A.	79 375
09212976193	Eduardo Medeiro	11 516
09212976364	MOTA-ENGIL ATIV - Gestão e manutenção de ativos, SA	83 645
09212976745	Nova Gente - Empreitadas, S.A.	18 477
09212977606	Canas - Engenharia e Construção, SA	298 312
09212977701	CONSTARTE - Construções, S.A.	45 301
09212977751	Ernesto Ribeiro Ferreira, Lda	44 697
09212977970	Comporto - Sociedade de Construções, S.A.	172 883
09212978056	José & Augusto, Lda ^a	6 106
09212978186	Tomás de Oliveira, S.A	11 988
09212978459	Viesa - Engenharia, Lda	482
09212978461	Schmid Construções, Lda.	119 480
09212978489	Terraços de Prata - Unipessoal, Lda ^a	31 731
09212978585	Aroucontrol - Engenharia e Construções, S.A.	7 973
09212978809	Ambient D'Interni - Unipessoal, Lda.	7 644
09212979336	Geração & Excelência - Construção Civil e Obras Pu	2 024
09212979633	Fraterna - Engenharia, Consultoria e Construção, L	108 091
09212979665	Ubc S.A	21 381
09212979876	Margem Mitica, Lda.	11 936
09212979940	Euroténis - Equipamentos Desportivos, Lda	14 100
09212979975	Tecnaco - Técnicas de Construção, S.A.	70 923
09212980255	AECI, Arquitectura, Construção e Empreend. Imobiliár	453
09212980257	Renascimóvel, Const. e Reabilitação, Lda.	5 741
09212980625	Nortejuvital - Sociedade de Construções, Lda	32 475
09212980691	Scampia - Engenharia, Unipessoal Lda	141 144
09212980725	Alexandre Barbosa Borges, S.A.	1 063 042
09212981116	Francisco Duarte Prego & Filhos, Lda.	34 686
09212981175	M. L. Moita Sociedade Geral de Construção Civil, Lda ^a	8 012
09212982307	Mafragua, Lda.	6 179
09212982842	Verterte Colossal, Construção Civil Unipessoal, Lda	2 400
09212982851	Murarte Construções, Lda.	2 363
09212982993	Imconstarate - Construções S.A.	3 499
09212983005	Louristrada - Construção Civil de Vias, Lda	2 851
09212983941	Obragolito - Obras Públicas e Serviços, Lda ^a	113 337
09212984895	Optibuilding, Lda	279 992
09212984897	Construtora Vila Franca, Lda ^a	7 274
09212984899	ECON - ECO Construção, Lda	288 541
09212984946	NOW XVI - Engenharia & Construções, Lda.	119 793
09212984989	GRANIMARANTE, Granitos e Construções, Lda.	5 640
09212985243	2 GM Construções Civis SA	6 496
09212985361	Pinto e Relvas- Construção e Remodelações, Lda.	55 641
09212985477	J.C.N.F. - Construção, Lda.	4 500
09212985523	Decoverdi - Plantas & Jardins, Lda.	52 501
09212985528	Bcity - Manutenção Espaços Urbanos, Unipessoal, Lda.	13 625
09212986412	Panoramalder, Unipessoal, Lda.	3 681
09212986505	Siginum - Gestão de Património Cultural, Lda.	226 778
09212986654	Joaquim Dias Antunes, Unipessoal Lda.	155 118
09212986802	Inovuild, Lda	287 548
09212986937	PLANDESE, S.A.	162 225

Conta	Entidade	Montante
09212987082	<i>Engicloud, Lda.</i>	15 429
09212987297	<i>Metalcário – Construções, Lda.</i>	30 825
09212987615	<i>Tâmega Engineering, S.A.</i>	149 235
09212987778	<i>Tecnorém - Engenharia e Construções SA</i>	1 786 778
09212988130	<i>Perspectivas e Perpendiculares Unipessoal, Lda.</i>	4 966
09212988603	<i>Wikibuild, SA</i>	11 704
09212988679	<i>Datiben Construções Unipessoal, Lda.</i>	1 079
09212988898	<i>PEOP – Projectos e Execução de Obras Públicas, Lda.</i>	2 215
09212988942	<i>Acciona Tecnovia - Fórum Oeiras, A.C.E</i>	7 548 713
09212988949	<i>Rkesa, Lda.</i>	14 677
09212989454	<i>DGPW S.A.</i>	180 119
09212990158	<i>Ressa Construções, S.A.</i>	203 736
09212990236	<i>Artur Florêncio & Filhos, AFFSports, Lda.</i>	4 670
09212990246	<i>Carmo - Estruturas em Madeira, S.A.</i>	5 433
09212990594	<i>Termosul - Projectos e Instalações, S.A</i>	33 091
09212991825	<i>Sá Machado, Lda.</i>	107 425
09212991841	<i>HT - International Water Technology Control, S.A.</i>	13 250
09212991850	<i>Ferreira - Construção SA</i>	509 997
09212993397	<i>RUCE - Construção e Engenharia, Lda.</i>	196 546
09212993888	<i>PAVIZES - Comércio e Transporte de Materiais de Construção, Lda.</i>	8 044
09212994782	<i>Área Cosmopolita, Lda</i>	5 701
09212995661	<i>Ergsilva - Construção e Restauro de Edifício, Lda</i>	381 886
09212995844	<i>Teixeira, Pinto & Soares, S.A.</i>	916 017
09212996365	<i>Embeiral - Engenharia e Construção, S.A.</i>	589 870
09213	Cauções /Garantias - Prestadas por Clientes	53 825 055
09213187954	<i>Fita Metrca - Investimentos Imobiliários Lda</i>	34 165
09213227598	<i>Dialce - Construção, Empreendimentos Imobiliários e Turísticos SA</i>	129 515
09213300041	<i>Alves Ribeiro, S.A.</i>	906 833
09213300062	<i>Ferreiras & Magalhães ,SA (em liquidação)</i>	48 887
09213400015	<i>Caixa Económica Montepio Geral</i>	2 620
09213500099	<i>Auto Industrial, S.A.</i>	24 095
09213500219	<i>C. Santos - Veículos e Peças, SA</i>	17 550
09213500743	<i>Makro - Cash & Carry Portugal, SA</i>	1 410
09213500805	<i>Impresa Publishing, SA</i>	71 929
09213500932	<i>Petrogal, S.A.</i>	798
09213501123	<i>SIC - Soc. Independente de Comunicação, SA</i>	3 997 989
09213501201	<i>Taguspark - Soc. Prom. Desenv. Parque Ciéncia Tecn. A. Lx, SA</i>	363 918
09213501607	<i>Neste Portugal, SA</i>	172 272
09213501611	<i>Matudis, Lda</i>	22 000
09213501612	<i>Modelo Continente Hipermercados S.A.</i>	37 950
09213501616	<i>Lidl & Cia</i>	1 416 807
09213501898	<i>Miele Portuguesa - Máquinas Industriais e Electrodomésticos, Lda.</i>	41 160
09213501926	<i>Pingo Doce - Distribuição Alimentar SA</i>	22 437
09213505125	<i>Carlos Sabido & Filhos, SA</i>	2 020
09213505316	<i>Mind - Software Multimédia e Industrial, S.A.</i>	12 500
09213505388	<i>Soc Construções Azul Ferreira & Irmão Lda</i>	16 678
09213930487	<i>Fábrica da Igreja Paroquial Santo António de Nova Oeiras</i>	15 572
09213970043	<i>Qualhab - Compra e Venda de Imóveis, Construção, Ld^a</i>	617 735
09213971015	<i>Staples Portugal - Equipamento de Escritório, SA</i>	2 182
09213971704	<i>Banif Banco de Investimento, SA</i>	1 800
09213972211	<i>Surgicare - Unidades de Saúde, SA</i>	118 320
09213973401	<i>Bayer Portugal, Lda.</i>	6 000
09213973667	<i>LisboaGás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural Lisboa, SA</i>	156 446
09213974258	<i>ALCIR - Empreendimentos Imobiliários, S.A.</i>	69 600
09213974282	<i>Construções Domingos Barreiros, Ld^a</i>	6 530

Conta	Entidade	Montante
09213974337	Marfer - Construções Civis, Lda.	102 540
09213974402	João Mario Monteiro de Araújo Couto	6 240
09213976230	Galp Power, SA	9 645
09213977392	J Dias & Dias, SA	41 543
09213977718	Auchan Retail Portugal, S.A.	72 727
09213977790	Vila Galé - Sociedade de Empreendimentos Turísticos, SA	25 720
09213977840	DCHJ - Construções, Lda	2 400
09213978879	Federação Portuguesa de Futebol	2 118 753
09213979337	Novo Banco, S.A.	4 392 602
09213979923	TVI - Televisão Independente, SA	4 241 356
09213980408	Food4Kings, S.A.	13 028
09213982118	Naipe D'Emoções - Restauração e Gestão de Espaços Comerciais, Lda.	3 750
09213982525	Pinpropco, Lda.	475 975
09213985305	Joaquim Chaves-Sociedade Imobiliária, S.A.	339 220
09213985573	João Farinha & Filhos, SA	15 340
09213985891	Longavia Imobiliária SA	30 506
09213986816	Sociedade de Construções Dias e Cunha, Lda	10 087
09213986817	Naturidade, SA	75 000
09213986920	Esquipes Concretizados - Lda	37 010
09213987637	FUTURE OPPORTUNITY LDA	720 226
09213987668	Krestpor - Sociedade Imobiliária, Lda	141 100
09213988013	VC Prime Estate, SA	1 488 069
09213988367	Álvaro Rodrigues Ferreira	4 330
09213988368	Ana Rita Cabral Gonçalves Onofre Ervilha	3 260
09213988370	Arnaud Gerard Jacques Daniel Pierre Guillermo	6 130
09213988373	Cesar Miguel Canica Jesus	4 480
09213988375	CL2F - Engenharia, Reabilitação e Construção, SA	15 424
09213988377	D. Amaral - Assistência e Prevenção Dentária Unipessoal, Lda ^a	6 430
09213988379	Eixos Simétricos Construções Lda	9 260
09213988380	ExclusiveScenery Lda	270 900
09213988381	Fantastic Connection - Lda ^a	48 913
09213988399	Fundo de Pensões do BCP	4 920
09213988401	Germano Augusto Cerqueira Cardoso	6 130
09213988404	Companhia Ibm-portuguesa	2 430
09213988407	Ilda Maria Costa Ferreira da Silva São João	1 200
09213988414	João Carlos Álvares Moreira da Fonseca	1 786
09213988418	José Augusto Rodrigues de Castro Ambrásio	3 007
09213988421	Lagoalto-constr. Compra e Venda de Imóveis Lda ^a	219 346
09213988422	Lucília Pires Rodrigues Boaventura de Azevedo	1 370
09213988439	Manuel Gomes Ferreira	31 197
09213988443	Miguel Luís Pinto Veloso	6 700
09213988444	NATÁLIA SOFIA LEOCÁDIO PARENTE	4 140
09213988445	NEUREIFEN - Empreendimentos SA	68 830
09213988446	Neutripromo - Compra e Venda de Imóveis Lda ^a	3 679 520
09213988450	Paulo Nuno Carvalho Campos	4 082
09213988451	Pierre Guy Alain Guillermo	6 130
09213988452	Sandro Carlo Marques dos Santos	8 633
09213988453	Lin Tianbiao	5 910
09213988455	VilaOeiras - Sociedade Imobiliária SA	1 086 285
09213988457	João Paulo Mestre dos Santos	17 033
09213988480	Montepio Valor - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento SA	2 585
09213988840	Euromarques - Investimentos Imobiliários e Turísticos SA	37 950
09213988841	Luis Miguel Afonso Fernandes	8 610
09213988888	João Matias Sociedade Unipessoal Lda	8 690
09213988943	Avelar & Teixeira, Lda	18 000
09213989003	Fundação Otilia Pessoa Murta Lourenço e Marido	250 725
09213989021	Construções Moniz & Prior Lda	67 720
09213989325	Ángelo Peixoto Martinho	6 370
09213990154	Green Charge - Mobilidade Eléctrica, Lda	3 587
09213990547	Bk Portugal, S.A.	31 333
09213990716	Sara Afonso de Castro Barros	6 240
09213991100	Sérgio Nuno Vieira de São João	6 500
09213991258	Sociedade Agrícola Quinta da Mó de Cima, Sa	7 000

Conta	Entidade	Montante
09213991295	Branques Imobiliária Limitada	37 730
09213991877	Madadna Portugal - SICAFI, SA	1 273 233
09213991919	Zume Construções, S. A.	364 408
09213991935	Transportes Rodrigo Costa e Filho, SA	744 457
09213991957	Ilustre e Perfeito, Lda	452 490
09213993058	Marta Maria Baptista Martins Monge Matos	2 510
09213993193	Alcon Portugal - Produtos e Equipamentos Oftalmológicos Lda	2 784
09213993337	Sociedade de Construções Eurico & Isidro, Lda.	35 100
09213993366	Victory Invitation Lda	133 240
09213993479	Construções Germano Cardoso, Lda	18 580
09213993502	Traços Duradouros Lda	7 430
09213993581	PRPONTOOE LDA	2 177 970
09213994118	Ricardo José Dos Santos Martins	4 470
09213994351	PRISI - Promoções Imobiliárias, Lda	28 260
09213994353	DOUTOR FINANÇAS, Unipessoal Lda.	40 975
09213994386	Agora Obm Unipessoal Lda	947 050
09213994607	joaquim Lopes de Figueiredo	1 760
09213994684	Nextimo Imobiliária, Lda	2 050
09213994685	Odete Maria Guedes Ribeiro	2 050
09213994796	VIZELPAS - INVESTIMENTOS, S.A	102 660
09213994811	Bradifer Construções e Investimentos Lda	28 250
09213995394	Assoc. Proprietários e Moradores da Urb. S. Pedro Cacilhas	1 540 222
09213995441	Paulo Alexandre Franco Gomes Monteiro Caçada	10 000
09213995473	Giesta Celestial - Investimentos Imobiliários - Lda	200 000
09213995479	Foz do Tejo - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	16 590 860
09213995599	Conzel - Construções do Zézere, S.A.	49 147
09213996076	SOLEXTROVERTIDO - UNIPESSOAL LDA	270 623
09213996354	Open Area, Lda	3 410
09213996431	Navibordo	43 164
09213996540	Nazir Sadru Din	21 822
09213996555	Cristina Maria Dias Fulgêncio Parente	2 650
09213997011	Ana Filipa Neves	2 060
0922	Cauções não pecuniárias e garantias obtidas - Devolvidas	-12 822 336
09221	Cauções /Garantias - Devolvidas a Fornecedores de c/c	-664 757
09221233299	Auto-Sueco Portugal - Veículos Pesados, SA	-53 185
09221300085	Trafiturbe - Sinalização, Construção e Engenharia, S.A.	-5 990
09221500389	Barraqueiro Transportes SA	-6 000
09221500391	Ecoambiente - Consultadoria, Engenharia e Prestação de Serviços, Lda.	-13 368
09221500468	Fernando L. Gaspar - Sinalização e Equip. Rodoviários, S.A.	-14 972
09221501220	Vodafone Portugal - Comunicações Pessoais, SA	-1 000
09221501694	Vibeiras - Sociedade Comercial Plantas, SA	-28 200
09221503997	Uniself - Soc. Restaurantes Públicos e Privados, SA	-211 292
09221504037	Palfinger - Comércio e Aluguer de Máquinas, SA	-1 187
09221504562	Konica Minolta Business Solutions Portugal, Unipessoal, Lda.	-14 287
09221504871	Grupnor Elevadores Portugal Lda	-2 637
09221976364	MOTA-ENGIL AT&V - Gestão e manutenção de ativos, SA	-24 083
09221976465	Electrelit - Instalações de Energia e Telecomunicações, Lda.	-24 891
09221978792	NOS Comunicações, SA	-5 076
09221979545	Associação das Orquestras Sinfónicas Juvenis Sistema Portugal	-25 497
09221982831	Mofil. Environment Equipment, Lda.	-5 690
09221985339	Maxifardas - Vestuário Para Trabalho, Lda.	-3 741
09221986375	Meristema, SA	-157 462
09221987560	Iveco Portugal, SA	-11 000
09221988593	Enser - Fomento de Atividades Económicas, Lda.	-7 280
09221991260	Ecoambiente - Serviços e Meio Ambiente, SA	-42 920
09221993750	Pqb - Produtos Químicos e Biológicos Unipessoal Limitada	-5 000

Conta	Entidade	Montante
09222	Cauções/Garantias - Devolvidas a Fornecedores de investimento	-5 065 975
09222131696	Sibafil - Sociedade de Empreitadas, Lda	-11 538
0922214308	Lenaconstrói - Construção Civil e Obras Públicas, Lda.	-3 845
0922215888	CAPEX - Engenharia Unipessoal, Lda.	-709
0922218016	JTM - Construção Coordenação e Gestão de Obras, LDA.	-2 947
0922223048	Gardinus - Construção e Manutenção de Espaços Verdes, Lda.	-11 814
0922230028	Teixeira Duarte Eng. Construções, SA	-116 216
0922230034	Armando Cunha S.A.	-24 132
0922230041	Alves Ribeiro, S.A.	-4 239
0922230043	CME - Construções e Manutenção Electromecânica, S.	-2 497
0922230052	CJG - Construções, Lda.	-1 320
0922230072	Oliveiras, S.A.	-54 081
0922230085	Trafirube - Sinalização, Construção e Engenharia,	-2 685
09222300108	Monumenta-conserv рестаурационно архитектурное	-3 808
09222300138	Evento Engenharia e Construção Civil, Lda.	-1 963
09222300144	PMJ - Construções, Lda.	-454
09222300145	Loviril - Construção Civil, Unipessoal, Lda	-9 805
09222500249	Schréder Iluminação, S.A.	-8 199
09222500454	Fabrigimno-fabric.mat.desporto, lda	-2 697
09222500468	Fernando L. Gaspar, S.A.	-5 584
09222500858	OLICO - Materiais para Construção Civil e Obras Públicas, Lda	-12 860
09222501169	Sopsa Eco Innovation, S.A.	-20 381
09222501694	Vibeiras - Sociedade Comercial Plantas, SA	-77 346
09222501808	S.T.A.P. - Reparação, Consolidação e Modificação d	-30 725
09222502170	OMEP - Obras, Medições e Projectos, Lda	-1 366
09222504680	SNSV - Soc. Nacional de Sinalização Vertical, Lda.	-3 897
09222970972	Gastromento - Sistemas e Instalações de Gás, S.A.	-4 035
09222971012	Topbet - Trabalhos de Obras Públicas e Pavimentos,	-39 066
09222971367	Sanestradas - Empreitadas de Obras Públicas e Particulares, S.A.	-19 075
09222971477	Constradas - Estradas e Construção Civil, S.A.	-10 536
09222971781	PROPEMI	-5 222
09222972005	Artevias Sinalização Rodoviária, Lda	-7 913
09222972026	XIX Construções, Projecto e Gestão, Lda.	-1 620
09222972839	Manuel Pedro de Sousa & Filhos, Lda.	-2 440
09222973277	Paredes & Paredes, Lda.	-21 054
09222973747	Estrela do Norte, Lda.	-37 838
09222973799	Unikonstrói, Lda	-153 607
09222974143	Protecni - Sociedade Técnica de Construções, Lda.	-34 810
09222975926	Orona Portugal, Lda.	-351
09222976364	MOTA-ENGIL ATIV - Gestão e manutenção de ativos, SA	-37 443
09222976745	Nova Gente - Empreitadas, SA	-18 477
09222977606	Canas - Engenharia e Construção, SA	-47 603
09222977751	Ernesto Ribeiro Ferreira, Lda	-7 295
09222977970	Comporto - Sociedade de Construções, S.A.	-171 000
09222978056	José & Augusto - Empreiteiros de Construção Civil, lda	-6 106
09222978489	Terraços de Prata - Unipessoal, Lda.	-3 244
09222978809	Ambienti D'Interni - Unipessoal, Lda.	-7 644
09222979633	Fraterna - Engenharia, Consultoria e Construção, L	-13 306
09222979665	United Builders Corporation - UBC, SA	-10 923
09222979876	Margem Mitica, Lda.	-4 710
09222980691	Scampia - Engenharia, Unipessoal Lda	-9 071
09222980725	Alexandre Barbosa Borges, SA.	-48 619
09222981116	Francisco Duarte Prego & Filhos, Lda.	-3 969
09222981175	M. L. Moita Sociedade Geral de Construção Civil, Lda	-5 913
09222983005	Louristrada - Construção Civil de Vias, Lda	-1 069
09222983941	Obragoito - Obras Públicas e Serviços, Lda	-15 625
09222984895	Optibuilding, Lda	-24 200
09222984897	Construtora Vila Franca, Lda	-2 863

Conta	Entidade	Montante
09222984933	Construções Borges & Cantante, Lda.	-14 467
09222985243	2 GM Construções Civis SA	-3 898
09222985361	Pinto e Relvas- Construção e Remodelações, Lda.	-15 731
09222985523	Decoverdi - Plantas & Jardins, Lda.	-24 737
09222986412	Panoramalider, Unipessoal, Lda.	-2 208
09222986505	Signinum - Gestão de Património Cultural, Lda.	-41 261
09222986654	Joaquim Dias Antunes, Unipessoal Lda.	-7 400
09222986802	Inovbuild, Lda	-1 374
09222987297	Metalcári - Construções, Lda.	-8 507
09222987615	Tâmega Engineering, S.A.	-149 235
09222987778	Tecnorém - Engenharia e Construções, SA	-53 333
09222988130	Perspectivas e Perpendiculares Unipessoal, Lda	-1 862
09222988679	Datben Construções Unipessoal, Lda	-1 079
09222988898	PEOP – Projectos e Execução de Obras Públicas, Lda.	-830
09222988942	Acciona Tecnovia - Fórum Oeiras, A.C.E	-3 510 333
09222988949	Rkesa, Lda.	-3 915
09222989454	DGPW S.A.	-3 825
09222990158	Ressa Construções, S.A.	-25 143
09222990236	Artur Florêncio & Filhos, AFFSports, Lda.	-3 503
09222990246	Carmo - Estruturas em Madeira, S.A.	-1 574
09223	Cauções /Garantias - Devolvidas a Clientes	-7 091 604
09223227598	Dialce - Construção, Empreendimentos Imobiliários e Turísticos SA	-97 664
09223500805	Impresa Publishing, SA	-71 929
09223501123	SIC - Soc. Independente de Comunicação, SA	-2 422 357
09223501607	Nestle Portugal, SA	-128 372
09223501611	Matudis, Lda	-22 000
09223505316	Mind - Software Multimédia e Industrial, S.A.	-12 500
09223971015	Staples Portugal - Equipamento de Escritório, SA	-2 182
09223974337	Marfer - Construções Civis, Lda.	-32 690
09223974402	João Mario Monteiro de Araújo Couto	-6 240
09223978879	Federação Portuguesa de Futebol	-48 988
09223979923	TVI - Televisão Independente, SA	-2 891 299
09223988013	VC Prime Estate, SA	-312 020
09223988418	José Augusto Rodrigues de Castro Ambrósio	-3 007
09223988455	VilaOeiras - Sociedade Imobiliária SA	-648 638
09223988840	Euromarques - Investimentos Imobiliários e Turísticos SA	-37 950
09223989003	Fundação Otilia Pessoa Murta Lourenço e Marido	-62 681
09223989021	Construções Moniz & Prior Lda	-67 720
09223991919	Zume Construções, S. A.	-76 838
09223993193	Alcon Portugal - Produtos e Equipamentos Oftalmológicos Lda	-1 075
09223993502	Traços Duradouros Lda	-7 430
09223994353	DOUTOR FINANÇAS, Unipessoal Lda.	-40 975
09223994386	Agora Obm Unipessoal Lda	-97 050
0923	Cauções não pecuniárias e garantias obtidas - Acionadas	-5 741
09232	Cauções não pecuniárias e Garantias obtidas -acionadas- Fornec Investimento	-5 741
09232980257	Renascimóvel, Const. e Reabilitação, Lda.	-5 741

No mapa seguinte encontra-se o detalhe da empresa Oeiras Viva.

Designação do Processo	N.º do Processo	Objecto	Estado / Probabilidade	Montante
Impugnação de coimas	1157/11.OB ESNT	Impugnação coimas resultantes do Relatório de Inspeção Tributária de 04 de Março de 2011	Aguarda prolação de acórdão	13 963
Impugnação de liquidações adicionais	1379/12.7BE SNT	Impugnação liquidações adicionais de IVA - Exercícios de 2007 e 2008	Aguarda conta de custas	91 233

Nota 17 – Acontecimentos Após a Data de Relato

De acordo com a NCP 17, os acontecimentos após a data do relato, correspondem aos acontecimentos favoráveis ou desfavoráveis que ocorreram entre a data do relato e a data em que as presentes demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão.

No corrente exercício não se verificou nenhum acontecimento após a data de relato que condicionasse a fiabilidade do mesmo.

Nota 18 – Instrumentos financeiros

De acordo com o disposto na NCP 18 do SNC-AP, os instrumentos financeiros correspondem aos contratos que originam ativos financeiros de uma entidade e passivos financeiros de uma outra entidade.

Em relação à mensuração, quando um ativo ou passivo financeiro é inicialmente reconhecido, deve ser mensurado pelo seu justo valor.

Acrescenta a norma que, após esse reconhecimento inicial, a entidade deve mensurar na data do relato todos os ativos financeiros pelo justo valor e devidas alterações reconhecidas na demonstração de resultados e os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método de juro efetivo.

No que se refere a Ativos Financeiros, o montante registado de 4,6 milhões de euros, corresponde ao investimento em CEDIC.

Ativos financeiros

Rubricas	Quantia Escriturada Inicial	Aumentos					Diminuições					Quantia Escriturada final
		Compra	Ganhos de justo valor	Reversões de perdas por imparidade	Outros	Total dos Aumentos	Alienação	Perdas de justo valor	Perdas por imparidade	Outras	Total das Diminuições	
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados	9 535 440	4 600 000	0		0	4 600 000	9 500 000	0		8 931	9 508 931	4 626 509
Ativos financeiros detidos para negociação	9 500 000	4 600 000	0		0	4 600 000	9 500 000	0		0	9 500 000	4 600 000
Participações financeiras - justo valor	0	0	0		0	0	0	0		0	0	0
Outros ativos financeiros	35 440	0	0		0	0	0	0		8 931	8 931	26 509
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	0	0		0	0	0	0	0		0	0	0
Participações financeiras - custo	0	0		0	0	0	0	0		0	0	0
Outros ativos financeiros	0	0		0	0	0	0	0		0	0	0
Total	9 535 440	4 600 000	0	0	0	4 600 000	9 500 000	0	0	8 931	9 508 931	4 626 509

Outros investimentos financeiros que não sejam participações de capital (Participações inferiores a 20% e sem controlo - NCP 22)

Rubricas	Fração de Capital detido à data de relato	Quantia Escriturada Inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia Escriturada final
			Compra	Ganhos de justo valor	Outros	Total dos Aumentos	Alienação	Perdas de justo valor	Perdas por imparidade	Outras	
Participações de Capital - ao custo											
Águas do Tejo Atlântico	3,47%	3 936 998	0	0	0	0	0	0	0	0	3 936 998
Taguspark	19,16%	4 524 667	0	0	0	0	0	0	0	0	4 524 667
EIA	2,85%	593 131	0	903	903	0	0	0	0	0	594 034
Fundação Marquês de Pombal	12,50%	99 750	0	0	0	0	0	0	0	0	99 750
FAM	84,00%	3 491 064	0	0	0	0	0	0	0	0	3 491 064
	Total	12 645 610	0	0	903	903	0	0	0	0	12 646 513

Nota 19 – Benefícios dos empregados

Os benefícios dos empregados considerados na NCP 19 do SNC-AP, dizem respeito a todos os encargos decorrentes com trabalhadores do Município com impactos futuros. Estes incluem, nomeadamente:

- Salários, ordenados e contribuições para a Caixa Geral de Aposentações ou Segurança Social, nomeadamente relativo às contribuições de dezembro;
- Retribuições por trabalho extraordinário;
- Subsídio de refeição, férias e Natal;
- Ausências por doença, maternidade/paternidade;
- Gratificações e outros prémios associados à avaliação do desempenho;
- Ajudas de custos;
- Outros suplementos remuneratórios.

No mapa seguinte foi registada a especialização dos custos suportados por conta de férias e subsídio de férias dos trabalhadores das entidades consolidantes, bem como as respetivas contribuições sociais, direitos estes adquiridos até 31/12/2024.

Valor presente da obrigação de benefícios definidos

	Com fundo afeto	Com fundo afeto	Total
	Receitas Próprias	Outras Receitas	
Valor presente da obrigação no início do período	10 031 846	4 338	10 036 184
Efeitos no período:			
Custo do serviço corrente	10 712 829	27 822	10 740 651
Custo de juros	0	0	0
Contribuições dos participantes do plano	0	0	0
Ganhos e perdas atuariais	0	0	0
Benefícios pagos	0	0	0
Custo dos serviços passados	-10 031 846	-4 338	-10 036 184
Concentrações de entidades	0	0	0
Cortes	0	0	0
Liquidações	0	0	0
Outros	0	0	0
Valor presente da obrigação no final do período	10 712 829	27 822	10 740 651

Gastos reconhecidos no período

Conta DR	Descrição	Valor
63212	Subsídio de férias	3 925 738
63012	Subsídio de férias	117 711
632111	Pessoal em regime de nomeação definitiva e contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado	3 133 868
6321199	Outros	243 912
63213	Subsídio de Natal	322
63215	Subsídio de refeição	254 380
63511	Caixa Geral de Aposentações	1 056 281
63512	Segurança Social - Regime Geral	1 709 334
632204	Trabalho extraordinário	18 791
632206	Abono para falhas	10 424
632207	Subsídio de prevenção, trabalho noturno e de turno	9 304
632299	Outros abonos variáveis	172 001
638911	Reembolsos ADSE	50
63931	Pessoal a aguardar aposentação	5 141
63015	Subsídio de refeição	972
63016	Gratificações e senhas de presença	11 595
63011	Remuneração base	29 379
632114	Pessoal em regime de contrato individual de trabalho a termo resolutivo certo	41 450
	Total	10 740 651

Outras Divulgações

Conforme divulgado na nota referente à NCP 4, o único contrato de concessão existente ao abrigo da referida norma é com a entidade E-Redes, referente à distribuição de eletricidade de baixa tensão. Contudo, divulga-se ainda todos os contratos de cedência de exploração, vulgo concessões não abrangidas pela NCP 4, que se elencam no quadro seguinte:

Acordos de Concessão de serviço	Concessionário	Ativo de concessão	Período de concessão	Valor do contrato	Pagamentos ao		
					Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros
Contrato de Concessão de Exploração de 11/11/1998, relativo ao Espaço Comercial localizado na Rua João Maria Porto n.º 68, no Bairro da Encosta da Portela	Adelino Sanches Fortes	–	Até 10 anos (revisão em curso)	–	–	–	–
Contrato de Concessão de Exploração de 25/10/2005, com início em 01/10/2005 e Adenda ao Contrato de Exploração de 20/09/2012 relativo ao Pavilhão Pérula sito no Parque Municipal de Santo Amaro de Oeiras	Sistemas McDonalds Portugal, Lda.	–	Até 20 anos	–	–	–	–
Contrato de Concessão de Exploração de 24/11/2009, relativo à Loja 3 do Palácio do Egito, situado no Largo 5 de Outubro, no centro histórico de Oeiras	Zenith Celebration, Lda.	–	Até 20 anos	–	–	–	–
Contrato de Concessão de uso privativo de parcela do domínio público n.º 14-NC/GD-2009 (com início em 1999) e Aditamento n.º 733/2022, relativo à parcela de domínio público sita na Praia da Torre em Oeiras.	Oeiras Praia Restauração Lda, Lda (anterior Magny Cours, Restauração, SA)	–	27 Anos	–	–	–	–
Contrato de Concessão de Exploração de 19/01/2010, relativo à Restauração/Cafetaria Caravela D'Our, sito no Jardim de Algés	Saraiva & Lopes, Lda.	–	Até 30 anos	–	–	–	–
Contrato de concessão de uso privativo n.º 04-NC/GD-2011, relativo ao uso de uma parcela de terreno do domínio público sita junto à Praia de Paço de Arcos e Adendas n.º 1093/2021 e n.º 715/2023	Mariana Dionisio Pimenta	–	13 Anos (prorrogado até 31/12/2024)	–	–	–	–
Contrato de Concessão de Exploração n.º 187/2013, relativo ao Bar/Restaurante/Espalanada sito no Forte de São Bruno em Caxias	Summermisters, Lda	–	Até 20 anos	–	–	–	–
Contrato de Concessão de Exploração n.º 179/2014, de 1 de setembro, relativo ao Mercado Municipal de Algés para exploração de serviços de restauração e bebidas	Naipe de Emoções	–	15 anos	–	–	–	–
Contrato de Concessão de exploração n.º 2/2015, relativo ao direito de exploração das infraestruturas aptas ao alojamento de redes de telecomunicações	First Rule, S.A.	–	15 Anos	–	–	–	–
Contrato de Concessão de Exploração n.º 186/2015, de 31 de julho, relativo ao Pavilhão Ribamar em Algés para exploração de serviços de restauração e bebidas	Food 4 Kings, S.A.	–	20 anos	–	–	–	–
Cessão de Posição Contratual 920/2024, contrato de concessão de uso privativo n.º 11-ES/GD-2015, de 6 de maio 2016, relativo a uma parcela do domínio público, sita na Praia da Torre em Oeiras	Starlounge - Atividades Hoteleiras, Lda. (anterior José Dias e Filhos, S.A.)	–	20 Anos	–	–	–	–
Contrato de Concessão de Exploração n.º 4/2017 e Contrato n.º 161/2020, relativo ao Mercado Municipal de Tercena para comércio	Winneryellow, Lda.	–	Até 30 anos	–	–	–	–
Contrato de Concessão n.º 309/2020 - Concessão de direito de uso privativo de espaço público para a instalação de pontos de carregamento de baterias de veículos elétricos em locais públicos de acesso público no Concelho de Oeiras	Petrogal, SA (anterior Mobilelectric, Lda)	–	Até 10 Anos	–	–	–	–
Concessão de direito de uso privativo de espaço público n.º 345/2020 e adenda n.º 59/2022, relativo à instalação de 14 pontos de carregamento de baterias de veículos elétricos em locais públicos de acesso público no Concelho de Oeiras	Petrogal, SA (anterior Galp Power, SA)	–	Até 10 Anos	–	–	–	–
Escritura Pública Concessão Uso Privativo Livro 153, de 28 de Abril de 2005 e Escritura Pública Cessão de Posição Contratual de Contrato de Concessão de Uso Privativo Livro 533, de 15 de março de 2019, relativa a parcela de terreno do domínio municipal sita na Freguesia de Porto Salvo.	Condenso & La Rosa, Lda	–	20 anos	–	–	–	–
Contrato de Concessão de uso privativo n.º 357/2020, relativo à exploração do bar-cafetaria, com possibilidade de instalação de esplanada, localizado no Parque Urbano de Miraflores	Lisbon Memory, Lda	–	15 anos	–	–	–	–
Concessão de Uso Privativo 454/2021, para instalação e exploração de um espaço de restauração e bebidas no edifício designado "Pavilhão do Jardim" no Jardim Municipal de Paço de Arcos	Avelar & Teixeira, Lda.	–	15 Anos	–	–	–	–
Concessão de Uso Privativo para exploração n.º 478/2021, relativo à exploração do Octógonio e respetiva área sita no Jardim de Oeiras com entrada pela Rua Desembargador Faria	Sunday Spring, Lda.	–	15 Anos	–	–	–	–
Concessão de Uso Privativo para exploração n.º 688/2021, para exploração da cafetaria e respetiva esplanada, instalação de equipamento desportivo e utilização do edifício de apoio, todos sitos no Parque Urbano do Alto da Terrugem	Launch Box, Lda.	–	15 Anos	–	–	–	–
Concessão do direito de uso privativo n.º 842/2021 relativo ao espaço público para a exploração de 16 pontos de carregamento de baterias de veículos elétricos normais em locais públicos de acesso público no Concelho de Oeiras	Green Charge - Mobilidade Elétrica, Lda	–	8 Anos	–	–	–	–
Contrato de concessão de uso privativo 03-DT-2021, 19 julho 2021, relativo a parcela do domínio público que integra o edifício denominado "Pavilhão Oceano à Vista"	Sarrou Alonso e Costa, Lda.	–	15 Anos	–	–	–	–
Cessão de Posição Contratual 17/2025, 22 janeiro da Concessão de Uso Privativo n.º 122/2024, 25 março relativo a um equipamento de praia a ser concebido e construído pela concessionária, com possibilidade de implantação de esplanada na Praia de Paço de Arcos	Addmore One, Lda. (anterior Inspire Life Solutions, Lda)	–	20 anos	–	–	–	–

Vendas e Prestações de Serviços

No período findo a 31 de dezembro de 2024, o detalhe das vendas e prestações de serviços por atividades e mercados geográficos no período é o seguinte:

Rubricas	2024			2023		
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Vendas	655 475	0	655 475	446 775	0	446 775
CMO	0	0	0	0	0	0
Oeiras Viva	0	0	0	534	0	534
Parques Tejo	0	0	0	0	0	0
Município	0	0	0	0	0	0
Fora Grupo	655 475	0	655 475	446 241	0	446 241
Prestações de Serviços	28 594 782	75 804	28 670 586	23 114 233	0	23 114 233
CMO	68 600	0	68 600	46 350	0	46 350
Oeiras Viva	0	0	0	0	0	0
Parques Tejo	0	0	0	0	0	0
Município	0	0	0	0	0	0
Fora Grupo	28 526 183	75 804	28 601 987	23 067 883	0	23 067 883
Total:	29 250 258	75 804	29 326 062	23 561 008	0	23 561 008

Somente, a Município presta serviços para o mercado externo.

Endividamento de médio e longo prazo

No período findo a 31 de dezembro de 2024, o detalhe do endividamento consolidado a médio e longo prazo é o seguinte:

Código das contas	Designação das contas (a)	Endividamento Líquido (b)						Eliminação de créditos/dividas recíprocas	Grupo público consolidado
		CMO	Oeiras Viva	Parques Tejo	Município	Fora do Grupo	TOTAL		
2312	Empréstimos de longo prazo	36 126 907	0	209 193	0	0	36 336 100	0	36 336 100
221	Fornecedores c/c m/l prazo	0	0	0	0	0	0	0	0
2611	Fornecedores de imobilizado c/c	0	0	0	0	0	0	0	0
262+263+267+268	Outros credores	16 794 212	0	0	0	0	16 794 212	0	16 794 212
	TOTAL	52 921 119	0	209 193	0	0	53 130 312	0	53 130 312

Notas:

- (a) a desagregar de acordo com as rubricas do balanço consolidado relativas às dívidas a terceiros — médio e longo prazos;
- (b) a desdobrar de acordo com as entidades abrangidas pelo perímetro de consolidação.

Dívidas a terceiros

As dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado que se vencem nos 4 anos seguintes à data do balanço são as seguintes:

Código das contas	Endividamento Líquido (b)						Eliminação de Saldos	Grupo público consolidado
	CMO	Oeiras Viva	Parques Tejo	Município	Fora Grupo	TOTAL		
Financiamentos obtidos m/l prazo	0	0	0	0	36 336 100	36 336 100	0	36 336 100
Fornecedores de imobilizado m/l prazo	0	0	0	0	0	0	0	0
Fornecedores c/c de m/l prazo	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros Credores m/l prazo	0	0	0	0	16 794 212	16 794 212	0	16 794 212
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	0	0	0	0	0	0	0	0
Fornecedores	0	158 529	0	63 364	5 936 623	6 158 517	-221 894	5 936 623
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0	0	0	0	27 260	27 260	0	27 260
Estado e outros entes públicos	0	0	0	0	1 912 267	1 912 267	0	1 912 267
Acionistas/sócios/associados	0	0	0	0	0	0	0	0
Financiamentos obtidos	0	0	0	0	1 028 306	1 028 306	0	1 028 306
Fornecedores de investimentos	0	0	0	0	1 441 450	1 441 450	0	1 441 450
Outras contas a pagar	190 655	4 284	0	0	19 100 397	19 295 336	-248 928	19 046 408
Passivos financeiros detidos para negociação	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros passivos financeiros	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	244 644	162 813	0	63 364	86 998 534	87 469 356	-470 822	86 998 535

Garantias

No período findo a 31 de dezembro de 2024, o detalhe das garantias é o seguinte:

Município:

Entidade	Montante	Unid.: Euros (€)
INST. BIBLIOTECA NACIONAL E DO LIVRO	49 880	
IHRU	18 988	
BRISA - AUTO ESTRADAS	179 567	
PETROGAL	5 986	
INST. BIBLIOTECA NACIONAL E DO LIVRO	32 971	
JUIZ DO 2º JUIZO TRIBUNAL CÍRCULO DE OEIRAS	249 399	
ÁGUAS DO TEJO ATLÂNTICO	124 091	
IGCP - ALFÂNDEGA DO JARDIM DO TABACO	2 500	
	663 381	

Oeiras Viva:

Entidade	Montante	Unid.: Euros (€)
Direcção Geral Tesouro e Finanças	77 570	
	77 570	

Município:

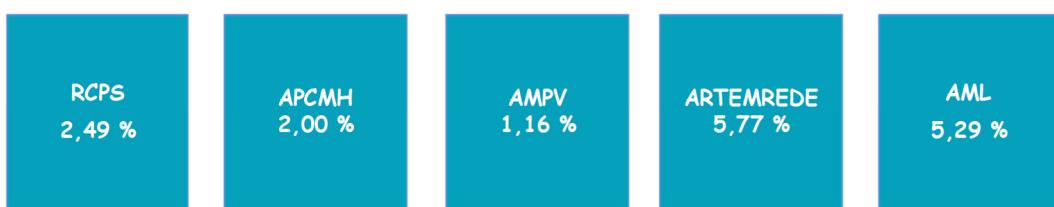
Entidade	Montante	Unid.: Euros (€)
IP Património	4 818	
	4 818	

Remunerações atribuídas aos membros dos órgãos Executivos e de fiscalização

No período findo a 31 de dezembro de 2024, o detalhe das remunerações atribuídas aos membros dos órgãos Executivos e de fiscalização é o seguinte:

Entidade	CMO	Oeiras Viva	Parques Tejo	Município	Total	Unid.: Euros (€)
Órgãos autárquicos	659 033	0	0	0	659 033	
Órgãos sociais	0	42 414	81 371	55 532	179 317	
Órgãos de fiscalização	36 285	6 600	7 200	8 820	58 905	
Total	695 318	49 014	88 571	64 352	897 254	

Outras Entidades em que o Município participa através de pagamento de quotas anuais



Demonstração Orçamentais Consolidadas

8. DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS

8.1 DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL

Nos termos da NCP – 26, apenas o SIMAS consolida as demonstrações orçamentais com o Município.

Rubricas de recebimento		2024	2023
Saldo da gerência anterior		22 886 566	37 187 417
Operações Orçamentais [1]		5 664 999	22 437 790
Devolução do saldo oper. Orçamentais		0	0
Operações de tesouraria [A]		17 221 567	14 749 627
Recebimento do saldo devolvido por terceiras entidades		0	0
Receita corrente		229 769 793	212 639 062
R1 Receita Fiscal		113 333 322	111 864 667
R1.1 Impostos diretos		113 333 322	111 864 667
R1.2 Impostos indiretos		0	0
R3 Taxas, multas e outras penalidades		16 596 006	7 415 639
R4 Rendimentos de propriedade		5 050 923	4 642 181
R5 Transferências e subsídios correntes		48 602 981	42 739 780
R5.1 Transferências correntes		48 602 981	42 739 780
R5.1.1 Administrações Públicas		48 453 449	42 536 063
R5.1.1.1 Administração Central - Estado Português		46 655 367	41 754 118
R5.1.1.2 Administração Central - Outras entidades		191 325	212 453
R5.1.1.3 Segurança Social		0	0
R5.1.1.4 Administração Regional		0	0
R5.1.1.5 Administração Local		1 606 758	569 492
R5.1.2 Exterior - U E		6 771	51 732
R5.1.3 Outras		142 760	151 985
R5.2 Subsídios correntes		0	0
R6 Venda de bens e serviços		45 419 609	45 546 625
R7 Outras receitas correntes		766 951	430 170
Receita de capital		41 979 418	14 331 729
R8 Venda de bens de investimento		12 698 052	1 713 268
R9 Transferências e subsídios de capital		29 281 367	12 618 461
R9.1 Transferências de capital		29 281 367	12 618 461
R9.1.1 Administrações Públicas		29 262 003	12 576 478
R9.1.1.1 Administração Central - Estado Português		2 447 791	1 848 601
R9.1.1.2 Administração Central - Outras entidades		26 814 212	10 014 701
R9.1.1.3 Segurança Social		0	0
R9.1.1.4 Administração Regional		0	0
R9.1.1.5 Administração Local		0	713 176
R9.1.2 Exterior - U E		0	0
R9.1.3 Outras		19 363	41 983
R9.2 Subsídios de capital		0	0
R10 Outras receitas de capital		0	0
R11 Reposições não abatidas aos pagamentos		719 533	2 341 257
Receita efetiva [2]		272 468 745	229 312 047
Receita não efetiva [3]		20 387 860	16 099 309
R12 Receita com ativos financeiros		9 500 000	0
R13 Receita com passivos financeiros		10 887 860	16 099 309
Soma [4]=[1]+[2]+[3]		298 521 605	267 849 146
Operações de tesouraria [B]		14 114 490	15 436 463

Despesa corrente		197 771 904	179 575 155
D1	Despesas com o pessoal	72 829 977	68 829 151
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	54 892 397	51 000 769
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	4 363 354	4 053 824
D1.3	Segurança Social	13 574 226	13 774 558
D2	Aquisição de bens e serviços	87 089 126	78 358 737
D3	Juros e outros encargos	1 096 389	265 047
D4	Transferências e subsídios correntes	33 169 406	29 681 621
D4.1	Transferências correntes	33 169 406	29 681 621
D4.1.1	Administrações Públicas	6 092 203	5 207 865
D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0	0
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	10 348	10 663
D4.1.1.3	Segurança Social	1 208	0
D4.1.1.4	Administração Regional	0	0
D4.1.1.5	Administração Local	6 080 647	5 197 201
D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	20 225 905	18 818 417
D4.1.3	Famílias	3 306 340	2 123 716
D4.1.4	Outras	3 544 958	3 531 624
D4.2	Subsídios correntes	0	0
D5	Outras despesas correntes	3 587 006	2 440 598
Despesa de capital		78 670 550	77 071 537
D6	Aquisição de bens de capital	72 101 887	73 423 285
D7	Transferência e subsídios de capital	6 568 663	3 648 252
D7.1	Transferências de capital	6 568 663	3 648 252
D7.1.1	Administrações Públicas	2 632 678	1 630 942
D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0	0
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0	0
D7.1.1.3	Segurança Social	0	0
D7.1.1.4	Administração Regional	0	0
D7.1.1.5	Administração Local	2 632 678	1 630 942
D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo	3 750 836	1 731 017
D7.1.3	Famílias	0	0
D7.1.4	Outras	185 149	286 293
D7.2	Subsídios de capital	0	0
D8	Outras despesas de capital	0	0
Despesa efetiva [5]		276 442 455	256 646 692
Despesa não efetiva [6]		5 295 871	5 537 456
D9	Despesa com ativos financeiros	4 600 000	4 500 000
D10	Despesa com passivos financeiros	695 871	1 037 456
Soma [7]=[5]+[6]		281 738 326	262 184 147
Operações de tesouraria [C]		9 887 299	12 964 524
Saldo para a gerência seguinte		38 232 037	22 886 566
Operações orçamentais [8] = [4]-[7]		16 783 279	5 664 999
Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]		21 448 758	17 221 567
Saldo global [2] - [5]		-3 973 710	-27 334 644
Despesa primária		275 346 066	256 381 645
Saldo corrente		31 997 889	33 063 907
Saldo de capital		-36 691 132	-62 739 808
Saldo primário		-2 877 320	-27 069 597
Receita total [1] + [2] + [3]		298 521 605	267 849 146
Despesa total [5] + [6]		281 738 326	262 184 147

8.2 DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES POR NATUREZA

Unid.: Euros (€)

Rubricas	Liquidações	2024	2023	Rubricas	Obrigações	2024	2023
	Receitas corrente	229 734 468	212 728 517		Despesas corrente	197 736 579	182 740 047
R1	Receita fiscal	113 333 322	111 864 667	D1	Despesas com o pessoal	72 829 977	69 840 334
R1.1	Impostos diretos	113 333 322	111 864 667	D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	54 892 397	51 829 029
R1.2	Impostos indiretos	0	0	D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	4 363 354	4 229 999
R2	Contribuições para Sistemas de Proteção Social e Subsistemas de saúde	0	0	D1.3	Segurança Social	13 574 226	13 781 306
R3	Taxas, multas e outras penalidades	16 596 006	6 887 269	D2	Aquisição de bens e serviços	87 053 801	80 449 072
R4	Rendimentos de propriedade	5 050 923	4 633 806	D3	Juros e outros encargos	1 096 389	265 047
R5	Transferências e subsídios correntes	48 602 981	43 447 741	D4	Transferências e subsídios correntes	33 169 406	29 744 136
R5.1	Transferências correntes	48 602 981	43 447 741	D4.1	Transferências correntes	33 169 406	29 744 136
R5.1.1	Administrações Públicas	48 453 449	43 259 491	D4.1.1	Administrações Públicas	6 092 203	5 270 379
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	46 655 367	39 995 570	D4.1.1.1	Administração Central - Estado	0	0
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	191 325	1 223 097	D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	10 348	10 663
R5.1.1.3	Segurança Social	0	0	D4.1.1.3	Segurança Social	1 208	0
R5.1.1.4	Administração Regional	0	0	D4.1.1.4	Administração Regional	0	0
R5.1.1.5	Administração Local	1 606 758	2 040 825	D4.1.1.5	Administração Local	6 080 647	5 259 716
R5.1.2	Exterior - U E	6 771	115	D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	20 225 905	18 818 417
R5.1.3	Outras	142 760	188 135	D4.1.3	Famílias	3 306 340	2 123 716
R5.2	Subsídios correntes	0	0	D4.1.4	Outras	3 544 958	3 531 624
R6	Venda de bens e serviços	45 384 284	45 381 931	D4.2	Subsídios correntes	0	0
R7	Outras receitas correntes	766 951	513 104	D5	Outras despesas correntes	3 587 006	2 441 458
	Receita de capital	62 367 279	45 978 935		Despesa de capital	78 670 550	81 381 222
R8	Venda de bens de investimento	12 698 052	13 156 559	D6	Aquisição de bens de capital	72 101 887	77 661 162
R9	Transferências e subsídios de capital	29 281 367	16 723 067	D7	Transferência e subsídios de capital	6 568 663	3 720 061
R9.1	Transferências de capital	29 281 367	16 723 067	D7.1	Transferências de capital	6 568 663	3 720 061
R9.1.1	Administrações Públicas	29 262 003	16 681 084	D7.1.1	Administrações Públicas	2 632 678	1 702 751
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	2 447 791	1 192 606	D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0	0
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	26 814 212	10 956 038	D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0	0
R9.1.1.3	Segurança Social	0	0	D7.1.1.3	Segurança Social	0	0
R9.1.1.4	Administração Regional	0	0	D7.1.1.4	Administração Regional	0	0
R9.1.1.5	Administração Local	0	4 532 439	D7.1.1.5	Administração Local	2 632 678	1 702 751
R9.1.2	Exterior - U E	0	0	D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo	3 750 836	1 731 017
R9.1.3	Outras	19 363	41 983	D7.1.3	Famílias	0	0
R9.2	Subsídios de capital	0	0	D7.1.4	Outras	185 149	286 293
R10	Outras receitas de capital	0	0	D7.2	Subsídios de capital	0	0
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	719 533	2 341 257	D8	Outras despesas de capital	0	0
	Receita efetiva [1]	292 101 747	258 707 452		Despesa efetiva [5]	276 407 129	264 121 269
	Receita não efetiva [2]	20 387 860	16 099 309	D9	Despesa não efetiva [6]	5 295 871	5 537 456
R12	Receita com ativos financeiros	9 500 000	0	D10	Despesa com ativos financeiros	4 600 000	4 500 000
R13	Receita com passivos financeiros	10 887 860	16 099 309		Despesa com passivos financeiros	695 871	1 037 456
	Soma [3]=[1]+[2]	312 489 607	274 806 761		Soma [7]=[5]+[6]	281 703 000	269 658 725

9. ENCERRAMENTO

O presente DOCUMENTO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADA do ano de 2024, que contém 96 páginas que antecedem e incluem a atual, estão devidamente numeradas, e são levadas a Reunião de Câmara para aprovação e subsequentemente submetidas à Assembleia Municipal para apreciação, nos termos dos artigos 75º e 76º do n.º 2 da Lei n.º 73/2013 na sua redação atual.

O Presidente da Câmara,

O Vice-Presidente,

Isaltino Morais

Francisco Rocha Gonçalves

A Vereadora,

O Vereador,

O Vereador,

Joana Baptista

Pedro Patacho

Armando Soares

A Vereadora,

O Vereador,

A Vereadora,

Teresa Bacelar

Nuno Neto

Carla Rocha

A Vereadora,

A Vereadora,

A Vereadora,

Ana Filipa Laborinho

Susana Duarte

Carla Castelo

Diretora Municipal

Diretor de Departamento
Contabilista Público,

Paula Magalhães Saraiva

Bruno Miguel Mouco

20 24

MUNICÍPIO DE OEIRAS

Largo Marquês de Pombal
2784-501 Oeiras
PORTUGAL

TEL. GERAL: 214.408.300

FAX. 214.418.712

email. municipio.oeiras@oeiras.pt

www.oeiras.pt

www.facebook.com/Municipio de Oeiras

<http://twitter.com/MunicipioOeiras>

<http://issuu.com/municipio de oeiras>

www.youtube.com/MUNICIPIO DE OEIRAS

GPS: Lat 38.41'34.44'N | Long. 9°18'52.54'0